

FIDELIZAR CLIENTES

CRÉDITO COM MARCA PRÓPRIA GANHA FORÇA COMO ESTRATÉGIA DE RETENÇÃO

▶▶▶ [Leia na página 10](#)

Sempre ocupada, pouco produtiva?

O alerta para equipes presas no "modo ansiedade"

Um quarto da população brasileira apresenta diagnóstico de ansiedade, de acordo com a pesquisa Covitel 2023, disponível no Observatório da Saúde Pública da Umane.

Esse é uma dos principais problemas de saúde mental no país e, claro, que essa situação também impacta os ambientes de trabalho. A ansiedade levou a 166.489 afastamentos do trabalho por incapacidade temporária no Brasil em 2025, segundo dados da Previdência Social.

Para especialistas em gestão, o cenário é amplo e pode afetar mais pessoas do que as que são diagnosticadas com ansiedade ou afastadas do trabalho. Eles alertam que há um estado coletivo de equipes que estão desconectadas do presente. O fenômeno, conhecido como "modo ansiedade", se manifesta quando o time passa a operar em alerta constante, projetando cenários negativos ou remoendo erros do passado.

"Quando a ansiedade toma conta, o grupo perde a capacidade de estar presente e passa a projetar cenários negativos para o futuro ou a remoer erros do passado. Essa mudança de estado mental coletivo afeta diretamente a produtividade, a criatividade e o bem-estar de todos", explica Bianca Aichinger, especialista em desenvolvimento de lideranças e transformação cultural e sócia da Quantum Development.

No dia a dia destes times, estão presentes o medo de errar, processos de comunicação cercados de tensão e dificuldade em reconhecer e celebrar pequenas conquistas. Segundo Bianca, isso acontece porque grande parte da energia do time é consumida na ruminação mental, e não no trabalho estratégico. "Líderes eficazes



Bianca Aichinger

“Esse estado de alerta constante cria uma ilusão de produtividade, com muita atividade e pouco trabalho significativo, além de decisões ruins e perda de engajamento

trazem clareza ao caos, funcionando como pontos de ancoragem para suas equipes”, afirma. Ser esse ponto de ancoragem significa reduzir ruídos, dar direção e ajudar o time a diferenciar o que é sinal do que é apenas ruído.

Entre as iniciativas que podem ser adotadas para promover uma redução do "modo ansiedade" estão:

- Ter clareza de objetivos de curto e longo prazo
- Focar em ações do presente
- Ter coragem para dizer não a distrações fazem parte desse processo
- Realizar alinhamentos rápidos, para que todos tenham visibilidade do processo ao longo do caminho
- Promover rituais com consistência e previsibilidade
- Realizar o reconhecimento de pequenas vitórias ajuda a devolver segurança psicológica às equipes

Ignorar esse estado de alerta permanente tem consequências profundas. Individualmente, o esgotamento bloqueia aprendizado e desenvolvimento. No coletivo, criatividade e colaboração desaparecem, já que inovar exige espaço mental. "Esse estado de alerta constante cria uma ilusão de produtividade, com muita atividade e pouco trabalho significativo, além de decisões ruins e perda de engajamento", alerta a especialista.

Bianca avalia que é importante começar a mudança através de pequenos passos e de um olhar sincero para os problemas. "Em vez de anunciar 'vamos implementar mindfulness', faz mais sentido ouvir as dores dos colaboradores: reuniões caóticas, falta de foco, esgotamento. Quando o problema vem primeiro, as práticas parecem soluções naturais. As práticas mais eficazes se misturam ao fluxo: 30 segundos de silêncio no início das reuniões, pequenas pausas entre blocos intensos, micro-respiros entre videoconferências. Assim, ninguém estranha", sugere. E o líder é modelo e exemplo, não adianta defender pausas e enviar e-mails no meio da madrugada. "É só quando os líderes respiram antes de começar reuniões e respeitam limites, que a cultura muda".

Por que empresas de tecnologia ainda tratam logística como custo

Empresas de tecnologia se consolidaram como referências em inovação, dados e experiência digital, mas seguem cometendo um erro básico de gestão ao tratar a logística como custo e não como parte central da estratégia. ▶▶▶

Bares e restaurantes trocam intuição por dados precisos para ampliar a margem de lucro

Quem administra um bar ou restaurante no Brasil já percebeu: o tempo de gerir o negócio só no "feeling" ficou para trás. ▶▶▶

Por que empresas estão perdendo visibilidade sobre seus próprios riscos

A escuta organizacional está se tornando um dos principais fatores de risco para empresas que buscam fortalecer sua governança e sustentabilidade. ▶▶▶

Lei que proíbe smartphones em sala de aula completa um ano

Há exatamente um ano, a polêmica Lei 15.100/2025 se propôs a mudar radicalmente um dos principais desafios na luta pela atenção de alunos em sala de aula. ▶▶▶

Para informações sobre o **MERCADO FINANCEIRO** faça a leitura do QR Code com seu celular



Política

Futebol no meio de uma guerra

Heródoto Barbeiro



▶▶▶ [Leia na página 2](#)

Economia da Criatividade

O Marketing Educacional no Longo Prazo: Por Que Resultados Reais Não Acontecem em Campanhas Isoladas



Carol Olival

▶▶▶ [Leia na página 4](#)

Negócios & Carreira!

Nada é Impossível Quando a Disciplina Encontra o Propósito, afirma Fabiola Fernandez



Fabiana Monteiro

▶▶▶ [Leia na página 9](#)

Negócios em Pauta

tadamichi_CANVA



Brasília recebe workshop gratuito sobre parcerias internacionais em pesquisa

A Fundação Getúlio Vargas (FGV), com financiamento da The British Academy e apoio do Confap e CNPq, realiza no dia 4 de março, a partir das 12h, a 4ª e última edição do Workshop "Fortalecendo Parcerias Equitativas de Longo Prazo para Ampliar Cooperarções Internacionais". O encontro ocorre em Brasília (DF), no Auditório do CNPq. É possível se inscrever gratuitamente. Destinado a pesquisadores e alunos de pós-graduação, o evento reunirá especialistas, gestores de pesquisa e representantes de agências de fomento para debater estratégias voltadas à construção e manutenção de parcerias internacionais equitativas de longo prazo (<https://forms.office.com/pages/responsepage.aspx?id=Obb2eRkrgEKAd72-74abM1vQwVX2P-S1KtI8MQWfM27IUMU1TUjBZM1cyQk5YMINOWE4xR0NXR1MwNy4u&route=shorturl>). ▶▶▶ [Leia a coluna completa na página 3](#)

News@TI

Divulgação Boeing



Boeing amplia parcerias com universidades brasileiras

@A Boeing segue ampliando a parceria com universidades no Brasil ao investir na criação e expansão de laboratórios estudantis e no desenvolvimento de novos talentos para o setor aeroespacial. A iniciativa tem como objetivo preparar a próxima geração de engenheiros para carreiras na aviação, combinando ensino, pesquisa aplicada e inovação tecnológica. Somente em 2025, a companhia apoiou a criação e ampliação de três novos laboratórios estudantis por meio de doações e apoio técnico. Os espaços são focados em áreas estratégicas da aviação moderna, como fatores humanos e Engenharia de Sistemas Baseada em Modelos (MBSE, na sigla em inglês). As universidades parceiras neste novo ciclo foram contempladas com a expansão de investimentos em laboratórios na Universidade de São Paulo (Campus de São Carlos) (USP - São Carlos) e na Universidade Federal de Itajubá (UniFei), além da inclusão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (<https://www.boeing.com.br/>). ▶▶▶ [Leia a coluna completa na página 2](#)

Futebol no meio de uma guerra



Heródoto Barbeiro (*)

Os torcedores de times diferentes, vez por outra, esquecem que um jogo de futebol é um espetáculo.

Deve servir e praticado dentro das regras da esportividade. Assim, os times têm de aprender que ganhar ou perder faz parte de qualquer esporte, inclusive o futebol.

As pessoas que vão aos estádios, vão para se divertir, para gritar, comemorar os gols de sua equipe e lamentar sua perda e os frangos do goleiro. Ninguém precisa ir armado, ou agredir um torcedor de time contrário como se fosse um inimigo. Campo de futebol não é campo de batalha. Mesmo quando as equipes representam países que estão em guerra.

Alguns países dão o mau exemplo da perda de esportividade. Eles se recusam a jogar contra uma equipe que representa o inimigo. As entidades internacionais, responsáveis por vários campeonatos, entre eles a Copa do Mundo, fazem o que podem para impedir a politização dos jogos. Alguns países se retiram da competição, outros são excluídos por não aceitarem a máxima de que não se pode misturar esporte com política.

Manifestações de jogadores antes, durante ou depois do

jogo são duramente reprimidas e alguns são suspensos das entidades internacionais e excluídos de campeonatos futuros. Essa política é cada vez mais difícil de manter diante de ameaças de guerra que assolam o mundo no início do século 20.

Os políticos e militares do alto escalão propagam que o conflito europeu é de curta duração. As maiores potências da Europa mobilizam milhões de soldados e tanto de um lado como do outro acreditam que ocorrerá um choque de grandes proporções, com a vitória de um dos lados e o fim da guerra. O assassinato do casal herdeiro do Império Austro-húngaro foi o gatilho para a eclosão do conflito.

O sistema de alianças provocou um conflito em cadeia. No Natal de 1914, ingleses e alemães se entrincheiram na Bélgica. Sem o consentimento dos comandos, os soldados fazem uma paz natalina. Os canhões se calam. Um soldado sai da trincheira e chuta uma bola. Outros o acompanham e, em pouco tempo, alemães e ingleses formam times e disputam uma partida de futebol. Ela termina com uma confraternização entre inimigos. Em paz voltam para as suas trincheiras. Muitos para morrer depois.

(*) - É professor e jornalista, âncora do *Jornal Novabrasil*, colunista do *R7*, do *Podcast*. Mestre em História pela USP e inscrito na OAB. Palestras e mídia training. Canal no Youtube (www.herodoto.com.br).

Soa o alarme: mercado em alerta com gastos bilionários em IA

Investidores estão cada vez mais inquietos diante das cifras astronômicas que empresas de inteligência artificial vêm destinando à expansão de sua infraestrutura.

Vivaldo José Breternitz (*)

Amazon, por exemplo, viu suas ações despencarem no início de fevereiro após anunciar que pretende investir nessa área US\$ 200 bilhões apenas em 2026. A Microsoft também sofreu forte queda, alimentando temores de que o retorno sobre esses investimentos, se acontecer, possa demorar ainda mais do que o previsto.

No total, as gigantes da tecnologia devem desembolsar um recorde de US\$ 650 bilhões em IA no próximo ano, valores que deixaram Wall Street em estado de alerta máximo.

Analistas alertam para o perigo de uma bolha. Um levantamento do Bank of America com 162 gestores de fundos revelou que 35% acreditam que as corporações estão exagerando nos gastos de capital, recursos usados para adquirir, atualizar e manter ativos físicos, em proporção inédita nos últimos 20 anos. Apenas 20% apoiaram o aumento desses investimentos.

A ameaça de uma bolha de IA já é vista como o maior risco por 25% dos entrevistados, superando preocupações com inflação e conflitos geopolíticos. Além disso, 30% apontaram os gastos com IA como a fonte mais provável de uma crise de crédito, que se vier, deve afetar o mundo como um todo.

O retrato é sombrio: os resultados do levantamento sugerem que as big techs estão ultrapassando os limites, queimando dezenas de bilhões de dólares a cada trimestre.

Mesmo assim, líderes do setor seguem defendendo os aportes. O CEO do Google, Sundar Pichai, classificou o momento como "extraordinário" e "transformador" durante a Cúpula de IA em Nova Delhi, comparando a revolução da inteligência artificial à industrial, "mas dez vezes mais rápida e dez vezes maior".

Já o CEO da Nvidia, Jensen Huang, tentou acalmar os investidores, afirmando que os investimentos em IA são apenas o começo. Analistas, no entanto, permanecem céticos.

"Diria que os clientes têm razão em se preocupar com uma bolha de IA, porque há muita incerteza", declarou Ben Preston, consultor da Orbis, uma gestora global de investimentos, ao *Financial Times*.



DNY59_CANVA

Vale lembrar o sociólogo Robert Merton, que cunhou em 1949, a expressão "profecia autorrealizável" para explicar como a previsão de que algo negativo acontecerá influencia as ações dos envolvidos e acaba fazendo com que essa previsão se torne realidade - e de tanto falar-se em estouro da bolha, pode ser que ele acabe acontecendo.

E atenção: se a bolha estourar, o Brasil não ficará imune!

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas - vjntz@gmail.com.

Agentes de IA podem acelerar processos de 30% a 50%, aponta BCG

De acordo com o estudo "*How Agentic AI Is Transforming Enterprise Platforms*", produzido pelo Boston Consulting Group (BCG), os processos assistidos por inteligência artificial (IA) já não são suficientes. As empresas que querem ter uma vantagem competitiva em produtividade, responsabilidade e inovação devem adotar a IA agêntica.

Os agentes de IA podem tomar ações autônomas e orientadas por objetivos. Eles detectam anomalias de forma autônoma, preveem necessidades de caixa e recomendam a realocação entre contas. O levantamento mostra que, em ambientes piloto, os eventos de risco foram reduzidos em 60%.

Além disso, segundo o BCG, fluxos de trabalho orquestrados por IA podem acelerar os processos de negócios em 30% a 50% em áreas que vão de finanças e compras a operações de clientes. Mas, para que essa transformação se concretize, as empresas devem investir em IA como um produto, atribuindo a alguém a supervisão dos processos dos agentes, implementando mecanismos de controle e criando salvaguardas humanas.

Os primeiros adotantes estão vendo ciclos de fluxos 20% a 30% mais rápidos e reduções significativas nos custos de back-office. Em alguns casos, o tempo de processamento humano foi reduzido em algumas instâncias em 40% e o Net Promoter Score (NPS) - uma medida da probabilidade de um cliente recomendar uma seguradora a um conhecido - aumentou em 15 pontos.



Contudo, essa tecnologia traz novos desafios de governança, pois, sem supervisão, controles de agentes bem construídos podem sair do curso. Ao mesmo tempo, aumenta o potencial de ameaças de cibersegurança, visto que cria ou expande superfícies de ataque que atores maliciosos podem alavancar, por exemplo, sequestrando agentes autônomos para infiltrar sistemas e roubar dados.

Para mitigar esses riscos e construir uma implementação segura, o BCG, no âmbito do seu Framework para Segurança e Confiança Agentic (FAST) e por meio da pesquisa "*Making AI Agents Safe for the World*", identificou três estratégias-chave que ajudam as empresas a se proteger:

Validação de entrada com reconhecimento de intenção. Os sistemas

devem detectar e bloquear solicitações maliciosas, analisando sua intenção e estrutura, sem restringir consultas legítimas. Um agente treinado para detecção é provavelmente a melhor solução.

Segurança robusta da API. Todas as integrações exigem mecanismos de autenticação fortes combinados com uma higienização completa dos dados de entrada. Isso reduz o risco de consultas maliciosas se propagarem por sistemas interconectados. A aplicação de padrões de confiança zero (nunca confie, sempre verifique) e do princípio do menor privilégio (os usuários recebem o mínimo de acesso necessário) é fundamental para garantir que os agentes sejam devidamente autenticados e autorizados a acessar os componentes necessários do sistema.

Monitoramento em tempo real. O monitoramento contínuo do comportamento com detecção de anomalias ajuda a identificar padrões indicativos de manipulação maliciosa. Auditorias regulares garantem que o comportamento da IA permaneça alinhado aos objetivos pretendidos, com qualquer desvio ou degradação sendo prontamente corrigido.

O BCG reforça que equilíbrio entre inovação e segurança garante que os sistemas permaneçam funcionais e resilientes, agregando valor e, ao mesmo tempo, protegendo usuários e dados.

Os estudos completos estão disponíveis, em inglês, no site do BCG (www.bcg.com).

News@TI

Wildlife Studios anuncia 21 vagas em tecnologia e desenvolvimento de games

A Wildlife Studios, uma das maiores desenvolvedoras de jogos mobile do mundo, anuncia a abertura de 21 novos postos de trabalho para profissionais de tecnologia e desenvolvimento de games. Entre as oportunidades, destacam-se vagas para Engenheiros (Backend, Game, Site Reliability), Cientistas e Engenheiros de Dados, Designers (UI/UX, Game, Motion), Artistas (2D, 3D, Marketing), e talentos nas áreas de People Analytics, RH e Finanças. Os interessados em fazer parte da equipe da Wildlife Studios e construir games para o mundo todo podem se candidatar às vagas disponíveis na página de carreiras da empresa, através do link (<https://careers.wildlifestudios.com/pt-br/pesquisar-jobs/>).

Setor elétrico brasileiro enfrenta "inflação de ataques" cibernéticos

O setor de energia e bioenergia no Brasil opera sob nível de ameaça cibernética classificado como alto e crescente. O diagnóstico é do relatório "Modelagem de Ameaças: Um Raio-X da Cibersegurança no Setor Energia e Bioenergia", produzido pela Redbelt Security, consultoria brasileira especializada em segurança da informação. O documento aponta o ransomware de dupla extorsão como principal ameaça tática e identifica a convergência pouco segura entre redes de TI e de tecnologia operacional (TO/ICS) como o risco estratégico mais sensível da cadeia (<https://wa.me/c/5511948785008>).

Nova plataforma móvel transforma ideias em apps prontos em minutos

A Emergent, plataforma de programação intuitiva que permite que qualquer pessoa transforme ideias em softwares rentáveis, anunciou o lançamento de seu aplicativo móvel, o Emergent AI. Com o aplicativo móvel da Emergent, é possível eliminar barreiras para o desenvolvimento de software para bilhões de pessoas em todo o mundo. Usuários podem transformar uma ideia em aplicativo totalmente funcional e publicá-lo diretamente na App Store e no Google Play. Um fundador pode iterar a lógica do produto enquanto espera um voo. O dono de uma pequena ou média empresa pode ajustar fluxos de trabalho minutos após uma ligação com seu cliente. Um consultor pode transformar feedback em novos recursos instantaneamente. "As melhores ideias raramente esperam você estar na sua mesa", disse Mukund Jha, cofundador e CEO da Emergent. "A necessidade de novas ferramentas para desenvolvimento de software é clara, como evidenciado pelo sucesso da Emergent." Os usuários interessados podem baixar o aplicativo na App Store ou no Google Play.

Editorias

Economia/Política: J. L. Lobato (lobato@netjen.com.br); *Ciência/Tecnologia:* Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); *Livros:* Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioph.com.br);

Comercial: comercial@netjen.com.br

Publicidade Legal: lilian@netjen.com.br

Webmaster/TI: Fabio Nader; *Editoração Eletrônica:* Ricardo Souza.

Revisão: Maria Cecília Camargo; *Serviço informativo:* Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA.

Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.

Jornal Empresas & Negócios Ltda

Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04128-080

Telefone: (11) 3106-4171 - E-mail: (netjen@netjen.com.br)

Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90

JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003)

Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.

Senado aprova regras para empresas que prestam serviços a turistas

O Senado aprovou na quarta-feira (25) o projeto de lei (PL) 4.099/2023 que classifica empresas que fazem recepção, transporte e passeios no local de destino dos turistas como agências de turismo

O texto ainda será analisado pela Câmara dos Deputados. O projeto altera a expressão usada para nomear essas empresas de "empresas de turismo receptivo" para "agências de turismo receptivo".

Essas empresas atuam exclusivamente ou prioritariamente na prestação de serviços turísticos no destino visitado. Entre as atividades desempenhadas estão a recepção e acolhimento de turistas; serviços de traslado e transporte local; elaboração, comercialização e execução de roteiros e passeios turísticos; e assistência, orientação e acompanhamento ao turista durante sua permanência.



O projeto se justifica pelo fortalecimento das agências de turismo receptivo.

Segundo a relatora da proposta, a senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) a alteração para o termo "empresa" reflete com maior precisão a diversidade e a complexidade das operações desempenhadas em regiões com vocação natural para o turismo, "que vão muito além

da simples agência", mas que ainda carecem de estrutura empresarial consolidada.

A senadora destacou ainda que o projeto dá segurança jurídica a essas agências, fortalece o tecido econômico local, garantindo que a renda gerada pelo turismo perma-

neça e circule na própria comunidade, incentivando o empreendedorismo regional.

"O projeto se justifica pelo fortalecimento das agências de turismo receptivo que, por sua própria natureza, são empresas de base local, gerando empregos diretos e indiretos na ponta, contratando guias locais, motoristas, e firmando parcerias com hotéis, restaurantes e artesãos da região", afirmou.

Para a senadora, a medida é simples mas tem efeitos positivos profundos, que beneficiam "desde o pequeno empreendedor local até a imagem do Brasil como um destino turístico organizado e competitivo", concluiu (ABR).

Remuneração variável não é problema de TI, é decisão de negócio

Gabriel Segers (*)

A remuneração variável é um dos principais instrumentos de gestão de desempenho nas empresas, mas ainda é tratada, em muitos casos, como um problema técnico

frequentes em metas e regras.

Em vez de estar sob o controle das áreas que definem metas e lideram pessoas, o cálculo de comissões e bônus segue dependente de planilhas complexas, scripts e intervenções constantes da TI.

A ideia é simples: quando a remuneração variável se distancia do negócio, ela perde eficiência, transparência e capacidade de gerar alinhamento.

Essa dependência de processos improvisados não é pontual. Segundo pesquisa realizada pela Flash com líderes de recursos humanos, 48% das empresas brasileiras ainda utilizam planilhas para gerir dados de colaboradores.

Embora o levantamento não trate exclusivamente de comissionamento, ele evidencia um problema estrutural: processos críticos de pessoas continuam apoiados em ferramentas frágeis para lidar com regras dinâmicas, exceções frequentes e grandes volumes de dados, exatamente o cenário da remuneração variável. O risco dessa abordagem vai além da ineficiência.

Estudos acadêmicos conduzidos por Raymond R. Panko, professor da University of Hawaii e referência internacional em governança de planilhas, demonstram que erros são recorrentes em planilhas utilizadas para tomada de decisão em ambientes corporativos. Esses trabalhos, amplamente citados em literatura especializada e em publicações como a Harvard Business Review, indicam que confiar cálculos sensíveis a processos manuais aumenta o risco de inconsistências, retrabalho e conflitos internos, especialmente quando há mudanças

Na prática, algumas empresas já perceberam que o problema não está no modelo de remuneração, mas na forma como ele é operacionalizado. A Direcional conseguiu eliminar milhares de linhas de código ao retirar o cálculo de comissões de soluções técnicas improvisadas. Na Ludfor, mais de 200 colaboradores passaram a ser comissionados automaticamente, reduzindo dependência operacional. Já no Sem Parar, o tempo de cálculo de comissões caiu de 15 dias para cerca de uma hora, com impacto direto na previsibilidade financeira e no engajamento das equipes. Os exemplos mostram que autonomia não significa ausência de controle, mas processos melhor desenhados.

É comum ouvir que a TI precisa centralizar o comissionamento por envolver valores financeiros e risco. Essa lógica, no entanto, confunde governança com dependência. Centralizar regras em planilhas e códigos não elimina riscos, apenas os torna menos visíveis e mais difíceis de corrigir. Quando áreas como vendas, operações e financeiro conseguem modelar e acompanhar a remuneração variável com clareza, a empresa ganha agilidade, transparência e capacidade de adaptação.

No começo do ano, quando metas e modelos de incentivo costumam ser revisados, essa discussão se torna ainda mais urgente. Tirar a remuneração variável da dependência da TI e devolvê-la às áreas de negócio não é uma decisão tecnológica, mas de maturidade de gestão. Empresas que fazem esse movimento deixam de tratar comissões como um problema operacional e passam a utilizá-las como aquilo que sempre deveriam ter sido: um instrumento estratégico de alinhamento, desempenho e crescimento sustentável.

(*) - É tecnólogo, empreendedor, CEO e cofundador da SplitC (<https://www.splitc.com.br/>).

Inflação do aluguel cai 0,73% em fevereiro

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), conhecido como inflação do aluguel, registrou queda de 0,73% em fevereiro, revertendo a alta observada em janeiro, quando havia avançado 0,41%. Com esse resultado, o índice passa a acumular queda de 0,32% no ano e de 2,67% em 12 meses. Em fevereiro de 2025, o IGP-M havia apresentado alta de 1,06% no mês, acumulando variação de 8,44% em 12 meses.

Os dados foram divulgados na quinta-feira (26) pela Fundação Getúlio Vargas. Em fevereiro, a taxa do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) caiu 1,18%, invertendo o movimento quando comparado à taxa de janeiro, de 0,34%. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou taxa de 0,30% em fevereiro, inferior ao mês de janeiro, quando o índice tinha subido 0,51%.

Segundo a FGV, entre as oito classes de despesa que compõem o índice, cinco apresentaram recuos em suas taxas de variação: Alimentação (0,66% para 0,17%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,60% para 0,12%), Educação, Leitura e Recreação (1,38% para 0,72%), Transportes (0,71% para 0,53%) e Vestuário (-0,16% para -0,43%). Em

sentido oposto, os grupos Habitação (0,06% para 0,33%), Despesas Diversas (0,17% para 0,37%) e Comunicação (0,00% para 0,01%) tiveram aumentos

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) subiu 0,34% em fevereiro, desacelerando em relação ao mês anterior, quando registrou alta de 0,63%. O grupo Materiais e Equipamentos recuou de 0,35% para 0,30%; o grupo Serviços aumentou de 0,25% para 0,36%; e o grupo Mão de Obra diminuiu de 1,03% para 0,39%.

Segundo o economista da FGV, André Braz, o IPA, índice de maior peso no IGP, registrou forte queda em fevereiro, puxado pelo recuo dos preços de commodities relevantes. No período, minério de ferro (-6,92%), soja (-6,36%) e café (-9,17%) apresentaram retrações expressivas. Os demais componentes do IGP-M também avançaram em ritmo mais contido do que no mês anterior. "No varejo, o IPC desacelerou com a perda de intensidade das altas nas mensalidades escolares. Já na construção civil, a inflação da mão de obra perdeu fôlego em relação a janeiro," afirma Braz (ABR).

Último dia para entregar informe de rendimento

O prazo limite para que os empregadores entreguem aos seus funcionários o informe de rendimentos de 2025 termina hoje (27). As instituições financeiras e corretoras de valores devem fornecer as aplicações financeiras de seus clientes referentes ao ano-calendário de 2025.

Os contribuintes do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) precisam deste documento para preenchimento da declaração do IRPF 2026 ano-base 2025. O informe detalha todos os valores recebidos por uma pessoa física ao longo do ano passado.

Quem emite o informe é a fonte pagadora, qualquer que seja, desde microempreendedores individuais (MEI) que possuem empregados até o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

As informações que devem constar no informe de rendimento incluem: salário bruto do ano-base; Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF); Contribuições previdenciárias; benefícios, como vale-alimentação e vale-refeição; e outras deduções (ABR).



NEGÓCIOS em PAUTA

lobato@netjen.com.br

A – Feito à Mão

No dia 11 de abril, São Paulo recebe o Artesanal Fashion Day 2026, movimento que posiciona o feito à mão como protagonista da moda contemporânea. O evento vem se consolidando como um dos principais movimentos de valorização da moda artesanal brasileira. Reúne artesãos, estilistas, marcas, influenciadores, imprensa e empresas do setor para apresentar novas perspectivas do mercado handmade em uma experiência que vai muito além da passarela. Informações e ingressos: (www.artesanalfashionday.com.br).

B – Ano Especial

Coragem, inovação e simplicidade: estes são os principais legados de João Stramosk, um dos fundadores da RIO – Riodelense (Rio do Sul/SC), empresa que terá um 2026 muito especial: as comemorações de 80 anos de atividades, celebrando a trajetória de sucesso com diversas atividades nos próximos meses. A RIO está entre as maiores fabricantes latino-americanas de componentes para motores de veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas agrícolas, motocicletas, além de produtos voltados para o transporte ferroviário. Com expertise em fundição de ligas especiais de ferro e aço e usinagem de alta precisão, a empresa se tornou referência nacional e mundial, pela tecnologia oferecida e pela capacidade produtiva da fábrica.

C – Mídia Exterior

De 17 a 19 de março, no Villa Blue Tree, em São Paulo, acontece o maior encontro do mercado de mídia exterior do país, reunindo lideranças e profissionais do Out Of Home e contará com painel organizado pela

Associação Brasileira de Anunciantes (ABA). O evento marca a evolução da tradicional Convenção Nacional da entidade, que passa a adotar o formato "Summit". Reunirá lideranças, especialistas e profissionais do setor em três dias dedicados à troca de conhecimento, debates estratégicos, apresentação de cases e networking. As inscrições e mais informações sobre a programação completa estão disponíveis no site: (<https://oohsummit.com.br/>).

D – Genética Brangus

A Associação Brasileira de Brangus (ABB) anuncia a abertura oficial das inscrições para o Congresso Mundial Brangus 2026, o mais importante encontro internacional da genética Brangus, que será realizado entre os dias 12 e 25 de março, com sede principal em Londrina. A programação, contará com giras técnicas em propriedades pré e pós-evento, exposições, julgamentos, leilões, palestras, eventos gastronômicos, entre outros. O Congresso reunirá produtores, criadores, técnicos, pesquisadores, lideranças do setor e referências mundiais na criação da raça Brangus, promovendo a troca de conhecimento, experiências e avanços técnicos da pecuária moderna. Inscrições: (<https://app.codemy.party/e/brangus2026>).

E – Modernos e Contemporâneos

O curador Saulo di Tarso assina a exposição Joaquín Torres García – 150 anos, em cartaz no Centro Cultural Banco do Brasil São Paulo até 9 de março, propondo uma leitura da obra do artista uruguaio e sua influência na arte latino-americana. A mostra reúne mais de 70 criadores modernos e contemporâneos do Brasil e do exterior e explora como García articulou vanguardas europeias, identidade

sul-americana e pedagogia artística. A visitação é gratuita, diária, das 9h às 20h, exceto às terças-feiras. Depois de São Paulo, a exposição segue para Brasília, de 31 de março a 21 de junho, e Belo Horizonte, de 15 de julho a 12 de outubro.

F – Intenção de Consumo

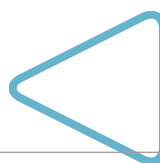
O Índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), apurado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), avançou 0,6% em fevereiro, descontados os efeitos sazonais, atingindo 104,3 pontos. Este é o maior patamar registrado pelo indicador desde maio de 2024 (104,5 pontos). Na comparação anual, a intenção de consumo apresentou crescimento de 1,5% frente a fevereiro de 2025, consolidando o terceiro mês consecutivo de alta nessa base de comparação. O estudo foi divulgado na quarta-feira (25).

G – Escritórios de Advocacia

A AASP - Associação dos Advogados promove, entre os dias 5 a 26 de março, uma programação especial do Mês da Mulher, com palestras gratuitas abertas ao público em geral. O evento tem o objetivo de valorizar o protagonismo feminino na Advocacia brasileira, estimular o debate sobre igualdade de oportunidades e fortalecer a atuação das mulheres no sistema de Justiça. Em sua programação, a reforma tributária é um tema central, que promete simplificar o sistema de impostos, reduzir a burocracia e tornar a arrecadação mais eficiente e justa. Para mais informações e inscrição, acesse: (<https://mesdamulher.aasp.org.br/>).

H – Programação Python

Aprender a dar os primeiros passos na linguagem de programação Python e conhecer os princípios de análise de dados, com o apoio de uma comunidade que incentiva a presença feminina na tecnologia. Essa é a proposta do grupo de extensão Code.laces, do ICMC da USP, em São Carlos, que está oferecendo 80 bolsas integrais para o curso Análise de Dados: Meus primeiros passos em Python. A formação é promovida pela PrograMaria, uma iniciativa que há dez anos transforma o mercado para que mais mulheres e outras pessoas de gêneros minorizados ocupem seus espaços na tecnologia. Inscrições e podem ser realizadas no link: (<https://icmc.usp.br/e/lm95a>).



Carol Olival (*)

Economia da Criatividade

#FullSailBrazilCommunity

O Marketing Educacional no Longo Prazo: Por Que Resultados Reais Não Acontecem em Campanhas Isoladas

Ao longo da minha atuação com marketing educacional, percebi um padrão que se repete em muitas instituições: a expectativa de resultados rápidos a partir de campanhas pontuais

Datas de matrícula, ações promocionais e picos de investimento costumam gerar movimento momentâneo, mas raramente constroem algo sustentável. No mercado educacional, resultados reais não nascem da urgência, mas da consistência.

Educação é uma decisão de alto envolvimento. Pais e alunos precisam de tempo para observar, confiar e se identificar com uma instituição. Por isso, o marketing educacional não pode ser tratado como uma sequência de campanhas isoladas. Ele precisa ser entendido como um processo contínuo de construção de marca, relacionamento e reputação. Quando isso não acontece, a instituição vive em ciclos de ansiedade, sempre esperando que a próxima campanha “resolva” o problema da captação.

Construir marca educacional é um trabalho de longo prazo. Marca não é logotipo, nem slogan. É a soma das experiências, mensagens e interações que uma instituição oferece ao longo do tempo. Quando a comunicação é consistente, clara e alinhada à prática, ela cria familiaridade. E familiaridade gera confiança. Já os picos de campanha podem até gerar leads, mas dificilmente criam vínculo.

Na prática, vejo que projetos recorrentes fazem toda a diferença. Eventos educacionais periódicos, produção contínua de conteúdo relevante, iniciativas que envolvem alunos, professores e famílias e a criação de comunidades em torno da marca fortalecem o posicionamento institucional. Esses projetos não geram apenas visibilidade; eles criam pertencimento. E pertencimento é um ativo poderoso no marketing educacional.

Outro ponto importante é que a consistência permite aprendizado. Estratégias de longo prazo geram dados, histórico e previsibilidade. A instituição passa a entender melhor seu público, ajustar mensagens e tomar decisões mais inteligentes. Campanhas isoladas, por outro lado, raramente oferecem insumos suficientes para análises profundas.

Costumo dizer que marketing educacional não é sobre acelerar decisões, mas sobre acompanhar processos. Instituições que entendem isso constroem crescimento mais sólido e menos dependente de ações emergenciais. É uma visão mais madura, que exige paciência, planejamento e alinhamento estratégico.

Ao longo da minha trajetória profissional, muito conectada à educação e à inovação, aprendi que investir em visão de longo prazo também é investir em aprendizado contínuo. Estar atualizado, estudar o comportamento do público e entender o papel estratégico do marketing são passos essenciais para quem deseja construir resultados duradouros — e não apenas responder às urgências do calendário.

(*) - Com graduação em Arquitetura e Urbanismo, pós-graduação em Administração, MBA em Empreendedorismo e Inovação e Mestrado em Marketing Digital, Carol Olival conta com mais de 20 anos de atuação no mercado de educação. Tem foco nas áreas de vendas e marketing e experiência como empreendedora e gestora de escolas próprias. Autora de três livros sobre educação e treinamento corporativo e TEDx speaker, hoje Carol atua como Community Outreach Director da Full Sail University, provendo constantes debates sobre como o binômio criatividade e tecnologia são necessários a todos profissionais do cenário atual, e o papel da educação dentro desse contexto

O PMO contemporâneo não reage: ele antecipa — e a IA será o motor dessa virada

Vinicius Tavares Araújo (*)

A gestão de projetos sempre foi orientada por dados, mas limitada pela capacidade humana de analisá-los em escala e velocidade. Na gestão de projetos e PMO, as organizações que incorporam Inteligência Artificial ao seu modelo de governança conseguem tomar decisões mais rápidas, reduzir riscos e aumentar a previsibilidade das entregas, exatamente onde projetos tradicionalmente falham.

Não é necessário explicar que a IA deixou de ser tendência e passou a ser um diferencial competitivo real em diversas atividades. Aqueles que souberem utilizar a IA estarão mais qualificados e já temos visto alguns casos concretos. Em programas SAP, por exemplo, algoritmos conseguem

analisar cronogramas integrados, dependências críticas e capacidade real das frentes, antecipando impactos em marcos estratégicos.

Já em contextos ágeis, a IA apoia decisões de roadmap ao prever velocidade sustentável dos squads, identificar riscos de sobrecarga e sugerir ajustes de backlog com base em dados históricos e comportamento do time. Isso pode ser visto, inclusive, em relatórios recentes da McKinsey & Company e do Project Management Institute (PMI) apontam que organizações orientadas por dados têm 23% mais chances de superar metas de prazo e custo.

Na prática, a IA atua como um copiloto estratégico do PMO. Isso significa menos decisões reativas e mais foco em valor, priorização e

alinhamento estratégico. Com a IA, indicadores como SPI, CPI, OKRs e riscos deixam de ser apenas retrospectivos e passam a ser preditivos. Segundo o PMI, projetos que utilizam analytics avançado reduzem em até 30% o esforço gasto em retrabalho e correções tardias.

No dia a dia, os algoritmos da IA passam a apoiar o gestor na análise de cronogramas, identificação de riscos ocultos, simulações de cenários e antecipação de desvios antes que eles se tornem problemas reais. A identificação de riscos deixa de ser apenas quantitativa e passa a ser mais qualitativa, através de análise de padrões de falhas recorrentes, mudanças frequentes de escopo, dependências críticas e até comportamento de stakeholders, elevando o nível de maturidade da gestão de riscos.

Em ambientes corporativos de grande escala — telecom, indústria, distribuição, tecnologia e consultoria — a IA mostra seu maior potencial. A integração entre dados operacionais, financeiros e estratégicos, apoiada por business intelligence (BI) e modelos preditivos, fortalece a governança e cria uma narrativa objetiva para a alta gestão.

Em minha rotina como consultor na TGT ISG, trabalhando em projetos complexos, vi que a combinação entre visão executiva, métodos consolidados e uso inteligente de tecnologia cria bases sólidas para eficiência operacional, redução de riscos e geração contínua de valor ao negócio. Para PMOs, diretores e sponsors, o principal desafio não está na adoção de frameworks,

mas na capacidade de execução consistente e previsível.

Particularmente, não acredito que a IA irá substituir empregos. A inteligência artificial não substitui o julgamento humano, mas amplia a qualidade das decisões estratégicas. Sponsors e comitês executivos precisam de clareza, não de excesso de informação. Empresas que entendem essa transformação fortalecem sua governança, aumentam a previsibilidade e tomam decisões mais qualificadas em ambientes cada vez mais complexos. E para as organizações que buscam elevar sua maturidade em gestão de projetos, PMO e governança, a IA é uma aliada estratégica para transformar dados em decisões e projetos em resultados sustentáveis.

(*) Consultor Sênior na TGT ISG.

Proclamas de Casamentos

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL Distrito de Jardim São Luís

Dr^a. Evanice Callado Rodrigues dos Santos - Oficial

Faço saber que os seguintes pretendentes apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525, do Código Civil Atual Brasileiro e desejam se casar:

O pretendente: **JORGE FERNANDO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 03/11/1981, gerente de cafeteria, natural de São Caetano de Odivelas - PA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Raimundo Palmela das Chagas e de Maria Vieira das Chagas; A pretendente: **GLEICE EVA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, nascida aos 26/05/1988, atendente, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Vilobaldo Rodrigues dos Santos e de Domingas Eva da Conceição.

O pretendente: **ROSIELMA VIEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, solteiro, nascido aos 03/11/1981, gerente de cafeteria, natural de São Caetano de Odivelas - PA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Raimundo Palmela das Chagas e de Maria Vieira das Chagas; A pretendente: **GLEICE EVA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, nascida aos 26/05/1988, atendente, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Vilobaldo Rodrigues dos Santos e de Domingas Eva da Conceição.

O pretendente: **ANTONIO ALLAN DA SILVA PARENTES**, brasileiro, divorciado, nascido aos 10/12/1979, motorista, natural de Piracuruca - PI, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Francisco de Melo Parentes e de Albetiza Francisca da Silva Parentes; A pretendente: **SELMA MARIA DA CONCEIÇÃO**, brasileira, solteira, nascida aos 04/08/1975, de serviços domésticos, natural de Campo Maior - PI, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Raimunda Maria da Conceição.

O pretendente: **JONAS ALVES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 13/09/2004, gessoiro montador, natural de Alto Longá - PI, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Francisco das Chagas da Silva e de Simone Alves de Macedo; A pretendente: **ISABEL SOUZA BRITO DE MATOS**, brasileira, solteira, nascida aos 05/09/2005, estudante, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Luis Paulo Brito de Matos e de Luciana Souza Brito de Matos.

O pretendente: **BRUNO FLOR DIAS**, brasileiro, solteiro, nascido aos 19/04/1996, expert em interação, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Francisco de Assis Dias e de Ana Paula Nogueira Flor Dias; A pretendente: **BEATRIZ REGINA NUNES LUIZ**, brasileira, solteira, nascida aos 21/12/1997, auxiliar de escritório, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Jose Carlos Luiz e de Roseli Lucia-na Nunes Luiz.

O pretendente: **ISAIAS DA SILVA**, brasileiro, divorciado, nascido aos 29/07/1987, cozinheiro, natural de Esperança - PB, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Ismael Reginaldo da Silva e de Maria das Dóres Silva; A pretendente: **ANDREIA MARIA DOS SANTOS**, brasileira, divorciada, nascida aos 20/05/1989, do lar, natural de Simões - PI, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Francisco Ferreira dos Santos e de Maria do Socorro dos Santos.

O pretendente: **GUSTAVO SCIARRETTA DE ALMEIDA**, brasileiro, divorciado, nascido aos 20/04/1993, motoboy, natural de Ribeirão Pires - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Antonio Aparecido de Almeida e de Ana Lúcia Sciarretta de Almeida; A pretendente: **ELIMAR CAROLINA MEDINA OCHOA**, venezuelana, solteira, nascida aos 27/05/1989, cozinheira, natural da Venezuela, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Carlos Eduardo Medina e de Emilia de Jesus Ochoa de Medina.

O pretendente: **KAIQUE AUGUSTO ALMEDIA MARTINS**, brasileiro, solteiro, nascido aos 14/05/1997, assistente de logística, natural de Morpará - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Manoel Alves Martins e de Maria Luiza de Almeida Martins; A pretendente: **DEYSE MAGALHÃES DA SILVA**, brasileira, solteira, nascida aos 16/02/1999, recepcionista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Adilson Moura da Silva e de Raimunda Magalhães de Matos.

O pretendente: **MATHEUS VINICIUS ARAUJO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, nascido aos 04/01/2001, atendente, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Sergio Gomes dos Santos e de Miriam Enes Araujo dos Santos; A pretendente: **INGRID MARIA FERREIRA DE LIMA**, brasileira, solteira, nascida aos 24/08/1998, fotógrafa, natural de Pilar - AL, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Severino Ramos Ferreira de Lima e de Marta Maria Dantas.

O pretendente: **FRANCISCO MARCOS TEIXEIRA CARNEIRO**, brasileiro, solteiro, nascido aos 09/04/1994, confeiteiro, natural de Granja - CE, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Francisco Vitorino Rodrigues Carneiro e de Maria da Conceição Farias Teixeira; A pretendente: **MARIA DAIANE SILVESTRE DE CARVALHO**, brasileira, solteira, nascida aos 18/12/2006, confeiteira, natural de Camocim - CE, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Raimundo Nonato de Carvalho e de Maria Cicera Silvestre da Silva.

O pretendente: **LUCAS DOS SANTOS ANTONIO**, brasileiro, solteiro, nascido aos 09/04/1999, confeiteiro, natural de Belford Roxo - RJ, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Marcelo Antonio e de Domingas dos Santos Antonio; A pretendente: **RAQUEL STEPHANELLY DA SILVA SANTOS**, brasileira, solteira, nascida aos 06/05/2007, maquiadora, natural de Solânea - PB, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Odair José da Silva e de Cicera Priscilha da Silva Santos.

O pretendente: **HUDSON ELIOENAI ALVERNAZ SILVA**, brasileiro, divorciado, nascido aos 24/10/1994, motorista de aplicativo, natural de Ipatinga - MG, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Sebastião Itamar da Silva e de Maria Aparecida de Alvernaz Silva; A pretendente: **LARYSSA SANTIAGO PEREIRA**, brasileira, solteira, nascida aos 12/01/1998, psicóloga, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Edvaldo Pereira e de Sandra Regina Santiago Pereira.

O pretendente: **LUIZ FERNANDO NUNES GOMES**, brasileiro, divorciado, nascido aos 09/02/1998, motorista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Rogério Gomes e de Ruth Nunes Gomes; A pretendente: **ANGÉLICA RAMOS**, brasileira, solteira, nascida aos 13/05/1991, do lar, natural de Ubiratã - PR, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Alberto Ramos e de Armelinda Ramos.

O pretendente: **JOSÉ ALVES SERAFIM NETO**, brasileiro, solteiro, nascido aos 05/06/1986, topógrafo, natural de Buique - PE, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Vicente Alves Serafim e de Edite Severina de Mélo Serafim; A pretendente: **EDILENE SOUSA DE JESUS**, brasileira, divorciada, nascida aos 05/04/1989, do lar, natural de Poço Verde - SE, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Gildacio Porfirio de Jesus e de Joana Sousa de Jesus.

O pretendente: **ADILSON GERALDO**, brasileiro, divorciado, nascido aos 11/02/1983, técnico de enfermagem, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Pedro Antônio Geraldo e de Marinalva Silva Nascimento; A pretendente: **CAROLINE GOMES FELINTRO**, brasileira, solteira, nascida aos 23/06/1992, técnica de enfermagem, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de João Cezar Lima Felintro e de Vanusa Gomes Ferrera Felintro.

O pretendente: **THIAGO CARVALHO FORTUNATO**, brasileiro, solteiro, nascido aos 02/09/1986, motoboy, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Heivecio de Souza Fortunato e de Elza Carvalho dos Santos; A pretendente: **DÉBORA PEREIRA COSTA PINA**, brasileira, solteira, nascida aos 09/03/1989, coordenadora de cozinha, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Anizio Santos Pina e de Norma Pereira Costa Pina.

O pretendente: **LUCAS ALVES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 18/12/2004, cozinheiro, natural de Piripiri - PI, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Antonio Valdemar da Silva e de Maria Francisca Alves; A pretendente: **KELLY KETLEN DE JESUS LOPES PEREIRA**, brasileira, solteira, nascida aos 31/05/1996, cozinheira, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Valter Daniel Lopes Pereira e de Teresinha Rosa de Jesus.

O pretendente: **RODRIGO SANTOS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 01/10/1994, gerente de tecnologia, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Rizonildo Antonio da Silva e de Marcia Santos de Jesus Silva; A pretendente: **MARIANE GONÇALVES BARROSO**, brasileira, solteira, nascida aos 20/02/1999, analista de recursos humanos, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Antonio Alves Barroso e de Patricia Gonçalves de Jesus.

O pretendente: **DANILO JACINTO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido aos 15/09/1984, pedreiro, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Edmundo Jacinto da Silva e de Gilma Francisco da Silva; A pretendente: **TAMIRES ELOISA DE OLIVEIRA NORONHA**, brasileira, solteira, nascida aos 10/04/1991, do lar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Maria Aparecida de Oliveira Noronha.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado no Oficial de Registro Civil e publicado na imprensa local

14 bmg Seguradora

(CNPJ: 26.136.748/0001-00)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais e societários vigentes, apresentamos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Bmg Seguradora S.A. relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, as companhias das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Em consonância com as melhores práticas empresariais, a Companhia adota a política de Governança Corporativa, visando a manutenção e o aprimoramento das suas estruturas de Controles Internos, Compliance e de Auditoria Interna, as quais buscam, constantemente, a transparência nos padrões mais elevados de integridade e ética profissional e social. A segurança da informação é preocupação constante da Companhia. Concomitantemente a essas informações, a Companhia destinou R\$261 mil para realizações de Auditorias Externas até 31 de dezembro de 2025.

Destacamos que, durante o ano de 2025, observamos o crescimento nos prêmios emitidos de seguros, decorrente da manutenção do contrato de cosseguo aceito com a Generali do Brasil o qual iniciou-se no ano de 2023. Esses prêmios, somados às rendas de contribuições, ampliaram o montante significativo de R\$ 63.485 mil em relação a 2024, representando um crescimento de 19,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Dessa forma, encontramos o exercício em 31 de dezembro de 2025 com um volume total de R\$ 389.128 mil (em comparação aos R\$ 325.643 mil registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Os Prêmios Ganhos atingiram o montante de R\$ 381.697 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em contraste com os R\$ 302.041 mil registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). O lucro líquido demonstrou um crescimento expressivo, totalizando R\$ 70.878 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em comparação aos R\$ 66.282 mil registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o rácio de despesas administrativas (incluindo comissão de cosseguo) foi de 11,73% (11,3% em 2024).

Durante o ano de 2025 a Bmg Seguradora apresentou um índice combinado em patamares de acordo o plano de negócios estabelecido, confirmando o compromisso da companhia na execução do plano estratégico.

No âmbito dos investimentos, a empresa mantém um foco contínuo em liquidez, equilíbrio e otimização entre risco e retorno. O resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi R\$ 23.178 mil (em comparação aos R\$ 13.503 mil registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		308.738	298.800
DISPONÍVEL		3.450	4.740
Caixa e bancos		3.450	4.740
APLICAÇÕES	5	197.409	157.860
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES		45.095	40.855
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS	7	42.455	40.433
Prêmios a receber		5.908	3.369
Operações com seguradoras		36.547	37.064
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	7	2.640	422
Valores a receber		2.640	422
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	8	5.198	38.710
Créditos a receber		1.042	399
Créditos trib e previdenciários		3.711	37.857
Outros créditos		445	454
DESPESAS ANTECIPADAS OPERACIONAIS	9	23.773	21.524
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	10	33.813	35.111
ATIVO NÃO CIRCULANTE		13.851	7.659
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.236	40
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		12.236	40
Depósitos judiciais e fiscais	11	42	40
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	10	12.194	7.240
IMOBILIZADO	6	1.615	379
Bens móveis		794	379
Intangível		821	-
TOTAL DO ATIVO		322.589	306.459

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.000	2.411	22.305	-	44.716
Proposta para distribuição resultado	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	1.589	32.346	(33.935)	-
Dividendos	-	-	-	(32.347)	(32.347)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	66.282	66.282
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.000	4.000	54.651	-	78.651
Proposta para distribuição resultado	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	35.439	(35.439)	-
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	-	-	-	(11.726)	(11.726)
Dividendos	-	-	-	(23.713)	(23.713)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	70.878	70.878
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.000	4.000	90.090	-	114.090

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A Bmg Seguradora S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado atualmente com sede em São Paulo – SP, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, 10º andar, conjunto D2, sala 06, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000 e filial em Belo Horizonte MG na Rua Matias Cardoso 63 salas 305 a 308 Edifício Brafer, Bairro Santo Agostinho, CEP 30.170-914.

Foi constituída em 03/11/2015 e tem por objeto social operar com seguro de pessoas (funeral, prestamista e de pessoas), desempenho de renda, vida em grupo) e planos de previdência privada em todo território nacional. Aprovada pela Portaria SUSEP 6.619 datada de 29/07/2016 e publicada em 22/08/2016 no Diário Oficial da União, data a partir da qual, obteve seu CNPJ 26.136.748/0001-00 devidamente registrado na Receita Federal do Brasil.

No terceiro trimestre do ano de 2025, a Companhia passou por uma reestruturação societária e transferência de controle acionário através do instrumento particular de compra e venda de ações e outras vantagens, datado em 29/08/2025, passando de dois acionistas para um único acionista detentor de 100% do capital social integrante do Grupo Bmg, caracterizando a consolidação do controle societário nos termos da Lei nº 6.404/1976 e da regulamentação aplicável às participações qualificadas em sociedades seguradoras. O processo de transferência de controle foi homologado perante a Superintendência de Seguros Privados – Susep, com número do processo de aprovação prévia 15414.629434/2025-68. Em decorrência do tombamento da carteira, no exercício de 2018, da Associação Assistencial Familiar Bandeirante, inscrita no CNPJ 62.874.219/0001-77 (antiga Família Bandeirante Previdência Privada) iniciaram as operações da Bmg Seguradora S.A. em previdência privada, que ocorrer por meio de desconto em folha de pagamento, a qual atua com planos os quais se encontram bloqueados para comercialização.

A Bmg Seguradora (antiga MG Seguros) é empresa consorciada do Seguro Dpvt com uma posição no consórcio de 1,02344%, atualizada em 31/12/2021. Em decorrência dessa participação era autorizada pela Seguradora Líder a prestar serviços de recepção e regulação de sinistros do seguro Dpvt. As operações de Seguro Dpvt foram suspensas conforme decisão formalizada na Medida Provisória 904/19, restando apenas a gestão do runoff da operação que é realizada em conjunto com todas as seguradoras participantes do consórcio.

Em dezembro de 2022 foi implementado, consoante aos preceitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 126/2007, o contrato de cosseguo aceito com a Seguradora Generali Brasil Seguros S.A. (09), inscrita no CNPJ sob o nº 33.072.307/0001-57 (cosseguradora líder).

Em abril de 2023 deu-se início às operações de cosseguo aceito dentro do Grupo Pessoas Coletivo (40%), tendo como ramos envolvidos: Seguro Funeral (29), Prestamista (77), Acidentes Pessoais (82), Desemprego/Perda de Renda (87), Vida (93).

Em 2025, esse contrato permaneceu em vigor, reforçando as operações de cosseguo e fortalecendo a posição financeira da Bmg Seguradora S.A. Sua continuidade traz vantagens para o desempenho operacional da companhia, favorecendo a diversificação dos riscos e reduzindo a volatilidade dos sinistros, que melhora a previsibilidade financeira. Além disso, esse contrato assegura a estabilidade no fluxo de prêmios e indenizações, aprimora a gestão do capital regulatório e contribui para uma alocação mais eficiente dos recursos, aspectos fundamentais para a sustentabilidade, expansão e continuidade da seguradora.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia e seu Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2026.

2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas adotadas pela Companhia para registro das suas transações estão descritas abaixo. Estas políticas são aplicadas de forma consistente para o período apresentado, salvo disposições em contrário.

2.1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e aplicáveis às companhias autorizadas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, no que não contrariem a Circular nº 648/2021 (antiga Circular SUSEP nº 517/2015), e alterações posteriores. Na elaboração da presente Demonstração Financeira, foi observado o modelo de publicação contido na referida Circular.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, divulgados na data das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos que podem diferir dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Demonstração do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 está sendo apresentada pelo Método Indireto.

2.2 - Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou alguns serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também a Circular SUSEP nº 648/2021 e revoga a Resolução CNSP nº 432/2012, que dispôs de temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). A Circular SUSEP nº 678/2021 recepcionou o CPC 48 a partir de 01 de janeiro de 2024. A Companhia avaliou os impactos da adoção das normas e não identificou impactos relevantes. CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia. A Companhia iniciou o trabalho de avaliação e está analisando os impactos em suas demonstrações financeiras. O CPC 50 ainda não foi recepcionado pela SUSEP. Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022: A Circular SUSEP nº 678/2022 altera algumas normas técnicas e procedimentos contábeis, incluindo a Resolução CNSP nº 432/2012, que dispôs de provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capital de risco de subscrição, crédito, operacional e mercado; patrimônio líquido ajustado; capital mínimo requerido, limite de retenção constituição de banco de dados de perdas operacionais; plano de regularização de solvência; registro, custódia e movimentação de ativos; critérios para a realização de investimentos; títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; Formulário de Informações Periódicas – FIP/SUSEP; Normas Contábeis e auditoria contábil independente, auditoria atuarial independente e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no que não contrariem a Circular nº 648/2021 (antiga Circular SUSEP nº 517/2015), e alterações posteriores. Na elaboração da presente Demonstração Financeira, foi observado o modelo de publicação contido na referida Circular.

2.3 - Moeda Funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (casas decimais arredondadas) a moeda funcional utilizada no ambiente econômico em que a Companhia opera e o Real (R\$) para registros de suas transações correntes, baseadas no princípio histórico, com exceção aos ativos financeiros.

2.4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, utilizados pela Companhia para gerenciar seus compromissos de curto prazo, com risco insignificante de mudança de valor.

O saldo das aplicações financeiras atingiu a expressiva cifra de R\$ 197.409 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, reforçando a solidez e a notável capacidade de geração de caixa da Companhia.

Queremos destacar que em dezembro de 2022 foi implementado consoante aos preceitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 126/2007, o contrato de cosseguo aceito com a Seguradora Generali Brasil Seguros S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.072.307/0001-57 (cosseguradora líder).

Essa colaboração estratégica proporciona uma distribuição mais equitativa dos riscos envolvidos nas aplicações promovendo uma gestão mais eficiente e sustentável das operações de seguro. A parceria com a seguradora Líder fortalece a expertise e a capacidade operacional da Bmg Seguradora S.A., consolidando-a como uma entidade comprometida com a segurança e proteção financeira dos segurados em diversas modalidades de cobertura.

Em 2025, esse contrato permaneceu ativo, fortalecendo as operações de cosseguo e ampliando a robustez financeira da Bmg Seguradora S.A. A continuidade desse contrato é benéfica para o resultado operacional da companhia, pois permite a diluição dos riscos assumidos, reduzindo a volatilidade dos prêmios e sinistros e aprimorando assim a previsibilidade financeira. Além disso, mantém a estabilidade do fluxo de recursos e sinistros, otimizando a gestão do capital regulatório e contribuindo para a eficiência na alocação de recursos, fatores essenciais para o crescimento sustentável da seguradora.

A Companhia continuará operando em seguros no grupo de âmbito do Grupo Pessoas Coletivo (09), abrangendo os ramos de Seguro Funeral (29), Prestamista (77), Acidentes Pessoais (82), Desemprego/Perda de Renda (87) e Vida (93).

A Bmg Seguradora S.A., dentro das diretrizes de gestão de pessoas, também conquistou, pelo terceiro ano consecutivo, o selo Great Place to Work, sendo classificada como uma das três melhores seguradoras para se trabalhar, que endossa os compromissos e qualidade de trabalho com os colaboradores.

Nesta oportunidade, agradecemos aos acionistas, segurados e colaboradores pela confiança e apoio incondicionais no cumprimento das metas e objetivos da Bmg Seguradora S.A. Reconhecemos e valorizamos imensamente o profissionalismo, os esforços e a dedicação incansável de nossos diretores e colaboradores, cujo comprometimento é fundamental para o alcance dos resultados obtidos. A todos nós, nossos sinceros reconhecimento pelo papel fundamental desempenhado em fortalecer e impulsionar o sucesso da nossa organização.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Atenciosamente,

A ADMINISTRAÇÃO

PASSIVO

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		178.003	181.132
CONTAS A PAGAR		48.743	83.190
Obrigações a pagar	12.1	45.633	44.712
Impostos e encargos sociais a recolher	12.2	1.893	97
Encargos trabalhistas	12.3	193	134
Impostos e contribuições	12.4	1.024	38.247
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS	13	8.556	7.171
Operações com seguradoras		-	704
Comissões e juros s/prêmios		8.556	6.467
DEPÓSITOS DE TERCEIROS		30	10
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS	14	120.027	89.840
Pessoas		120.027	89.840
PROVISÕES TÉCNICAS – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	15	647	921
Planos bloqueados		647	921
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		30.496	46.676
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS	14	29.976	46.105
Pessoas		29.976	46.105
PROVISÕES TÉCNICAS – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	15	72	68
Planos bloqueados		72	68
OUTROS DÉBITOS		448	503
Provisões judiciais	19	448	503
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	114.090	78.651
Capital social	20.1	20.000	20.000
Reservas de lucros	20.2	94.090	58.651
Lucro acumulado	20.3	-	-
TOTAL DO PASSIVO		322.589	306.459

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.000	2.411	22.305	-	44.716
Proposta para distribuição resultado	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	1.589	32.346	(33.935)	-
Dividendos	-	-	-	(32.347)	(32.347)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	66.282	66.282
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.000	4.000	54.651	-	78.651
Proposta para distribuição resultado	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	35.439	(35.439)	-
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	-	-	-	(11.726)	(11.726)
Dividendos	-	-	-	(23.713)	(23.713)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	70.878	70.878
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.000	4.000	90.090	-	114.090

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

2.5 – Instrumentos Financeiros

a) Classificação: A Companhia classifica os ativos financeiros conforme determinação da Administração de acordo com a finalidade para as quais eles foram adquiridos.

Em 31/12/2025 a Companhia não detinha ativos financeiros classificados na categoria “Disponíveis para venda” e “Mantidos até o vencimento”.

I- Valor Justo por meio do Resultado (VJR) - Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são adquiridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro, bem como as receitas e despesas de juros e rendimentos.

II- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - Os ativos financeiros classificados em disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “Mantidos até o vencimento”. São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, este líquido dos seus efeitos tributários, e quando realizado é apropriado ao resultado. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda, vide nota explicativa 2.6.

III- Custo amortizado - Os ativos financeiros classificados em mantidos até o vencimento são títulos que a Administração da Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurado ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

IV. Determinação do valor justo – A determinação do valor justo das aplicações financeiras é reconhecida conforme.

Quotos em fundos de investimento

O Valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras dos fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos através das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Companhias dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

2.6 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em aderência Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos serve como uma diretriz para o registro contábil das perdas por irrecuperabilidade – Impairment, trata-se do modelo de perdas incorridas o ativo só será ajustado caso a perda já tenha acontecido, sem levar em consideração expectativas futuras de irrecuperabilidade.

Quando devido, são feitas provisões ao valor recuperável de ativos com contrapartida temporária na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio social líquido.

Os valores de contabilização dos ativos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

O CPC 38, em seus itens 58 a 70, define que o valor de um ativo financeiro em que houver evidência objetiva de perda deve ser objeto de provisão para perda do valor recuperável até que ocorra outro evento posterior que possa permitir a reversão desta perda. Para o balanço do exercício findo em 31/12/2025 e 31/12/2024 não foram identificadas evidências de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, assim como no mesmo semestre, a Companhia entende não haver indicativo de que os valores contábeis dos direitos e bens adquiridos excedam o seu valor recuperável e não identificou necessidade de constituir provisões ao valor recuperável, com exceção aqueles reconhecidos como valor recuperável de Prêmios, conforme nota a seguir (2.7).

2.7 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros (Impairment)</



(CNPJ: 26.136.748/0001-00)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados mensalmente, de acordo com a legislação tributária com aliquotas vigentes abaixo apresentadas:

Imposto de Renda é calculado a alíquota de 15% com adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que exceder a 240 mil, e a Contribuição Social à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. De acordo com a Lei nº 14.448, de 2022, durante o período entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022, as companhias de seguros e de capitalização foram obrigadas a recolher 16% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em vez dos habituais 15%. Após exercício findo de 2022 até o presente alíquota da CSLL voltou aos habituais 15%.

A Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017, menciona que o prejuízo fiscal poderá ser compensado com lucros futuros, sempre respeitando o limite de 30% sobre o lucro ajustado pelas adições e exclusões. A companhia aplicou prejuízo operacional no ano-calendário de 2022 e controla na Parte B do LALUR, para compensar com lucros futuros, conforme previsto no artigo 64 da Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017.

No ano-calendário findo em 31/12/2021, foram apurados valores de R\$ 742 mil referentes ao IRPJ e de R\$ 462 mil referentes à CSLL, registrados como valores a compensar, conforme Nota Explicativa nº 8, em razão do prejuízo fiscal e da base negativa de CSLL apurados no exercício. Em função do regime de apuração anual por estimativa, que não permitia compensação direta desses valores com o exercício IRPJ e a CSLL vencedores, a Companhia formalizou pedidos de compensação por meio de PER/DCOMP, utilizando tais saldos para quitação de débitos de outros tributos federais, especialmente PIS e COFINS.

No exercício de 2025, tais saldos foram integralmente utilizados, não existindo, ao final desse exercício, qualquer montante registrado ou passível de aproveitamento futuro relacionado aos valores originados do prejuízo fiscal e da base negativa de CSLL do exercício de 2021. Através de estudos da nova Administração da Companhia há perspectivas de lucros futuros sendo possível reconhecer contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social. Também foram reconhecidos créditos decorrentes de adições temporárias tributadas à 25% para IRPJ e 15% da CSLL, conforme demonstrado a seguir:

ADIÇÕES TEMPORÁRIAS	Alíquota	CRÉDITO
7.628	25%	1.907
7.628	15%	1.144

2.1.4 – Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	1.083
2026	3.051	-
Total	3.051	1.083

2.15 – Política de Dividendos e Participação nos Lucros

2.15.1 – Dividendos e Juros sobre Capital Próprio
De acordo com a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, aprovada em Assembleia Geral realizada em 16/01/2023, deliberou-se sobre o direito dos acionistas aos dividendos obrigatórios, os quais corresponderão a 50% do lucro líquido dos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025. Para os exercícios subsequentes, o percentual mínimo dos dividendos obrigatórios passará a 30% do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, respeitadas as disposições do Acordo de Acionistas da Companhia.

No exercício social de 2025, a Companhia deliberou a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no montante bruto de R\$ 11.726 mil, os quais foram apurados em conformidade com o artigo 9º da Lei nº 9.249/1995 e com a regulamentação aplicável, tendo como base de cálculo exclusivamente os valores do patrimônio líquido efetivamente incorporados até a data da deliberação, sendo integralmente observados os limites legais para a constituição do JCP.

Sobre o valor bruto deliberado, foi retido e recolhido o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), à alíquota de 15%, no montante de R\$ 1.759 mil, conforme legislação vigente, tendo o valor líquido sido disponibilizado aos acionistas.

Adicionalmente, por solicitação do acionista controlador do Grupo BMG, a Companhia constituiu, no exercício de 2025, uma provisão no valor de R\$ 2.487 mil, como medida de prudência fiscal e regulatória, considerando o contexto de avaliação dos limites de dedutibilidade e a necessidade de mitigação de riscos tributários ou financeiros para o grupo financeiro.

Os valores distribuídos a título de Juros sobre o Capital Próprio foram contabilizados no patrimônio líquido da Companhia, mediante utilização de reservas estatutárias, não tendo resultado em qualquer prejuízo econômico ou financeiro aos próprios acionistas. A deliberação observou, adicionalmente, as políticas de distribuição de capital exigidas pela SUSEP, estando a Companhia em conformidade com os requerimentos regulatórios aplicáveis às sociedades supervisionadas.

Para fins societários, os valores distribuídos a título de Juros sobre o Capital Próprio são considerados como antecipação dos dividendos obrigatórios do exercício, reduzindo o montante a ser distribuído posteriormente a esse título, nos termos da legislação societária aplicável.

2.15.2 Participação nos Lucros

A Companhia promove a participação nos lucros pelos funcionários homologado no sindicato da categoria. As participações são reconhecidas como despesas de pessoal. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do lucro da empresa ou sua deliberação.

3 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica em eventos similares, que inclui a expectativa de eventos futuros, considerando premissas razoáveis para as circunstâncias.

A Companhia é parte em processos cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis, é realizado a partir da análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro.

A Companhia mantém suas Provisões Técnicas constituídas de acordo com as Notas Técnicas Atuariais, conforme determinações e critérios estabelecidos pelas Circular nº. 648/2021 (antiga Circular SUSEP nº. 517/2015), Resolução CNSP nº 343/2016 e Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores.

Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, baseado em informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o NBC TG 26 (R2).

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente.

3.1 – Estimativa do valor justo

Os valores justos dos ativos e passivo financeiros são registrados com base em preços de negociação, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos e passivos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

Nível I – preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível II – inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1. Que são observáveis para ativo ou passivo. Diretamente.

Nível III – inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs observáveis).

Ativos financeiros classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" tem seu valor de mercado baseado no último relatório informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Já os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

3.2 – Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências cíveis
Segundo o pronunciamento CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recurso seja necessária para liquidar a obrigação.

A Companhia reconhece provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados, quando devidos, são apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados, quando existentes.

4 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, define em sua política os seguintes temas relevantes para foco de análise e gestão de riscos de maneira a proteger o alcance de seus objetivos e sustentabilidade de seus resultados

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco cibernético;
- Risco de estratégia;
- Risco de compliance;
- Risco de reputação;
- Risco de sustentabilidade.

A finalidade desta nota explicativa é a de apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação destes riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A Companhia possui uma Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) que está organizada para a concepção, implementação, operação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos, de forma compatível com o seu modelo de negócio e o seu porte.

No processo de gestão dos riscos, se utiliza de metodologias com referências quantitativas e qualitativas, de forma organizada, integradas e baseadas nas melhores práticas de mercado.

O modelo de governança de riscos, envolve todos os níveis hierárquicos da organização e órgãos de governança, tendo como base o conceito de "três linhas" do Instituto de Auditores Internos, com designação clara dos papéis e responsabilidades no processo.

A Alta Administração zela pela efetividade da Estrutura de Gerenciamento de Riscos (EGR) e do Sistema de Controles Internos (SCI) e se utiliza de órgãos de assessoramento para auxiliá-la na execução de suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e melhoria contínua. As unidades de Riscos e Controles Internos atuam para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação da EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança.

A abordagem multicamadas proporciona o envolvimento e o comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a possibilidade da materialização dos riscos.

A gestão dos riscos é sustentada por modelos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de capital, análise de sensibilidade, indicadores de suficiência de capital e liquidez, indicadores de perdas operacionais dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa e os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar a robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, a companhia conta com o Comitê de Riscos cuja principal competência é a de assessorar o Conselho de Administração na análise e acompanhamento de matérias relacionadas a controles internos, conformidade, atuarial e gerenciamento de riscos.

O relacionamento do Comitê de Riscos com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema de Governança, contudo, sempre é respeitado o nível de dependência que é requerido para as análises técnicas.

Na sequência são descritas as formas de gerenciamento para cada categoria de risco relevante:

Risco de Subscrição

A Companhia define risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

Gerenciamento do risco de Subscrição

São estabelecidas bases técnicas para fixar preços de forma adequada, calcular e propor os valores de limites de retenção, calcular e constituir as provisões técnicas e realizar os testes de adequação de passivos, e outras definições relativas à aceitação ou recusa de riscos.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional aos seus segurados em cenários nos quais o evento segurado ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, accidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco é de que os sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que aqueles previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos.

A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor deve ser a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para eventualmente pagar as despesas de sinistros.

A Companhia se utiliza estratégias de diversificação dos riscos assumidos, de forma que os resultados adversos de eventos atípicos sejam minimizados. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas baixas e pelo estabelecimento de reservas técnicas em níveis seguros.

Concentração de Riscos

A concentração de riscos é monitorada analisando as áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região.

Região	Pessoas
Centro Oeste	497.897
Nordeste	2.407.882
Norte	738.746
Sudeste	3.990.109
Sul	986.968
Total Geral	8.621.602

Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis, decorrente de piora de risco do tomador ou contraparte, refletida em sua classificação de risco.

Gerenciamento do risco de crédito

A Administração possui políticas e controles para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidas para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, além de levar em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações bem como a análise dos fatores dinâmicos de mercado que possam alterar as conclusões das análises efetuadas.

- O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos:
- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou de amortizações parcelas previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas quando as apólices forem canceladas.

Exposição ao risco de crédito de seguro

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos em que existe a possibilidade de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera primordialmente com produtos em que a cobrança é realizada diretamente pelo canal bancário e repassado diretamente para a seguradora. Até 31/12/2025 a companhia não possuía contratos ativos com ressegurador, o que anula o risco de crédito da companhia por não ter realizado operações de resseguro.

Capital de risco de crédito	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos referentes aos prêmios a receber de parcelas	37.854	37.957
Créditos financeiros cosseguro aceito	-	-
(-) Redução ao valor recuperável	(1.307)	(893)

Capital adicional baseado nos riscos de crédito	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos Bancários	3.447	4.633

	31/12/2025	31/12/2024
Valores em trânsito	2	106
Depósitos judiciais e fiscais	42	40
Títulos privados de Renda Fixa, com prazo de vencimento > 3 meses, emittido instituição financeira	-	-
Prêmios a receber de parcelas vencidas referentes a prêmios de seguro direto	15.503	15.496
CAD direta relacionada a PPNG de comissões pagas aos corretores, agenciadores e estipulantes	33.813	35.111
Outras aplicações	1	1
Títulos e créditos a receber	1.487	854
Créditos tributários e previdenciários decorrentes de ajustes temporais	3.052	1.083
Demais créditos tributários e previdenciários	659	1.204
Quotas de Fundos de Investimento	132.058	115.698
Fator de ponderação do risco - Quotas de fundos de investimento	2,39	1,80

Gerenciamento do risco de crédito nos investimentos

A Política de Investimentos da companhia prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por tipo de ativo e emissor, sendo que a carteira da companhia está alocada 100% em ativos lastreados em títulos públicos federais (rating AAA).

Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da Companhia não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente os seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento dos requisitos regulatórios a qual está subordinada.

A Companhia possui diretrizes que estabelecem índices de liquidez mínimos bem como um buffer de capital que é designado para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos que eventualmente possam ocorrer.

A companhia possui uma forte posição de liquidez em seus ativos gerenciada juntamente as exposições passivas de forma a manter recursos financeiros suficientes para cumprir com tais obrigações à medida que estas atingem o seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação contínua e tempestiva do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos matemáticos para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro, incluindo as obrigações da carteira de cosseguro.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para a sua gestão, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Financeira e Administrativa e tem por objetivo controlar os diferentes prazos de liquidação de direitos e das obrigações. Os limites técnicos de liquidez são definidos e acompanhados mensalmente pelo Comitê de Riscos Companhia, onde são monitorados por meio de seus indicadores. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura de suas provisões técnicas.

Ativos Garantidores

Ativos Garantidores - Vinculados as Reservas Técnicas	31/12/2025	31/12/2024
Títulos públicos	65.351	42.162
Quotas de Fundo Exclusivo de Títulos Públicos	132.058	115.698
Aplicações Vinculadas totais	197.409	157.860

Provisões técnicas de Seguros	150.003	135.945
Provisões Técnicas Previdência	719	989
Provisões técnicas totais	150.722	136.934

Cobertura Suficiente	46.687	20.926
	76,35%	86,74%

Títulos públicos	65.351	42.162
Quotas de Fundo Exclusivo de Títulos Públicos	132.058	115.698
Aplicações Vinculadas totais	197.409	157.860

Provisões técnicas de Seguros	150.003	135.945
Provisões Técnicas Previdência	719	989
Provisões técnicas totais	150.722	136.934

Cobertura Suficiente	46.687	20.926
	76,35%	86,74%

Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos.

Gerenciamento do risco de mercado

A Companhia adota boas práticas e metodologias de gestão de risco de mercado e monitora as suas exposições a prazos, moedas, taxas e indexadores, bem como o equilíbrio entre os seus ativos e passivos, de acordo com os limites estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração.

A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que a carteira da companhia está alocada somente no fator de risco de juros pós-fixado (Selic e CDI). Conforme demonstrativo abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
TÍTULOS PRIVADOS - CURTO PRAZO		
Outras Aplicações - FI Banco do Brasil	1	1
TOTAL	1	1

TÍTULOS PÚBLICOS - CURTO PRAZO	31/12/2025	31/12/2024
Quotas de Fundos de Investimentos	132.058	115.697
LFT	65.350	42.162
TOTAL	197.408	157.859

TOTAL DOS TÍTULOS	31/12/2025	31/12/2024
Títulos Privados	0,00%	0,00%
Títulos Públicos	100,00%	100,00%
TOTAL	100,00%	100,00%

Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoais ou sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

Gerenciamento do risco operacional

É utilizada metodologia para a identificação e avaliação de criticidade de cada risco operacional identificado, bem como a sua exposição frente aos limites estabelecidos e de acordo com a alçada de tratamento definida na Política de Alçadas.

A Companhia adota, em todos os níveis hierárquicos, mecanismos que incentivem comportamentos orientados para a observância dos elementos de gestão dos riscos operacionais e de avaliação destes riscos em todas as atividades.

Cada colaborador é responsável por riscos dentro dos parâmetros de sua responsabilidade: conhecer, manter-se atualizado e estar em conformidade com as normas internas, procedimentos e demais regulamentos internos e externos inerentes às atividades desenvolvidas; executar corretamente os controles em suas atividades; comunicar prontamente ao gestor imediato eventuais ocorrências, perdas ou deficiências; e colaborar com informações sobre as suas atividades, riscos e eventuais oportunidades de melhoria.

7 – CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES

Correspondem a operações de contas a receber demonstradas abaixo:

7.1- Movimentações de seguro – Cosseguro Aceito

	Funeral	Prestamista	Acidentes Pessoais	Desemprego/Perda de Renda	Vida em Grupo	Previdência	31.12.2025
Saldo inicial	1.626	9.470	2.643	499	3.734	-	17.972
Emissões	17.892	200.571	48.614	11.314	7.106	-	354.497
Cancelamentos	(1)	(25.597)	(1.768)	(16)	(2.045)	-	(29.427)
Recebimentos	(18.702)	(175.191)	(45.949)	(11.721)	(75.210)	-	(327.501)
RVNE	342	2.278	2.244	159	847	-	5.870
Redução ao Valor Recuperável	(304)	(30)	(4				

3/4



(CNPJ: 26.136.748/0001-00)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2 - Operações de Cosseguero Aceito - aging

	31.12.2025
Prêmios vencidos	15.568
De 1 a 30 dias	10.434
De 31 a 60 dias	1.664
De 61 a 120 dias	780
De 121 a 180 dias	41
De 181 a 365 dias	2.553
Superior a 365 dias	96
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.307)
Créditos com Cossegurador	22.351
Total do circulante e não circulante	36.612

	31.12.2024
Prêmios vencidos	15.496
De 1 a 30 dias	13.018
De 31 a 60 dias	1.120
De 61 a 120 dias	152
De 121 a 180 dias	78
De 181 a 365 dias	1.068
Superior a 365 dias	60
Provisão para redução ao valor recuperável	(893)
Créditos com Cossegurador	22.461
Total do circulante e não circulante	37.064

8 – TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos a receber	1.042	399
Imposto de renda a compensar	-	742
Imposto de renda - crédito tributário adições temporais	1.907	677
Imposto de renda - crédito tributário ajuste ref. exercício 2024	659	-
Imposto de renda - antecipação	-	21.080
Contribuição social a compensar	-	463
Contribuição social - crédito tributário adições temporárias	1.144	407
Contribuição social - antecipação	-	14.488
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	11	20
Valores a receber	21	20
Outros créditos	9	9
	405	405
TOTAL	5.198	38.710

9 – DESPESAS ANTECIPADAS OPERACIONAIS
Trata-se de despesas diretas decorrentes da comercialização das operações do cosseguero aceito junto à cosseguradora líder.

DESPESAS ANTECIPADAS OPERACIONAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Funeral	540	1.259
Prestamista	14.693	10.908
Acidentes Pessoais	4.802	3.784
Desemprego/Perda de Renda	429	679
Vida em Grupo	3.309	4.894
TOTAL	23.773	21.524

10 – CUSTOS DE AQUISIÇÃO – DIFERIDOS
Trata-se da apropriação das despesas relacionadas às comissões de corretagem das emissões do cosseguero aceitos, e são diferidos linearmente pelo método "pro rata dia" com base na vigência da apólice conforme a PPNG.

	Funeral	Prestamista	Acidentes Pessoais	Desemprego/Perda de Renda	Vida em Grupo	Total
Saldo em 31/12/2023	62	30.278	370	1.726	731	33.167
Constituições	55	9.256	611	452	647	11.021
Reversões	(117)	(1.809)	(165)	(232)	(708)	(3.031)
RVNE	9	933	97	27	128	1.194
Saldo em 31/12/2024	9	38.658	913	1.973	798	42.351
Constituições	-	512.184	20.256	17.049	8.690	558.179
Reversões	-	(509.375)	(18.387)	(18.098)	(8.852)	(554.712)
RVNE	17	(178)	293	29	28	189
Saldo em 31/12/2025	26	41.289	3.075	953	664	46.007

11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS
A Companhia possui depósitos de naturezas cíveis no valor de R\$42 em 31/12/2025 (R\$ 40 em 31/12/2024), que estão registrados no grupo "Títulos e créditos a receber" no ativo não circulante, e são relacionados diretamente à carteira de previdência privada.

12 – CONTAS A PAGAR
12.1 – Obrigações a Pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	562	154
Dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio a pagar	26.200	32.347
Outras obrigações	12.256	7.880
Instituto Maria e Flavio Guimarães	295	660
Outras obrigações - Grupo BMG	6.320	3.671
TOTAL	45.633	44.712

"Outras Obrigações – Grupo BMG" estão demonstrados em nota explicativa sob número 23, que trata de partes relacionadas, pois a Administração da Companhia, seguindo as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 05, identificou várias partes relacionadas, incluindo o Banco BMG S.A. do GRUPO BMG. Para garantir transparência e conformidade nas demonstrações financeiras, todas as transações com partes relacionadas, como BMG SEGURIDADE e BMG CORRETORA SEGUROS, são registradas e divulgadas conforme exigido pelos órgãos reguladores e pelo CPC 05. Isso inclui o compartilhamento de despesas administrativas e operacionais, como infraestrutura e custos de desenvolvimento de software e produtos. As transações também envolvem remuneração de pessoal-chave da Administração e despesas relacionadas ao sistema operacional de seguros.

12.2 – Impostos e Encargos Sociais a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto a Recolher	1.836	54
Contribuições Previdenciárias	48	36
Contribuições para o FGTS	9	7
TOTAL	1.893	97

12.3 – Encargos Trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Férias a pagar	193	134
TOTAL	193	134

14 – PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS PESSOAS
As Provisões Técnicas são constituídas de acordo com as Notas Técnicas Atuariais, conforme determinações e critérios estabelecidos pelas Circular nº. 648/2021 (antiga Circular SUSEP nº. 517/2015), Resolução CNSP nº 343/2016 e Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores.

PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS (Circulante e Não Circulante)

	Funeral	Prestamista	Acidentes Pessoais	Desemprego/ Perda de Renda	Vida em Grupo	Total
Saldo 31/12/2024	374	96.560	2.365	5.162	2.384	106.845
Constituições	364	22.913	5.808	618	1.423	31.126
Reversões	(277)	(16.453)	(2.037)	(3.237)	(1.692)	(23.696)
Saldo 31/12/2025	461	103.020	6.136	2.543	2.115	114.275

PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR

	Funeral	Prestamista	Acidentes Pessoais	Desemprego/ Perda de Renda	Vida em Grupo	Total
Saldo 31/12/2024	538	2.194	129	64	924	3.849
Avisos	3.658	79.570	406	179	6.422	90.235
Reaberturas	122	334	41	4	416	917
Reavaliações	(268)	(10.342)	(68)	(82)	(405)	(11.165)
Cancelamentos	(1.799)	(6.079)	(140)	(119)	(1.522)	(9.659)
Pagamentos	(1.627)	(60.295)	(304)	(17)	(4.831)	(67.074)
Saldo 31/12/2025	624	5.382	64	29	1.004	7.103

PROVISÃO DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS

	Funeral	Prestamista	Acidentes Pessoais	Desemprego/ Perda de Renda	Vida em Grupo	Total
Saldo 31/12/2024	344	23.891	196	226	594	25.251
Constituições	495	8.825	85	15	519	9.939
Reversões	(541)	(11.060)	(224)	(231)	(415)	(12.471)
Saldo 31/12/2025	298	21.656	57	10	698	22.719

OUTRAS PROVISÕES - RESTITUIÇÕES A PAGAR

	Funeral	Prestamista	Acidentes Pessoais	Desemprego/ Perda de Renda	Vida em Grupo	Total
Saldo 31/12/2024	-	-	-	-	-	-
Constituições	-	6.302	531	3	611	7.447
Reversões	-	(1.029)	(218)	(1)	(293)	(1.541)
Saldo 31/12/2025	-	5.273	313	2	318	5.906

Total PROVISÕES TÉCNICAS

	Funeral	Prestamista	Acidentes Pessoais	Desemprego/ Perda de Renda	Vida em Grupo	Total
Total	1.383	135.331	6.570	2.584	4.135	150.003

15 – PROVISÕES TÉCNICAS – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Saldo 31/12/2024	Constituições	Reversões	Saldo 31/12/2025
Pianos Bloqueados - Circulante e Não Circulante				
Provisão de Prêmios não Ganhos	232	52	(55)	229
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	4	-	-	4
Provisão de Sinistros a Liquidar	590	64	(287)	367
Provisão de IBNR	93	3	(51)	45
Provisão Complementar de Cobertura	2	-	-	2
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar	68	4	-	72
Total das Provisões Técnicas	989	123	(393)	719

Assim como as Provisões de Seguros Pessoas, as provisões da previdência complementar também atendem a todos requisitos regulatórios da SUSEP, citados na Nota Explicativa nº14

16. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS
O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros estimados e sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Incorrido (+) IBNR	Antes de 2018	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023	dez/2024	dez/2025	Total
- Até a data-base [a]	-	-	-	-	16.298	49.884	71.370	-
- Um ano mais tarde	-	-	-	-	15.966	45.638	-	-
- Dois anos mais tarde	-	-	-	-	16.639	-	-	-
- Três anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-
- Quatro anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-
- Cinco anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2025	-	-	-	-	16.639	45.638	71.370	-

Pago Acumulado	Antes de 2018	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023	dez/2024	dez/2025
- Até a data-base [a]	-	-	-	-	(3.069)	(21.332)	(42.520)
- Um ano mais tarde	-	-	-	-	(15.417)	(44.725)	-
- Dois anos mais tarde	-	-	-	-	(16.580)	-	-
- Três anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-
- Quatro anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-
- Cinco anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2025	-	-	-	-	(16.580)	(44.725)	(42.520)

Atualização monetária e Juros						
Provisão de sinistros em 31/12/2025	-	-	-	-	59	913
Sobra/Falta acumulada (R\$)	-	-	-	-	(341)	4.246
Sobra/Falta acumulada (%)	-	0,00%	0,00%	0,00%	-2,05%	9,30%

BRUTO E LÍQUIDO DE RESSEGURO - Administrativos + Judiciais

Incorrido (+) IBNR	Antes de 2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023	dez/2024	Total
- Até a data-base [a]	-	-	-	-	-	16.298	49.884	-
- Um ano mais tarde	-	-	-	-	-	15.966	-	-
- Dois anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-
- Três anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-
- Quatro anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-
- Cinco anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2024	-	-	-	-	-	15.966	49.884	-

Pago Acumulado	Antes de 2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023	dez/2024
- Até a data-base [a]	-	-	-	-	-	(3.069)	(21.332)
- Um ano mais tarde	-	-	-	-	-	(15.417)	-
- Dois anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-
- Três anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-
- Quatro anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-
- Cinco anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2024	-	-	-	-	-	(15.417)	(21.332)

Atualização monetária e Juros

Provisão de sinistros em 31/12/2024					
Provisão de sinistros em 31/12/2024	-	-	-	-	549
Sobra/Falta acumulada (R\$)	-	-	-	-	332
Sobra/Falta acumulada (%)	-	0,00%	0,00%	0,00%	2,08%

16.1. Provisão de sinistros a liquidar judiciais
A classificação das ações é feita com base no conhecimento que se tem dos fatos, bem como com base no entendimento jurisprudencial a respeito da matéria, à época do recebimento da ação. Posteriormente, de acordo com o trâmite processual e as decisões proferidas no bojo do processo, essa classificação pode ser reavaliada.

Probabilidade de perda	Valor provisionado	Probabilidade de perda	Valor provisionado
Provável	88	Provável	77

17 – TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVO – TAP
Conforme disposto na Circular SUSEP nº 648/2021, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a realização, a companhia deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas coerentes de fluxos de caixa futuros de seus contratos e certificados. Se a diferença entre o valor das estimativas coerentes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade autorizada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBAC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas

em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuadas nas próprias provisões.
Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.
O teste foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 648/2021, ou seja, entre seguros de Pessoas, planos de Pecúlio e de Pensão, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos e, por fim, entre Prêmios/Contribuições Registrados e Prêmios/Contribuições Não Registrados.
A taxa de sinistralidade média aplicada ao Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2025 foi de 26,49%, para os ramos que compreendem os seguros de Pessoas.
Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios/contribuições, sinistros/benefícios e despesas, mensurados na data base de dezembro de 2025, descontados pela estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, e a tábua BR-EMS versão 2021 (M/F).
Do ponto de vista global, as provisões da Bmg Seguradora S.A. se mostraram adequadas em todas as segmentações, inclusive para os Planos Tradicionais em fase de benefício concedido (PMBC) que, em 31 de dezembro de 2025, manteve na Provisão Complementar de Cobertura (PCC) o saldo de R\$ 1,8 mil.

18 - RAMOS DE ATUAÇÃO DA SEGURADORA
Os principais ramos de atuação da Seguradora, os prêmios ganhos, os índices de sinistralidade e os índices de comissionamento estão assim demonstrados:

Em 31 de dezembro de 2025	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos
---------------------------	----------------	---------------------



4/4



(CNPJ.: 26.136.748/0001-00)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2 Premissas para a ajustes

	CRITÉRIOS		31/12/2025	31/12/2024
	31/12/2025	31/12/2024		
Patrimônio Líquido	70.878	78.651	3.052	1.084
CMR	67.588	54.742	-	-
Divida subordinada emitida*	-	-	-	-

* Valores totais contabilizados no Balanço Patrimonial

21.3 Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e nível 3

	31/12/2025	31/12/2024
15% CMR	10.138	8.211
50% CMR	33.794	27.371

	31/12/2025	31/12/2024
PLA nível 1	86.445	56.044
PLA nível 2	22.373	25.570
PLA nível 3	3.052	1.084

	31/12/2025	31/12/2024
PLA nível 2 + PLA nível 3 - 50% CMR	(8.369)	(7.17)
PLA nível 3 - 15% CMR	(7.086)	(7.127)
Excesso do PLA de nível 2 e 3=	-	-

	31/12/2025	31/12/2024
PLA TOTAL	111.870	82.697
CMR	67.588	54.742
SUFICIÊNCIA	44.282	27.955
SUFICIÊNCIA %	66%	51%

21.4 - Demonstrativo de cálculo do capital de risco, capital mínimo requerido

	31/12/2025	31/12/2024
CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO	8.100	8.100
Capital base	8.100	8.100
Capital de Risco	67.588	54.742
Capital de Risco de Subscrição	63.048	48.219
Capital de Risco de Crédito	2.575	2.452
Capital de Risco Operacional	1.080	1.217
Capital de Risco de Mercado	7.016	11.333
Benefício da Correlação entre os Capitais	(6.103)	(8.480)
Capital Mínimo Requerido (o maior ente A e B)	67.588	54.741

24 - OPERAÇÕES DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	31/12/2025					31/12/2024	
	Funeral	Prestamista	Acidentes Pessoais	"Desemprego/Perda de Renda"	Vida em Grupo	Previdência	TOTAL
PREMIOS COSSEGURO ACEITO	13.180	240.306	97.654	6.552	75.079	-	432.771
COMISSÃO LIDER COSSEGURO ACEITO	(809)	(16.390)	(6.602)	(450)	(5.045)	-	(29.296)
COMISSÃO LIDER - RESTITUIÇÃO	-	700	55	-	58	-	813
COMISSÃO LIDER - SEM RESTITUIÇÃO	-	759	92	-	89	-	940
CANCELAMENTOS DE COSSEGURO ACEITO	(1)	(11.470)	(1.316)	(4)	(1.206)	-	(13.997)
PRÊMIOS COSSEGUROS ACEITOS VENCIDOS	-	(9.110)	(703)	(4)	(700)	-	(10.517)
PRÊMIOS - RISCOS VIGENTES NÃO EMITIDOS	266	(66)	2.047	95	564	-	2.906
PRÊMIOS EMITIDOS	12.636	204.729	91.227	6.189	68.839	-	383.620
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-	-	5.509	5.509
(-) PPNG	(58)	(6.341)	(3.015)	2.705	385	-	(6.324)
(-) PPNG-RVNE	(29)	(119)	(757)	(86)	(116)	-	(1.107)
(-) VARIAÇÃO DAS RESERVAS DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	(1)	(1)
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	(87)	(6.460)	(3.772)	2.619	269	(1)	(7.432)
PRÊMIOS GANHOS POR RAMO	12.549	198.269	87.455	8.808	69.108	5.508	381.697
SINISTROS INDENIZAÇÕES AVISADAS	(1.712)	(63.481)	(239)	17	(4.911)	20	(70.306)
SINISTROS PSL JUDICIAL	-	-	-	-	-	(11)	(11)
SINISTROS PDR ADM	(1)	(1)	-	-	-	-	(2)
SINISTROS INDENIZAÇÕES NÃO AVISADAS (IBNR)	46	2.236	139	216	(104)	49	2.582
SINISTROS OCORRIDOS	(1.667)	(61.246)	(100)	233	(5.015)	58	(67.737)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	(1.124)	(83.667)	(35.152)	(2.292)	(22.384)	(111)	(144.730)
COMISSÃO RVNE	(76)	289	(784)	(33)	(170)	-	(774)
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO	-	2.807	1.869	(1.048)	(163)	-	3.465
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO COMISSÃO RVNE	17	(177)	292	29	28	-	189
CUSTO DE AQUISIÇÃO	(1.183)	(80.748)	(33.775)	(3.344)	(22.689)	(111)	(141.850)
RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRAÇÃO APOLICES	6.959	(24.458)	(21.820)	36	(10.412)	-	(49.695)
DESPESAS DIFERIDAS ADMINISTRAÇÃO APOLICES	(720)	3.786	1.018	(250)	(1.585)	-	2.249
REDUÇÃO VALOR RECUPERÁVEL	112	30	(480)	-	(75)	-	(413)
DESPESAS COM BENEFÍCIOS	-	-	-	-	-	454	454
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS	6.351	(20.642)	(21.282)	(214)	(12.072)	454	(47.405)
CUSTO POR RAMO	16.050	35.633	32.298	5.483	29.332	11.418	130.214
	12%	27%	25%	4%	23%	9%	100%
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS							3.649
RESULTADO DAS OPERAÇÕES SEGURO E PREVIDÊNCIA							128.354

	31/12/2025					31/12/2024	
	Funeral	Prestamista	Acidentes Pessoais	"Desemprego/Perda de Renda"	Vida em Grupo	Previdência	TOTAL
PREMIOS COSSEGURO ACEITO	17.886	208.436	51.676	11.726	78.565	-	368.289
COMISSÃO LIDER COSSEGURO ACEITO	(1.505)	(17.800)	(4.329)	(1.017)	(6.782)	-	(31.433)
CANCELAMENTOS DE COSSEGURO ACEITO	(21)	-	(2)	-	(21)	-	(44)
PRÊMIOS COSSEGUROS ACEITOS VENCIDOS	-	(15.586)	(599)	(13)	(985)	-	(17.183)
COMISSÃO LIDER - RESTITUIÇÃO	-	1.340	51	1	89	-	1.481
COMISSÃO LIDER - SEM RESTITUIÇÃO	2	-	-	-	2	-	4
PRÊMIOS - RISCOS VIGENTES NÃO EMITIDOS	(127)	(969)	84	(24)	(222)	-	(1.258)
PRÊMIOS EMITIDOS	16.235	175.421	46.881	10.673	70.646	-	319.856
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-	-	5.787	5.787
(-) PPNG	38	(23.059)	(1.305)	(753)	(487)	-	(25.566)
(-) PPNG-RVNE	127	1.542	(84)	24	222	-	1.831
(-) VARIAÇÃO DAS RESERVAS DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	133	133
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	165	(21.517)	(1.389)	(729)	(265)	133	(23.602)
PRÊMIOS GANHOS POR RAMO	16.400	153.904	45.492	9.944	70.381	133	302.041
SINISTROS INDENIZAÇÕES AVISADAS	(1.300)	(30.827)	(418)	(55)	(3.129)	-	(35.729)
SINISTROS INDENIZAÇÕES AVISADAS - PAGAMENTOS	(1.018)	(39.058)	(374)	(18)	(2.479)	-	(42.947)
SINISTROS PSL JUDICIAL	-	-	-	-	(2)	-	(2)
SINISTROS PDR ADM	-	(1)	-	-	-	-	(1)
SINISTROS PDR JUD	-	-	-	-	-	-	-
SINISTROS INDENIZAÇÕES NÃO AVISADAS (IBNR)	310	(18.516)	2.239	295	1.818	-	(13.854)
DESPESAS COM BENEFÍCIOS	-	-	-	-	-	1.012	1.012
SINISTROS OCORRIDOS	(900)	(49.344)	1.821	240	(1.313)	1.012	(48.574)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	(4.018)	(71.635)	(18.659)	(4.099)	(25.168)	(111)	(123.690)
CANCELAMENTO COMISSÃO	2	-	-	-	2	-	4
COMISSÃO RVNE	16	483	(33)	11	92	-	569
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO	(36)	9.119	510	258	158	-	10.009
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO COMISSÃO RVNE	(16)	(738)	33	(11)	(92)	-	(824)
CUSTO DE AQUISIÇÃO	(4.054)	(62.771)	(18.149)	(3.841)	(25.010)	(111)	(113.936)
DESPESAS ADMINISTRAÇÃO APOLICES	(5.516)	(6.289)	(12.077)	(338)	(16.224)	-	(40.444)
DESPESAS DIFERIDAS ADMINISTRAÇÃO APOLICES	861	7.167	3.047	456	3.444	-	14.976
REDUÇÃO VALOR RECUPERÁVEL	(383)	1.086	117	36	(255)	-	601
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS COM APOLICES	(5.038)	1.964	(8.913)	154	(13.035)	-	(24.868)
CUSTO POR RAMO	6.318	43.753	20.251	6.497	31.023	1.034	107.842
	6%	41%	19%	6%	29%	1%	100%
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS							12.650
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS							493
TOTAL OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS							(11.725)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES SEGURO E PREVIDÊNCIA							127.806

	31/12/2025					31/12/2024	
	Funeral	Prestamista	Acidentes Pessoais	"Desemprego/Perda de Renda"	Vida em Grupo	Previdência	TOTAL
PREMIOS COSSEGURO ACEITO	17.886	208.436	51.676	11.726	78.565	-	368.289
COMISSÃO LIDER COSSEGURO ACEITO	(1.505)	(17.800)	(4.329)	(1.017)	(6.782)	-	(31.433)
CANCELAMENTOS DE COSSEGURO ACEITO	(21)	-	(2)	-	(21)	-	(44)
PRÊMIOS COSSEGUROS ACEITOS VENCIDOS	-	(15.586)	(599)	(13)	(985)	-	(17.183)
COMISSÃO LIDER - RESTITUIÇÃO	-	1.340	51	1	89	-	1.481
COMISSÃO LIDER - SEM RESTITUIÇÃO	2	-	-	-	2	-	4
PRÊMIOS - RISCOS VIGENTES NÃO EMITIDOS	(127)	(969)	84	(24)	(222)	-	(1.258)
PRÊMIOS EMITIDOS	16.235	175.421	46.881	10.673	70.646	-	319.856
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-	-	5.787	5.787
(-) PPNG	38	(23.059)	(1.305)	(753)	(487)	-	(25.566)
(-) PPNG-RVNE	127	1.542	(84)	24	222	-	1.831
(-) VARIAÇÃO DAS RESERVAS DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	133	133
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	165	(21.517)	(1.389)	(729)	(265)	133	(23.602)
PRÊMIOS GANHOS POR RAMO	16.400	153.904	45.492	9.944	70.381	133	302.041
SINISTROS INDENIZAÇÕES AVISADAS	(1.300)	(30.827)	(418)	(55)	(3.129)	-	(35.729)
SINISTROS INDENIZAÇÕES AVISADAS - PAGAMENTOS	(1.018)	(39.058)	(374)	(18)	(2.479)	-	(42.947)
SINISTROS PSL JUDICIAL	-	-	-	-	(2)	-	(2)
SINISTROS PDR ADM	-	(1)	-	-	-	-	(1)
SINISTROS PDR JUD	-	-	-	-	-	-	-
SINISTROS INDENIZAÇÕES NÃO AVISADAS (IBNR)	310	(18.516)	2.239	295	1.818	-	(13.854)
DESPESAS COM BENEFÍCIOS	-	-	-	-	-	1.012	1.012
SINISTROS OCORRIDOS	(900)	(49.344)	1.821	240	(1.313)	1.012	(48.574)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	(4.018)	(71.635)	(18.659)	(4.099)	(25.168)	(111)	(123.690)
CANCELAMENTO COMISSÃO	2	-	-	-	2	-	4
COMISSÃO RVNE	16	483	(33)	11	92	-	569
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO	(36)	9.119	510	258	158	-	10.009
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO COMISSÃO RVNE	(16)	(738)	33	(11)	(92)	-	(824)
CUSTO DE AQUISIÇÃO	(4.054)	(62.771)	(18.149)	(3.841)	(25.010)	(111)	(113.936)
DESPESAS ADMINISTRAÇÃO APOLICES	(5.516)	(6.289)	(12.077)	(338)	(16.224)	-	(40.444)
DESPESAS DIFERIDAS ADMINISTRAÇÃO APOLICES	861	7.167	3.047	456	3.444	-	14.976
REDUÇÃO VALOR RECUPERÁVEL	(383)	1.086	117	36	(255)	-	601
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS COM APOLICES	(5.038)	1.964	(8.913)	154	(13.035)	-	(24.868)
CUSTO POR RAMO	6.318	43.753	20.251	6.497			

Data Product: por que é uma tendência para 2026?

Dados. Talvez você esteja cansado de ouvir, mas eles continuam sendo o ativo mais valioso de cada negócio

Alexandre Kuntgen (*)

Nesse sentido, um novo conceito vem ganhando força no mercado: o Data Product. Ele parte do princípio de orientar como as informações corporativas devem ser organizadas, disponibilizadas e consumidas para analytics, planejamento e, principalmente, IA.

Como o próprio nome diz, o conceito não se trata de uma tabela, modelo ou relatório, mas de um ativo de dados completo e pronto para consumo, que combina dados confiáveis e governados, semântica de negócio explícita, metadados ricos e catalogáveis, forma padronizada de entrega e ativação, e um contrato claro de uso acerca de quem pode consumir, como e com qual frequência.

Ou seja, a partir dessa abordagem, os dados deixam de ser apenas extraídos e modelados e passam a ser produtos reutilizáveis, com ciclo de vida próprio. Isso porque um Data Product deve atender a alguns princípios-chave, como: ser orientado pelo domínio do negócio, nascendo a partir de um processo ou área; ter semântica do negócio embutida, na qual métricas, hierarquias, regras de cálculo e significados já vêm definidos; ser governado por padrão, sendo que seguran-



Shoica Adrians Images, CANVA

ça, autorização, qualidade e linhagem são prioridades; ser descoberto e reutilizado via catálogo, onde a informação é publicada, documentada e facilmente encontrada; e ser consumível por múltiplos cenários.

Veja que todos os aspectos técnicos que fazem parte dessa metodologia vêm ao encontro de sanar uma das grandes dores enfrentadas pelas organizações: a gestão de dados. Segundo o estudo The GenAI Divide: State of AI in Business 2025, publicado pelo MIT, 95% das empresas falham em acelerar a receita com a IA. O estudo revela que o problema não é a qualidade dos modelos, mas a lacuna de aprendizado tanto das ferramentas quanto das informações.

E, justamente, essa lacuna é causada pela falta de contexto. Isto é, para que um dado seja aproveitado,

ele não deve ser apenas extraído, mas contextualizado. É a partir dessa orientação que ferramentas, inclusive a IA, podem definir padrões, emitir relatórios e executar análises preditivas corretas acerca do negócio.

Nesse aspecto, o Data Product se posiciona como um pilar fundamental que apoia as organizações em transformar o dado em conhecimento. Afinal, a partir do seu uso, o mesmo ativo pode alimentar múltiplos casos de uso, o esforço de modelagem é reutilizado e o tempo de valor (time-to-value) cai drasticamente.

Perceba que, a todo instante, o conceito reforça a importância de “conversar” com os dados. Estamos vivendo uma era em que muito se fala sobre a transformação digital e o impacto da Inteligência Artificial em todo esse movimento. Contudo, ao mesmo tempo, vemos em-

presas estagnadas por não terem uma visão clara acerca do que fazer e de como utilizar as informações. Quanto a isso, cabe um alerta: a IA só escala quando os dados já estão organizados como produtos.

É diante desse contexto que a própria SAP, multinacional alemã, vem direcionando a sua estratégia de 2026 em prol do conceito de Data Product, tornando-o o pilar central, especialmente a partir da evolução do SAP Business Data Cloud. Na prática, essa atribuição permite ir além de um simples produto, garantindo a criação de ativos inteligentes provenientes de dados.

Por sua vez, apresentar as vantagens brilha os olhos, mas é preciso saber que implementar essa infraestrutura requer cuidados para que, de fato, traga resultados. Dessa forma, é necessário ter parceiros experientes que entreguem especialização de domínio, indústria e contexto local.

Em um ano que será marcado por constantes desafios, o Data Product se apresenta como uma forte tendência, uma vez que a abordagem vai ao encontro de dores latentes enfrentadas pelas companhias. Mas, para garantir um futuro sólido, é preciso começar agora.

(*) Partner da SolvePlan.

Nova interpretação sobre a emissão de debêntures para as empresas

Durante décadas, consolidou-se no regime societário brasileiro a compreensão de que a emissão de debêntures seria prerrogativa típica, senão exclusiva, das sociedades por ações. No entanto, recentemente, a Nota Técnica SEI nº 135/2026/MEMP do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), publicada em 06 de fevereiro, promoveu relevante alteração ao reconhecer a possibilidade de sociedades empresárias limitadas emitirem debêntures, desde que observados os parâmetros legais aplicáveis.

O entendimento produz impacto significativo no ambiente empresarial brasileiro. As sociedades limitadas representam a maioria das empresas nacionais, inclusive organizações de médio e grande porte com governança sofisticada e relevante necessidade de capital. Ocorre que, até então, muitas dessas empresas se viam compelidas a migrar para o regime de sociedade anônima exclusivamente para viabilizar emissões de debêntures, arcando com custos de transformação, reorganização societária e adaptação regulatória. Com o reconhecimento formal da possibilidade de emissão por limitadas, ampliam-se as alternativas de financiamento sem que seja necessária alteração do tipo societário. A forma jurídica passa a cumprir função instrumental, servindo à estratégia empresarial em vez de condicioná-la.

Na prática, prevaleceu por anos a postura conservadora das Juntas Comerciais, que frequentemente

resistiam ao arquivamento de atos relacionados à emissão de debêntures por limitadas. Esse cenário produzia insegurança jurídica e, em muitos casos, impunha às empresas a necessidade de transformação societária para o tipo anônimo como condição para acessar instrumentos de dívida estruturada. A transformação, além de custosa, implicava alteração relevante na dinâmica interna da sociedade, com maior formalismo deliberativo, exigências informacionais ampliadas e sujeição mais intensa à regulação do mercado de capitais.

A Nota Técnica do DREI rompe com essa lógica restritiva ao afirmar que inexistente proibição legal à emissão de debêntures por sociedades limitadas. O fundamento central é juridicamente consistente: restrições ao exercício da atividade econômica e à liberdade de organização empresarial exigem previsão legal expressa. Sendo assim, não se pode presumir vedação onde o legislador optou pelo silêncio. Ao contrário, em um sistema orientado pela livre iniciativa, a regra é a liberdade, e a exceção deve estar claramente positivada.

Sob a perspectiva dogmática, a Nota Técnica reafirma a centralidade da autonomia privada no direito societário brasileiro. A sociedade limitada é modelo contratual flexível, no qual se pode estipular regras específicas de governança, quóruns qualificados, mecanismos de solução de conflitos, cláusulas de restrição à cessão de quotas e estruturas diferenciadas de

direitos econômicos e políticos. Nada impede, portanto, que o contrato social preveja expressamente a possibilidade de emissão de debêntures, disciplinando competência deliberativa, limites de endividamento, garantias e procedimentos de acompanhamento.

Do ponto de vista institucional, a manifestação contribui para uniformizar o entendimento no âmbito das Juntas Comerciais, reduzindo assimetrias interpretativas e fortalecendo a segurança jurídica. A previsibilidade registral é elemento essencial para o ambiente de negócios, especialmente em operações estruturadas que envolvem múltiplos agentes, garantias complexas e cronogramas rígidos. Ao afastar interpretações restritivas desprovidas de base legal, o órgão reforça compromisso com a racionalidade normativa e com o desenvolvimento econômico.

Se adequadamente implementada, a orientação poderá ampliar o acesso ao capital, fomentar inovação financeira e dinamizar o mercado corporativo de títulos no Brasil. O desafio reside em assegurar que a flexibilidade venha acompanhada de técnica jurídica apurada, governança consistente e mecanismos eficazes de transparência e proteção aos investidores. Nesse equilíbrio entre liberdade e responsabilidade consolida-se um ambiente empresarial mais competitivo, previsível e alinhado às exigências da economia contemporânea.

(Fonte: Geovanna Fagundes é advogada do Tognetti Advocacia).

Negócios & Carreira



Fabiana Monteiro (*)

Nada é Impossível Quando a Disciplina Encontra o Propósito, afirma Fabiola Fernandez

Da superação pessoal à liderança global, a trajetória de Fabiola Fernandez revela como adaptabilidade, ética e visão internacional constroem carreiras extraordinárias

Fabiola Fernandez construiu uma trajetória profissional marcada por perseverança, disciplina e uma capacidade rara de adaptação a contextos complexos. Atualmente, ocupa a posição de **Chief Financial Officer (CFO) e Member of the Management Board do SMS Group**, multinacional alemã com atuação global, resultado de uma carreira edificada com consistência, coragem e visão de longo prazo.

Nascida e criada na Granja Viana, em São Paulo, **Fabiola** viveu ainda na adolescência um momento decisivo: a separação dos pais redefiniu a realidade financeira e emocional da família. Essa transição, longe de fragilizá-la, fortaleceu seus valores e desenvolveu sua resiliência. O contato precoce com responsabilidades, aliado ao incentivo ao estudo, moldou uma mentalidade orientada ao esforço, à justiça e à autonomia — princípios que permanecem centrais em sua liderança.

Durante a juventude, trabalhou enquanto estudava, financiando parte de sua formação e desenvolvendo desde cedo senso de responsabilidade e independência. Formou-se em Direito pela PUC-SP, em 1999, destacando-se academicamente e atuando em escritórios de renome nas áreas tributária e consultiva. Nesse período, descobriu sua afinidade com números, estratégia e visão sistêmica dos negócios.



Fabiola Fernandez

A carreira internacional teve início com sua entrada na PwC, na Alemanha, onde enfrentou desafios culturais, linguísticos e profissionais intensos. Trabalhando em inglês enquanto aprendia alemão em tempo recorde, Fabiola demonstrou adaptabilidade e alta performance em projetos complexos, incluindo grandes operações de fusão e aquisição. Mesmo diante da maternidade em um país estrangeiro, encontrou caminhos para seguir se desenvolvendo, conciliando estudos, carreira e vida pessoal com disciplina e inteligência emocional.

Sua trajetória ganhou escala global ao integrar o **Grupo K+S**, onde assumiu posições estratégicas de liderança financeira internacional, incluindo o cargo de CFO para a América Latina e, posteriormente, a liderança financeira global da divisão de potássio do grupo. Atuou em múltiplos países, liderando projetos bilionários, decisões estratégicas e iniciativas voltadas à sustentabilidade e eficiência operacional.

Após anos de intensa atuação global, assumiu o desafio de ser CEO da **Gegenbauer**, empresa centenária alemã, ampliando sua atuação para além das finanças e liderando milhares de colaboradores de diferentes culturas. Sua gestão foi marcada pela valorização das pessoas, comunicação humanizada e fortalecimento da cultura organizacional, resultando em crescimento consistente e reconhecimento institucional.

Em 2023, Fabiola iniciou uma nova etapa ao assumir a posição de CFO do **SMS Group**, liderando as áreas financeira, jurídica, de compliance e controle em escala global. Paralelamente, atua em conselhos estratégicos de empresas e instituições financeiras, além de integrar organizações voltadas ao desenvolvimento econômico, social e educacional.

Sua liderança é orientada por flexibilidade, ética, aprendizado contínuo e autonomia responsável. Para Fabiola, autoridade não se impõe — constrói-se pelo cuidado genuíno com as pessoas, pela clareza de propósito e pela coragem de tomar decisões difíceis com integridade.

Ao longo de sua jornada, uma convicção se manteve inabalável: **nada é impossível quando há comprometimento com os objetivos, disposição para aprender e coragem para sair da zona de conforto**. Sua história demonstra que o sucesso sustentável nasce da combinação entre disciplina, visão global e profundo respeito pelas pessoas.

(*) - Chairman, CEO da Editora Global Partners – Affiliated to Institute of Coaching at McLean Hospital, associate Harvard Medical School – (ICPA).
Conselheira de empresas.



Karola_G_de_Pexels_CANVA

FIDELIZAR CLIENTES

CRÉDITO COM MARCA PRÓPRIA GANHA FORÇA COMO ESTRATÉGIA DE RETENÇÃO

Empresas de varejo, educação e serviços ampliam oferta de crédito próprio para fidelizar clientes e aumentar recorrência; infraestrutura especializada sustenta avanço com governança regulatória

Em um cenário de margens pressionadas, aumento do custo de aquisição de clientes e maior competitividade digital, empresas de varejo, educação e serviços vêm adotando o crédito com marca própria como estratégia central de retenção e aumento de recorrência. O movimento, impulsionado pelo avanço do embedded finance no Brasil, deve ganhar ainda mais força em 2026.

Mais do que uma nova fonte de receita, o crédito próprio tem se consolidado como ferramenta de fidelização. Ao integrar a oferta financeira à jornada de compra, empresas conseguem ampliar ticket médio, estimular recompra e fortalecer relacionamento com a base.

A Ukamsoft, infraestrutura tecnológica especializada em operações de crédito próprio com governança, acompanha de perto essa transformação. Em 2025, a plataforma processou aproximadamente R\$ 3,4 bilhões em contratos pagos. Para 2026, a projeção é atingir cerca de R\$ 9 bilhões em contratos liquidados, impulsionada pela entrada de novos clientes e pela maturidade das operações já integradas.

Segundo Uilan Coqueiro, CEO da Ukamsoft, o crédito deixou de ser apenas um produto financeiro e passou a ser ferramenta estratégica de crescimento. “Empresas entenderam que oferecer crédito próprio



Uilan Coqueiro

não é apenas monetização, mas retenção e aumento de lifetime value. Quando bem estruturado, o crédito passa a ser parte da estratégia comercial, não um apêndice financeiro”, afirma.

Crédito próprio sem virar banco

Apesar do potencial, estruturar uma operação de crédito envolve desafios regulatórios e operacionais relevantes. A necessidade de aderência às normas

do Banco Central do Brasil, integração com birôs de crédito, monitoramento de carteira e governança antifraude exige infraestrutura robusta.

É nesse contexto que surgem modelos de infraestrutura como o da Ukamsoft, que conecta empresas não financeiras a SCDs e bancos parceiros, permitindo a oferta de crédito com marca própria sem que a empresa precise se tornar uma instituição financeira.

Na prática, a empresa fornece APIs, motor de decisão, onboarding digital, esteiras de crédito customizadas e gestão de carteira, enquanto o parceiro financeiro responde pelo lastro da operação. A arquitetura garante rastreabilidade integral, trilhas auditáveis e conformidade desde a origem do contrato.

“Empresas entenderam que oferecer crédito próprio não é apenas monetização, mas retenção e aumento de lifetime value. Quando bem estruturado, o crédito passa a ser parte da estratégia comercial, não um apêndice financeiro

“A grande mudança do mercado é que hoje a governança deixou de ser diferencial e passou a ser pré-requisito. Empresas querem crescer com segurança regulatória e previsibilidade operacional”, explica Uilan.

Tendência de consolidação em 2026

Com cinco clientes ativos em 2025, todos com operações recorrentes, a expectativa é que a base alcance entre 20 e 25 empresas ao longo de 2026, refletindo a consolidação do crédito próprio como ferramenta estratégica nos setores de varejo, educação e serviços.

O avanço acompanha a maturidade do embedded finance no país, que deixa de ser apenas inovação e passa a compor a estratégia estrutural de crescimento de empresas não financeiras.

“Estamos vendo uma mudança estrutural. O crédito está se tornando parte da jornada de relacionamento com o cliente. Quem souber estruturar bem essa oferta terá vantagem competitiva relevante nos próximos anos”, conclui.





Mais próximo, mais digital e mais rentável

BMGB B3 LISTED NI | www.bancobmg.com.br/ri

CNPJ: 61.186.680/0001-74

Demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Bmg S.A. e de suas Controladas ("Banco"), em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Banco Central do Brasil, apresenta as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

Banco Bmg
Ao longo de quase um século de atuação, o Banco Bmg mantém como diretriz central a proximidade com seus clientes, oferecendo soluções financeiras adequadas às suas necessidades, combinando tecnologia, eficiência operacional e atendimento humanizado. Essa abordagem sustentou a construção de relações de confiança e fortaleceu nossa presença no mercado de crédito e serviços financeiros. Atendemos milhões de clientes em todo o território nacional com portfólio diversificado composto por crédito consignado — com foco em clientes acima de 50 anos das classes C e D —, crédito pessoal, seguros, assistências e soluções para investidores. Atuamos de forma complementar por meio de canais físicos e digitais, integrando tecnologia, conveniência e empatia no relacionamento. Nossas principais verticais são Varejo, Atacado e Seguros, com estratégia sustentada na ampliação de rentabilidade, digitalização dos processos e fortalecimento da relação com clientes, colaboradores, acionistas e sociedade.

Desempenho Financeiro
Desde o primeiro trimestre de 2025 os resultados do Banco estão sendo apresentados dentro de novos padrões normativos, principalmente em relação a Resolução CMN nº 4.986/21, que alteram a base de capital, Basileia, os conceitos das provisões para perdas de crédito, critérios de custos de originação e contabilização entre linhas do resultado com efeitos na comparabilidade dos períodos anteriores. A margem financeira totalizou R\$ 5.607 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 2,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No 4T25, a margem foi de R\$ 1.370 milhões, aumento de 1,9% em relação ao 3T25. Já a margem financeira após o custo do crédito (líquida de despesas de provisão líquida e de comissão) totalizou R\$ 3.361 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 8,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No 4T25, a margem após o custo foi de R\$ 815 milhões, redução de 7,5% em relação ao 3T25. No trimestre, a margem foi impactada pelo aumento da despesa de PDD devido ao crescimento da carteira de crédito pessoal e maturidade da carteira de consignado.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o índice de eficiência foi de 54,2%, aumento de 1,4 p.p. em relação ao mesmo período de 2024. No 4T25, o índice atingiu 57,6%, estável em relação ao 3T25. O Banco segue focado na gestão de custos, trazendo mais eficiência tecnológica e operacional nos negócios, consequentemente gerando maior segurança e menor custo de servir. O Lucro Líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 561 milhões, aumento de 27,2% quando comparado a igual período de 2024. No 4T25, o lucro líquido foi de R\$ 172 milhões, aumento de 16,2% em relação ao 3T25, consequência da disciplina e responsabilidade na execução da estratégia. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 14,4% ao ano no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. No 4T25, o ROAE atingiu 19,0%. Em 2025, o lucro líquido e consequentemente o ROAE, não apresentam diferença entre a visão contábil e recorrente. O Patrimônio Líquido consolidado em 31 de dezembro de 2025 atingiu o valor de R\$ 3.892 milhões e o índice de capitalização ponderado pelo risco dos ativos (Índice de Basileia) correspondeu a 13,2%.

O Banco pagou R\$ 323,6 milhões de Juros sobre o Capital Próprio referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Ainda, o Banco anunciou em 21 de janeiro de 2026 aumento de capital privado no montante mínimo R\$ 156 milhões e máximo de R\$ 214 milhões, visando fortalecer a posição de capital do Banco com vistas à melhoria do Índice de Basileia. A operação encontra-se em fase de execução até a presente data. A carteira total de operações de crédito encerrou 31 de dezembro de 2025 com saldo de R\$ 23.193 milhões, representando uma redução de 11,9% em doze meses e de 1,4% em relação ao terceiro trimestre de 2025. A redução da carteira ocorreu, em especial, por conta da redução da carteira de consignado nos Estados Unidos (ativo não estratégico). O Banco vem trabalhando na mudança de mix dos ativos aumentando a exposição aos consignados, crédito pessoal e consignado privado.

A captação total consolidada encerrou 31 de dezembro de 2025 com saldo de R\$ 33.287 milhões, representando um aumento de 1,1% em relação ao mesmo período do ano anterior e redução de 2,2% em relação ao 3T25. Ainda, o Banco tem como estratégia ser um emissor recorrente no mercado de capitais, com o objetivo de aproximar dos investidores institucionais, fomentar a liquidez do Bmg e criar referências de curva de juros no mercado institucional. Em outubro de 2025 o Banco concluiu a captação de R\$ 300 milhões na sua 7ª emissão pública de Letras Financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, os investimentos do Banco em controladas totalizaram R\$ 126 milhões, sendo a principal variação no trimestre o resultado de equivalência patrimonial da Bmg Corretora.

Princípios ASG
No Banco Bmg, a sustentabilidade dos nossos negócios está ligada à agenda ASG: nossa responsabilidade com o meio Ambiente, a geração de impacto Social positivo e uma Governança ética e transparente. É assim que fortalecemos nossos resultados e geramos valor para nossos clientes, acionistas,

colaboradores e para sociedade em geral. Isso também reflete a nossa essência: entregar soluções financeiras para as pessoas viverem bem na maturidade, com foco no público 50+.

Também somos uma das empresas mantenedoras do Instituto Marina e Flávio Guimarães (IMFG), que centraliza as ações sociais do Grupo Bmg. Fundado para impulsionar transformações sociais, o IMFG promove o desenvolvimento humano e o fortalecimento das comunidades onde atua.

O Bmg é signatário de movimentos importantes como Pacto Global da ONU, Pacto de Promoção pela Equidade Racial, Rede Empresarial de Inclusão Social, Movimento Mulher 360, Women on Board (WOB), Fórum de Empresas e Direitos LGBTQI+, OUTstand Brasil e Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção (Empresa Limpa) do Instituto Ethos.

Além disso, em abr/25 conquistou o selo Age Friendly, uma certificação internacional concedida a empresas que demonstram compromisso com a inclusão e valorização de profissionais com 50 anos ou mais.

Como parte dos pilares estratégicos da área de ASG, lançamos o programa "Você no Controle", voltado para colaboradores e clientes, com foco em letramento e educação financeira. A iniciativa inclui benefícios exclusivos e acesso gratuito à plataforma Meu Bolso em Dia, que oferece diagnóstico financeiro e trilhas personalizadas de aprendizado.

Saiba mais sobre nossas iniciativas ASG no nosso Relatório Anual de Sustentabilidade e no site: <https://www.bancobmg.com.br/compromisso-ASG/>.

Governança Corporativa
O Banco possui uma estrutura robusta de governança corporativa. Além das obrigações estabelecidas no Nível 1 de governança corporativa da B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão, o Banco adotou por boas práticas algumas das obrigações estabelecidas no Novo Mercado: (i) o direito de tag along de 100%, garantindo a todos os acionistas o mesmo preço e condições oferecidas ao acionista controlador em caso de venda de controle; (ii) divulgação simultânea em português e inglês de resultados e fatos relevantes; e (iii) Conselho de Administração composto por 2 ou 20% (o que for maior) de Conselheiros Independentes, sendo que atualmente 44% é composto por membros independentes, incluindo a presidente. Ainda, o Banco conta com: (i) Comitê de Auditoria composto por um membro independente, (ii) com outros 5 comitês subordinados diretamente ao Conselho de Administração, todos com a presença de membros independentes; e (iii) Conselho Fiscal permanente aprovado em Assembleia.

O Banco tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Para maiores informações sobre governança corporativa acesse: www.bancobmg.com.br/ri.

Disposições sobre a Política de Equidade da Lei 15.177/25
Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que altera a Lei nº 6.404/76, o Banco passará a divulgar o número total e percentual de mulheres, bem como o demonstrativo anual de remuneração, segregados por sexo e nível hierárquico. Considerando que os valores da remuneração variável referentes ao exercício de 2025 (primeiro período-base de reporte) ainda não estão disponíveis, o relatório completo do Relatório da Administração com as informações exigidas pela lei será incluído no Manual da Assembleia Geral Ordinária previsto para ser divulgado em 24 de março de 2026.

Relacionamento com os Auditores Independentes
A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco Bmg não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa.

Gestão de Capital
A avaliação da suficiência de capital é realizada de forma contínua para assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Considera ainda uma visão prospectiva, pois se antecipa a possíveis mudanças nas condições de mercado.

Agradecimentos
Todas essas realizações refletem o firme propósito dos Acionistas e da Administração na busca contínua para superar expectativas e oferecer sempre um serviço de alta qualidade aos seus clientes e um ambiente saudável aos seus colaboradores.

São avanços que se concretizam graças ao apoio e à confiança dos nossos clientes e ao trabalho dedicado do quadro de colaboradores e parceiros/ A todos eles, nossos agradecimentos.

À ADMINISTRAÇÃO
São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Consolidado	Banco	
	Nota	2025	2025
Ativo			
Disponibilidades	4	544.312	490.409
Instrumentos Financeiros	5	37.816.509	34.493.656
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1	22.880	633.276
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.2 e 5.3	17.123.283	14.353.518
Operações com características de concessão de crédito	5.4	22.143.729	20.743.013
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	5.4	(1.559.532)	(1.236.151)
Operações de seguros	14(d)	86.149	-
Relações interfinanceiras	5.5(b)	873.866	873.657
Outros créditos	5.5(a)	8.407.423	7.898.788
Ativos fiscais		5.777.606	5.269.630
Diversos		2.629.817	2.629.158
Outros valores e bens		455.164	355.308
Bens não de uso próprio	6(a)	24.248	24.021
Despesas antecipadas	6(b)	430.916	331.287
Permanente		950.407	5.672.459
Investimentos		125.747	4.857.875
Participações em coligadas e controladas	7	125.747	4.857.875
No exterior		-	447.926
No país		125.747	4.409.949
Imobilizado de uso	8	117.099	108.488
Intangível	9	707.561	706.096
Total do Ativo		49.047.681	49.784.277

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas.

	Consolidado	Banco	
	Nota	2025	2025
Passivo e Patrimônio Líquido			
Depósitos e demais instrumentos financeiros	10	34.264.963	35.489.745
Depósitos	10.1	22.390.791	23.774.851
Captações no mercado aberto - carteira própria	10.1(c)	5.682.641	5.682.641
Recursos de aceites e emissão de títulos	10.2	3.504.996	3.504.996
Obrigações por empréstimos e repasses	10.3	2.443.499	2.443.499
Instrumentos financeiros derivativos	5.3	83.758	83.758
Operações de seguros	14(d)	159.278	-
Relações interfinanceiras		273.224	273.137
Provisões	11(a)	1.817.535	1.759.291
Obrigações fiscais	11(a)	239.568	121.019
Outras obrigações	11(b)	8.429.592	8.249.077
Total do Passivo		45.024.882	45.892.269
Patrimônio Líquido administrado pela controladora		4.022.799	3.892.008
Participação de acionistas não controladores		130.791	-
Patrimônio Líquido	13	3.892.008	3.892.008
Capital social - De domiciliados no país		3.792.104	3.792.104
Ações em tesouraria		(9.723)	(9.723)
Reservas de capital		20.923	20.923
Outros resultados abrangentes acumulados		(87.488)	(87.488)
Reservas de lucros		176.192	176.192
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		49.047.681	49.784.277

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		Banco	
	Nota	2º Semestre 2025	2º Semestre 2025	2025
Receitas da intermediação financeira		4.609.133	9.302.010	4.164.086
Operações de crédito	14(a)	3.553.818	6.838.469	3.214.080
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	14(b)	1.055.315	2.463.541	950.006
Despesas da intermediação financeira	14(c)	(2.691.859)	(5.281.130)	(2.824.302)
Captação no mercado		(2.649.545)	(5.439.728)	(2.772.878)
Operações de empréstimos e repasses		(144.297)	(218.599)	(153.407)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		101.983	377.197	101.983
Resultado de Seguros	14(d)	68.512	128.027	-
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito		1.985.786	4.148.907	1.339.784
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	5.4(e)	(683.008)	(1.559.265)	(505.748)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	5.4(e)	118.166	261.727	115.508
Resultado bruto da intermediação financeira		1.420.944	2.851.369	949.544
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.202.960)	(2.320.927)	(820.768)
Receitas de prestação de serviços	15	127.175	260.420	76.661
Despesas de pessoal	16(a)	(246.030)	(466.948)	(200.499)
Outras despesas administrativas	16(b)	(618.706)	(1.212.650)	(578.568)
Despesas tributárias	17	(134.128)	(254.814)	(101.333)
Resultado de participações em coligadas e controladas	7	25.725	48.526	345.186
Outras receitas (despesas) operacionais	18	(356.996)	(695.461)	(362.215)
Resultado operacional		217.984	530.442	128.776
Resultado não operacional		(6.756)	(6.523)	(17.007)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		211.228	523.919	111.769
Imposto de renda e contribuição social correntes	19(c)	3.799	(203.007)	57.576
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19(c)	209.345	446.598	235.833
Participação nos lucros		(85.556)	(134.724)	(84.620)
Dedução da participação dos não controladores nas controladas consolidadas		(18.258)	(72.101)	-
Lucro líquido do semestre/exercício		320.558	560.685	320.558
Resultado básico e diluído por ação - R\$	13(d)			0,957

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício	320.558	560.685	320.558	560.685
Ajuste ao Lucro líquido	653.038	1.340.771	125.963	499.184
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	(11.619)	(6.853)	(11.619)	(6.853)
Depreciações	20.491	36.917	16.562	32.351
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	683.008	1.559.265	505.748	990.748
Amortizações	4.994	9.287	2.860	6.773
Amortizações de outros ativos intangíveis	65.576	134.043	65.189	133.656
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(209.345)	(446.598)	(235.833)	(461.451)
Resultado de equivalência patrimonial	(25.725)	(48.526)	(345.186)	(516.090)
Provisão para causas judiciais	58.037	121.083	51.738	111.263
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em ativos e passivos	67.621	(17.847)	76.504	208.787
Lucro líquido ajustado do período	973.596	1.901.456	446.521	1.059.869
Varição de ativos e passivos	(728.492)	(2.921.036)	(442.435)	(2.543.131)
(Aumento) / redução em ativos				
Depósitos interfinanceiros	20.467	177.166	1.499.698	2.791.729
Títulos e valores mobiliários	(1.669.620)	(3.589.476)	(1.631.778)	(3.102.485)
Relações interfinanceiras e interdependências	759.745	488.349	759.590	488.346
Operações com características de concessão de crédito	325.069	1.431.745	(341.971)	(370.718)
Outros créditos	51.730	(899.271)	(58.147)	(964.953)
Outros valores e bens	101.750	157.696	4.668	59.883
Aumento / (redução) em passivos				
Depósitos	(3.190.300)	(2.655.146)	(3.374.262)	(3.090.818)
Captações mercado aberto	1.895.978	(1.230.662)	1.887.095	(1.457.296)
Recursos de aceites e emissões de títulos	611.986	1.139.982	611.986	1.139.982
Obrigações por empréstimos e repasses	345.873	451.114	345.873	451.114
Relações interfinanceiras	(16.842)	(146.298)	(16.718)	(146.309)
Instrumentos financeiros derivativos	(70.720)	(119.684)	(70.720)	(106.367)
Outros passivos	106.392	1.873.449	(57.749)	1.764.761
Caixa aplicado nas operações	245.104	(1.019.589)	4.086	(1.483.262)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(93.671)	(206.950)	(44.856)	(120.609)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	151.433	(1.226.530)	(40.770)	(1.603.871)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso	(26.895)	(33.437)	(20.857)	(26.137)
Alienação de imobilizado de uso	3.987	4.916	2.856	3.103
Redução de capital em controlada	-	-	387.961	567.961
Aumento de capital em controlada	(65.000)	(65.000)	(2.149)	(345.517)
Venda de participação acionária	-	92.388		



...continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais

	Capital Realizado	Reservas de capital	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Atribuível aos acionistas da Controladora		
			Legal	Estatutária	Outras				Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.742.571	14.070	169.826	458.817	5.894	(74.439)	(11.101)	-	4.305.638	173.533	4.479.171
Efeito da adoção inicial da Resolução 4.966/21	-	-	-	(694.182)	-	-	-	-	(694.182)	-	(694.182)
Saldos em 1 de janeiro de 2025	3.742.571	14.070	169.826	(235.365)	5.894	(74.439)	(11.101)	-	3.611.456	173.533	3.784.989
Aumento de capital	49.533	-	-	-	-	-	-	-	49.533	-	49.533
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações (nota 20b(ii))	-	6.853	-	(1.229)	-	-	1.378	-	7.002	-	7.002
Ágio na aquisição de investimento	-	-	-	-	-	(17.850)	-	-	(17.850)	-	(17.850)
Varição em outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	4.801	-	-	4.801	-	4.801
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	560.685	560.685	72.101	632.786
Movimentação na participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(114.843)	(114.843)
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	28.034	532.651	-	-	-	(560.685)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 13)	-	-	-	(323.619)	-	-	-	-	(323.619)	-	(323.619)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.792.104	20.923	197.860	(27.562)	5.894	(87.488)	(9.723)	-	3.892.008	130.791	4.022.799
Saldos em 30 de junho de 2025	3.742.571	9.304	181.832	(131.650)	5.894	(75.855)	(1.050)	-	3.731.046	167.577	3.898.623
Aumento de capital	49.533	-	-	-	-	-	-	-	49.533	-	49.533
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações (nota 20b(ii))	-	11.619	-	12.774	-	-	(8.673)	-	15.720	-	15.720
Ágio na aquisição de investimento	-	-	-	-	-	(17.850)	-	-	(17.850)	-	(17.850)
Varição em outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	6.217	-	-	6.217	-	6.217
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	320.558	320.558	18.258	338.816
Movimentação na participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.044)	(55.044)
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	16.028	304.530	-	-	-	(320.558)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 13)	-	-	-	(213.216)	-	-	-	-	(213.216)	-	(213.216)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.792.104	20.923	197.860	(27.562)	5.894	(87.488)	(9.723)	-	3.892.008	130.791	4.022.799

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais

	Consolidado		Banco	
	2025	2025	2025	2025
1 – Receitas	9.016.631	8.596.582	9.016.631	8.596.582
Intermediação financeira	9.302.010	8.651.864	9.302.010	8.651.864
Prestação de serviços	260.420	142.300	260.420	142.300
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(1.559.265)	(990.748)	(1.559.265)	(990.748)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	261.727	231.967	261.727	231.967
Outras receitas operacionais	605.781	554.557	605.781	554.557
Operações de Seguros	128.027	-	128.027	-
Não Operacionais	17.931	6.642	17.931	6.642
2 – Despesas	(6.606.827)	(7.097.333)	(6.606.827)	(7.097.333)
Despesas da intermediação financeira	(5.281.130)	(5.813.300)	(5.281.130)	(5.813.300)
Outras despesas operacionais	(1.301.243)	(1.260.521)	(1.301.243)	(1.260.521)
Não Operacionais	(24.454)	(23.512)	(24.454)	(23.512)
3 – Insumos adquiridos de terceiros	(1.022.458)	(966.814)	(1.022.458)	(966.814)
Materiais, energia e outros	(139.743)	(111.108)	(139.743)	(111.108)
Serviços de terceiros	(166.023)	(161.488)	(166.023)	(161.488)
Outros	(716.692)	(694.218)	(716.692)	(694.218)
Comunicação	(28.723)	(27.835)	(28.723)	(27.835)
Propaganda, promoções e publicidade	(50.221)	(45.102)	(50.221)	(45.102)
Processamento de dados	(279.166)	(272.573)	(279.166)	(272.573)
Serviços técnicos especializados	(326.922)	(317.785)	(326.922)	(317.785)
Taxas e emolumentos bancários	(27.988)	(27.539)	(27.988)	(27.539)
Transporte	(3.672)	(3.384)	(3.672)	(3.384)
4 – Valor adicionado bruto (1 – 2 – 3)	1.387.346	532.435	1.387.346	532.435
5 – Depreciação e amortização	(180.246)	(172.780)	(180.246)	(172.780)
6 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4 – 5)	1.207.100	359.655	1.207.100	359.655
7 – Valor adicionado recebido em transferência	48.526	516.090	48.526	516.090
Resultado de equivalência patrimonial	48.526	516.090	48.526	516.090
8 – Valor adicionado a distribuir (6 + 7)	1.255.626	875.745	1.255.626	875.745
9 – Distribuição do valor adicionado	1.255.626	875.745	1.255.626	875.745
9.1 Pessoal	516.522	445.561	516.522	445.561
Remuneração direta	401.484	344.216	401.484	344.216
Benefícios	90.474	80.131	90.474	80.131
FGTS	24.564	21.214	24.564	21.214
9.2 Impostos, contribuições e taxas	96.372	(135.007)	96.372	(135.007)
Federais	82.833	(141.974)	82.833	(141.974)
Municipais	13.539	6.967	13.539	6.967
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	9.946	4.506	9.946	4.506
Alugueiros	9.946	4.506	9.946	4.506
9.4 Remuneração de capitais próprios	632.786	560.685	632.786	560.685
Juros sobre capital próprio	323.619	323.619	323.619	323.619
Lucros retidos do exercício	237.066	237.066	237.066	237.066
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	72.101	-	72.101	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

o artigo 79 da referida Resolução, que dispensa as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de apresentar as informações comparativas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025.

2.2. Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023. Em 23 de novembro de 2023, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução BCB nº 352, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.2.3. Impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.975/21 – Arrendamento
 Introduz o Pronunciamento Contábil (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos que elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento, que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos como direito de uso no ativo e a respectiva obrigação a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. A adoção, prospectiva a partir de 2025, não produziu efeitos materiais no Patrimônio Líquido.

2.3. Descrição das principais políticas contábeis adotadas
(a) Moeda funcional e de apresentação
 As informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Bmg e de suas controladas. As operações da subsidiária no exterior (Nota 7) são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto os ativos, os passivos e os resultados são ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os ganhos e as perdas resultantes do processo de conversão são registrados no resultado do exercício.

(b) Apuração do resultado
 O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes. Adicionalmente, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o Consolidado divulga de forma segregada os resultados recorrentes e não recorrentes, evidenciando a natureza e os efeitos apurados no exercício, considerando-se resultados não recorrentes aqueles não relacionados ou relacionados ocasionalmente com as atividades da instituição e que não tenham previsão de frequência futura. Neste semestre, não ocorreram resultados não recorrentes.

(c) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, autorizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(d) Instrumentos financeiros
(i) Classificação dos Instrumentos Financeiros
Ativos Financeiros
 O Grupo classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Custo Amortizado;
 (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
 (iii) Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios nas quais são administrados e das características dos fluxos de caixa - SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros).

O modelo de negócios refere-se a como o Banco gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam do reconhecimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos ou ambos. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

A avaliação dos modelos de negócios considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Desta forma, o Grupo classifica seus instrumentos financeiros pelos seguintes modelos de negócios:

• Mantidos para coleta dos fluxos de caixa contratuais
 • Mantidos para coleta dos fluxos de caixa contratuais e venda
 • Mantidos para negociação/outras

Mantidos para coleta dos fluxos de caixa contratuais – os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios são geridos com o objetivo de serem mantidos até o vencimento de modo que o Grupo obtenha fluxos de caixas pelo recebimento dos fluxos de caixa do principal e dos juros ao longo da vida dos instrumentos financeiros.

Mantidos para coleta dos fluxos de caixa contratuais e venda – os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios são geridos com o objetivo de obter os fluxos de caixa através de ambos, coleta dos fluxos de caixa contratuais ao longo da vida dos instrumentos financeiros e também pela venda de ativos financeiros.

Mantidos para negociação/outras – os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios são gerenciados com o objetivo de que o Grupo obtenha fluxos de caixa por meio de venda de ativos financeiros ou esses não se enquadram nos outros modelos de negócios.

A definição dos modelos de negócios do Grupo foi aprovada pelo Conselho de Administração, conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21.

Análise de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ)
 Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) obter fluxos de caixa contratuais e ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda, é necessária a aplicação do Teste SPPJ.

O Grupo analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de avaliar se esses consistem somente em pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo considera os seguintes critérios para determinar se um ativo passa ou não na avaliação:

(i) o valor do dinheiro no tempo;
 (ii) o risco de crédito;
 (iii) os custos da operação;
 (iv) a margem de lucro; e
 (v) outros riscos relacionados.

A metodologia de aplicação do Teste SPPJ e a eficácia dos procedimentos de avaliação passam por revisão periódica da Administração.

Os ativos financeiros que não representarem somente pagamento de principal e juros são classificados na categoria de mensuração ao valor justo por meio do resultado.

Categorias de ativos financeiros
 O Grupo classifica seus ativos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa contratuais (Teste SPPJ) e nos modelos de negócios dos quais os ativos são geridos em uma das três categorias:

(i) custo amortizado;
 (ii) valor justo em outros resultados abrangentes ("VJORA"); e
 (iii) valor justo no resultado ("VJR").

As políticas contábeis de mensuração do Grupo são aplicadas para as categorias de instrumentos financeiros a partir das seguintes condições:

(i) Custo Amortizado
 O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Os ativos mensurados ao custo amortizado são administrados para obtenção de fluxos de caixas constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (Teste SPPJ).

Os ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos Similares.

(ii) Ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
 São classificados como ativos financeiros mantidos no modelo de negócio de para coleta dos fluxos de caixa contratuais e venda, e que atendem ao critério de teste SPPJ.

- Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (Teste SPPJ), quanto para a venda;
 - Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação; e
 - Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

(iii) Ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo
 - Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir "descasamentos contábeis";
 - Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
 - Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado; e
 - Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganho (Perda) Líquido com ativos e passivos financeiros.

No momento do reconhecimento inicial, a entidade tem a opção de designar um título de dívida que, de outra forma, se qualificaria para custo amortizado ou em valor justo em outros resultados abrangentes como valor justo no resultado. Essa designação opcional, e irrevogável, é permitida apenas se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência contábil.

O Bmg não utiliza essa opção e classifica os títulos de dívida com base no modelo de negócios com os quais esses são mantidos e no teste SPPJ.

Instrumentos patrimoniais
 Os instrumentos patrimoniais são classificados, via de regra, ao valor justo por meio do resultado. No entanto, no momento do reconhecimento inicial, o Grupo tem a opção irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes (ORA) as alterações no valor justo de um investimento em um instrumento patrimonial que não é mantido para negociação. Essa escolha pode ser feita individualmente para cada instrumento de patrimônio.

Para os alguns títulos patrimoniais o Grupo optou por apresentar em outros resultados abrangentes (ORA), visto que, não são mantidos para negociação.

Passivos financeiros
 O Grupo classifica seus passivos financeiros como custo amortizado, exceto:

(i) Derivativos classificados como passivos devem ser categorizados na modalidade valor justo no resultado;
 (ii) Passivos financeiros oriundos de operações relacionadas ao empréstimo ou aluguel de ativos financeiros devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

(iii) Passivos financeiros resultantes da transferência de ativo financeiro devem ser mensurados e reconhecidos conforme as diretrizes estabelecidas;
 (iv) Compromissos de crédito e créditos a liberar devem ser reconhecidos e mensurados conforme as disposições aplicáveis;
 (v) Garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas após o reconhecimento inicial pelo maior valor entre:

a. A provisão para perdas esperadas relacionadas ao risco de crédito; e
 b. O valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida, conforme as normas específicas.

A reclassificação de passivos financeiros é expressamente proibida.

(ii) Reconhecimento e Mensuração Iniciais
 Os instrumentos financeiros devem ser reconhecidos inicialmente na data em que são adquiridos, originados ou emitidos. Para recebíveis de contratos com clientes que não possuem um componente de financiamento significativo, o reconhecimento deve ocorrer pelo preço de transação, conforme a regulamentação vigente. Nos demais casos, o reconhecimento deve ser feito pelo valor justo, também de acordo com as normas aplicáveis.

Se, ao mensurar o instrumento pelo valor justo, houver uma diferença entre esse valor e a contraprestação paga ou recebida na aquisição, origemação ou emissão, o Grupo procede da seguinte forma:

(i) reconhecer a diferença no resultado do período, para instrumentos financeiros mensurados no nível 1 ou no nível 2 da hierarquia de valor justo, conforme regulamentação vigente; ou
 (ii) diferir a diferença de acordo com a realização do ganho ou perda, nos demais casos.

É importante destacar que essa regra de diferimento não se aplica aos instrumentos classificados na categoria de custo amortizado, que são mensurados no nível 3 da hierarquia de valor justo. Nesses casos, o reconhecimento deve ser feito pelo valor da contraprestação paga ou recebida no momento da aquisição, origemação ou emissão do instrumento.

O Grupo utiliza de informações para mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo para serem classificados nos diferentes níveis da hierarquia de valor justo. O Grupo avalia que a importância de uma informação específica para a mensuração como um valor requer julgamento, levando-se em conta fatores específicos do ativo ou passivo financeiro. A hierarquia é dividida em três níveis:

Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração, o preço cotado em mercado ativo oferece a evidência mais confiável do valor justo e deve ser utilizado sem ajuste para mensurar o valor justo sempre que disponível.

Nível 2: são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1 (instrumento semelhante ou precificação com insumos observáveis).

Nível 3: são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Os ajustes realizados para as mensurações baseadas no valor justo, tais como os custos para venda, não são considerados na determinação do nível da hierarquia de valor justo.

Se os preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) custos de avaliação e registro de garantias vinculadas a cada instrumento financeiro;
(iv) custos de processamento de documentos e fechamento da transação;
(v) custos de originção pagos na emissão de ativos e passivos financeiros;
(vi) custos de transação com taxas e comissões pagas a agentes, consultores, corretores e revendedores;
(vii) outros custos de transação atribuíveis individualmente à operação.
Os custos incorridos na aquisição, originção ou emissão do instrumento que não possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo da operação, devem ser reconhecidos como despesa do período em que ocorrerem e não podem dividir o valor contábil bruto do instrumento.
Fica facultado o reconhecimento, no resultado do exercício, dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou na originção do instrumento considerados materiais. São presumidamente materiais os custos e receitas que representem mais de 1% da receita total a ser obtida com o ativo financeiro e dos encargos totais a serem incorridos com o passivo financeiro. No Bmg, tais custos representam menos de 1% da receita total e são considerados imateriais.
Por meio do método de Taxa de Juros Efetiva, a receita ou despesa de juros é alocada de forma a refletir um retorno periódico constante sobre o valor contábil do ativo ou passivo. Isso significa que a cada período, a parcela de juros reconhecida pelo Grupo é calculada com base na Taxa de Juros Efetiva aplicada ao saldo do valor contábil, garantindo assim uma distribuição equitativa dos juros ao longo do tempo e uma amortização gradual do ativo ou passivo.

Metodologia diferenciada
O Grupo aplica a Taxa de Juros Efetiva dos instrumentos financeiros pela opção da metodologia diferenciada para o reconhecimento de receitas e despesas relacionadas aos custos de transação, com base na Resolução BCB nº 352/23 para suas operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito, classificadas na categoria de custo amortizado. De acordo com a metodologia, as receitas de juros e demais encargos são reconhecidas pro rata temporis ao longo do período, considerando a taxa de juros contratual original. Em seguida, as receitas e despesas relacionadas aos custos de transação e outros valores recebidos na origem ou emissão do instrumento financeiro são reconhecidas de forma linear às receitas contratuais, conforme as características dos contratos.

(iv) Perdas Associadas ao Risco de Crédito
A carteira de crédito do Grupo é composta por aplicações em depósitos interfinanceiros, TVMs classificados como custo amortizado, operações de crédito, outras operações com característica de concessão de crédito (adiantamento de câmbio, adiantamento a fornecedores e compras a faturar), devedores por depósito em garantia e valores a repassar pelos órgãos públicos e são classificadas nos termos da Resolução CMN nº 4.966/21 e da Resolução BCB nº 352/23.

O Grupo classifica seus instrumentos financeiros como ativos financeiros com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorre atraso superior a noventa dias no pagamento de principal ou de encargos ou identifique por meio de indicadores de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas.
Para classificar um ativo como ativo problemático, o Grupo avalia os seguintes indicativos:
(i) constatação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas;
(ii) reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação;
(iii) falência declarada judicial ou extrajudicial ou atos similares pedidos em relação à contraparte;
(iv) medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento das obrigações nas condições pactuadas;
(v) diminuição significativa da liquidez do ativo financeiro associado à obrigação, devido à redução da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas;
(vi) descumprimento de cláusulas contratuais relevantes pela contraparte; ou
(vii) negociação de instrumentos financeiros de emissão da contraparte com desconto significativo que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito.

Quando um instrumento financeiro for caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte devem, na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização, ser caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, admitindo-se excepcionalmente a não caracterização de determinado instrumento que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior.

Para o Grupo, o ativo somente deixa de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito no caso de:
(i) inexistência de passivos vencidos e encargos;
(ii) manutenção de pagamento temporário de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações;
(iii) cumprimento das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e
(iv) evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.
A Resolução introduz um novo conceito de stop accrual, no qual é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.
As receitas apenas podem ser apropriadas ao resultado quando do seu efetivo recebimento. Todavia, não se aplica às receitas geradas pela recuperação de ativos baixados.

O Grupo volta a reconhecer as receitas relativas ao ativo, prospectivamente, a partir do período em que o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Modelo de Perdas Esperadas
O Grupo avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração do Resultado.

Mensuração de Perda de Crédito Esperada
• Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
• Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
• Garantias financeiras: a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banco espera recuperar.

A metodologia de estimação da perda esperada considera a utilização dos seguintes fatores:
• Exposição ao *Default* (EAD): é o valor exposto ao risco de crédito, utilizando-se como referência o saldo devedor dos contratos e possibilidade de utilização dos limites aprovados;
• Probabilidade de *Default* (PD): é definido como a probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações contratuais de pagamento, utilizando-se para estimativa dados históricos e informações cadastrais dos clientes e contratos;
• Perda por *Default* (LGD): é o percentual da exposição que não se espera recuperar em caso de inadimplência, utilizando-se para estimativa parâmetros históricos de níveis atípicos garantias das operações e cobertura por seguro prestamista.
A cada período reportado, o Grupo avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.
O Grupo classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;
Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial; e
Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializaram em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Apuração de Perda Incorrida
O Grupo observa os níveis de provisão estabelecidos pela Resolução para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos, sem prejuízo da responsabilidade do Grupo pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos.
O nível de provisão das operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos no anexo I da Resolução BCB nº 352/23, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas, sobre o valor contábil bruto do ativo.
As carteiras (C1 a C5) são definidas da seguinte forma:

Carteira 1 (C1):
(i) créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e
(ii) créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento;

Carteira 2 (C2):
(i) créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974;
(ii) créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;

(iii) créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança;
(iv) créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
(v) créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
(vi) créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução CVM nº 4.818, de 29 de maio de 2020;

Carteira 3 (C3):
(i) créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis;
(ii) créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e
(iii) créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nas carteiras C1 e C2;

Carteira 4 (C4):
(i) créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e
(ii) operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos; ou
Carteira 5 (C5):

(i) operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas na carteira C4 e crédito não rotativo sem garantias ou colaterais;
(ii) créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas na carteira C4; e
(iii) créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nas carteiras de C1 a C4.

(v) Baixa para prejuízo (Write-off)
O ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que o Grupo recupere o seu valor.

O Grupo mantém controles para identificação dos ativos financeiros baixados enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, observado prazo mínimo de 5 anos. Os instrumentos baixados que forem renegociados devem ser alocados, na data da renegociação, no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito igual a 100% do valor do instrumento, também se aplica a instrumentos financeiros utilizados para liquidação ou refinanciamento de instrumentos baixados.

(vi) Garantias financeiras prestadas
Os contratos de garantias financeiras são definidos como aqueles que o Grupo se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro caso este não o faça. Esses contratos podem assumir diversas formas jurídicas, como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, entre outros.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, as comissões das garantias financeiras são inicialmente reconhecidas como passivos no balanço patrimonial consolidado ao valor justo. Esse valor justo geralmente corresponde ao valor presente das taxas, comissões ou juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo.

As garantias financeiras são passivos para determinar o risco de crédito a que estão expostas e, se necessário, para considerar a provisão para perdas esperadas. Após o reconhecimento inicial, as garantias financeiras devem ser mensuradas pelo maior valor entre:
• A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
• O valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(e) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo
Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(f) Outros valores e bens – Despesas antecipadas
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em exercícios subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

(g) Investimentos
Os investimentos em controladas, que apresentam influência significativa, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (vide percentual de participações na Nota 7) nas demonstrações individuais. Os demais investimentos, são registrados pelo valor de custo e, quando aplicável, ajustados ao seu valor recuperável por meio de constituição de provisão conforme normas vigentes. Adicionalmente, os investimentos que estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável, são classificados como mantidos para venda, e mensurados pelo menor valor entre o valor contábil líquido e o valor justo do ativo.

(h) Imobilizado de uso
Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535, de 24/11/2016, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades do Consolidado por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas por *impairment*, quando aplicável.

A depreciação foi calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica. A depreciação é considerada nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, instalações e sistema de comunicação - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%.

(i) Intangível
São compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. São decorrentes de combinações de negócios, licenças de *software* e outros ativos intangíveis. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

O valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, como ágio ou ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, são testados quanto a *impairment* anualmente. Ativos intangíveis sujeitos a amortização são avaliados ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

i. Ágio
O ágio é originado no processo de aquisição de controladas. Representa o excesso do custo de aquisição, sobre o valor contábil dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Investimentos" nas demonstrações financeiras individuais. Para as investidas que são consolidadas o ágio é classificado em "Ativos Intangíveis". Já o ágio originado na aquisição de controladas e consolidadas e subsequentemente incorporadas é reconhecido no Patrimônio Líquido nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a Resolução CMN No. 4.817/20.

Ágios com base na expectativa de rentabilidade futura foram apurados em aquisições de participações societárias, fundamentados na rentabilidade futura dos investimentos. Esses ágios são decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do patrimônio líquido das controladas, apurados na data de aquisição e amortizados (nota 9), como requerem as normas do Banco Central do Brasil, e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da respectiva investida e são amortizados em consonância com os prazos de projeções que o justificam ou por sua alienação ou perda. São submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável.

(j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros
Perdas são reconhecidas no resultado do período e caso existam evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado anualmente.

(k) Passivos de curto e longo prazo
A segregação entre curto e longo prazo é apresentada em notas explicativas, demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(l) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para tributos correntes é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro apurado mais adicional de 10% sobre o que exceder a R\$20/mês, para o imposto de renda, 20% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 de janeiro de 2022 e julho de 2022, e 21% entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022 de acordo com a Lei nº 14.446/22.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são representados pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas obtidos pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e a base de cálculo fiscal, de acordo com as regras e legislação tributária, às alíquotas vigentes na data da sua constituição. O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa somente são reconhecidos se houver o lucro tributável futuro suficiente para a sua compensação.

(m) Operações em moedas estrangeiras
O critério para a classificação dos passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,5024.

(n) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais
São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009.
Ativos Contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outros tributos vencidos.

Provisões – são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes. Passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação (vide Nota 12).
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras (vide Nota 12).

(o) Plano de remuneração - Administradores
O Banco possui um Plano de Remuneração específico para os Administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos do Banco, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24. Dispõe: O montante da remuneração fixa é renovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à remuneração variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos do Consolidado, às metas individuais e de áreas de atuação dos Administradores.

Adicionalmente, em assembleia geral extraordinária realizada em 03 de abril de 2020, o Banco implantou um Plano de Incentivo de Longo Prazo, que tem por objetivo permitir que os diretores e determinados empregados do Grupo Bmg designados pelo Comitê de Remuneração e Pessoas do Banco e aprovados pelo Conselho de Administração (em conjunto, "Colaboradores") recebam ações preferenciais de emissão do Banco como um incentivo de longo prazo que compará suas respectivas remunerações variáveis. Em 29 de abril de 2022, a reforma do Plano foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do Banco.

(p) Princípios de consolidação - Consolidado
As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas de consolidação e instruções do BACEN para a elaboração do Consolidado e estão sendo apresentadas em consonância ao disposto no art. 77 da Resolução CMN nº 4.966/21. Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas patrimoniais e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas consolidadas estão apresentados na nota de "Intangível" Nota 9. As demonstrações financeiras da empresa sediada no exterior, Bmg Bank (Cayman) Ltd., cuja moeda funcional é o Real, são originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do BACEN.

(q) Operações de Seguros
Contratos de seguros estabelecem para uma das partes, mediante pagamento (prêmio) pela outra parte, a obrigação de pagar, a esta, determinada importância, no caso de ocorrência de um sinistro. O risco de seguro é definido quando um evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do segurador, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados. Os prêmios de seguros, cosseguros acetos e despesas de comercialização são contabilizados pela emissão da apólice ou de acordo com o prazo de vigência do seguro, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos.

Prêmios de Seguros: os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido.
Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o Seguradora constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros: no curso normal dos negócios, a Seguradora ressegura uma parcela dos seus riscos subscritos, particularmente riscos de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição: os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originção de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Provisões Técnicas: as provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da Seguradora com os seus segurados. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou longa duração (seguros de vida). A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade e outros. As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência histórica da Seguradora, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessários, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Teste de Adequação do Passivo: a Seguradora realiza o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuárias correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço. Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada no resultado do período.

3. Exigibilidade de capital e limites de imobilização
Índice de Solvabilidade Basileia e de Imobilização
Conforme Resolução CMN nº 4.958/21 e regulamentações complementares, as instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 1.250% e um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de 8% mais as respectivas parcelas de Adicional de Capital Principal e Contracíclico.

De forma a evidenciar o cumprimento dos requerimentos de capital previstos nas regulamentações em vigor, apresentamos abaixo o índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido, que podem ser assim demonstrados:

	Basileia III
	2025
Patrimônio de referência nível I	2.851.325
Capital Principal	2.739.290
Patrimônio líquido (i)	3.892.083
Ajustes Prudenciais – Res. CMN 4.955/21 e Res. BCB 452/25	(1.152.793)
Capital complementar (ii)	112.035
Letras financeiras subordinadas	112.035
Patrimônio de referência nível II (ii)	878.060
Letras financeiras subordinadas	878.060
Patrimônio de referência – PR (nível I + nível II) (a)	3.729.385
Ativo ponderado pelo risco – RWA (b)	28.171.314
Alocação de capital:	
Risco de crédito	24.846.351
Risco de mercado	210.458
Risco operacional	3.114.505
Índice de basileia (a / b)	13,24%
Capital nível I	10,12%
Capital principal	9,72%
Capital complementar	0,40%
Capital nível II	3,12%

Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira bancária conf.
Resolução nº. 3.876/18 do BACEN - Parcela "IRRB"

	28,97%
	784.455
Índice de imobilização	28,97%
Folga de imobilização	784.455

(i) Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; e
(ii) Vide nota 11(c)

	Consolidado	Banco
	2025	2025
Caixa e saldos em bancos	494.323	440.420
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	49.989	49.989
Total	544.312	490.409

(i) Inclui operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

	Consolidado	Banco
	2025	2025
Aplicações em depósitos interfinanceiros	22.880	22.880
Aplicações em moedas estrangeiras	-	610.396
Total	22.880	633.276
Circulante	5.605	481.054
Não circulante	17.275	152.222

5. Instrumentos financeiros
5.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Consolidado	Banco
	2025	2025
Aplicações em depósitos interfinanceiros	22.880	22.880
Aplicações em moedas estrangeiras	-	610.396
Total	22.880	633.276
Circulante	5.605	481.054
Não circulante	17.275	152.222

5.2. Títulos e valores mobiliários
(a) Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

	Consolidado	Banco
	2025	2025
Títulos de renda fixa		
Livres		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	818.949	621.541
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.173.297	1.173.297
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.896.225	3.896.225
Títulos no exterior	275.775	-
Títulos Privados		
Ações de companhias fechadas	53.819	53.819
Debêntures	49.899	49.899
Cédula de produto rural	102.150	102.150
Certificado de depósitos bancários	59.900	-
Nota comercial	200.049	155.037
Cotas de fundos de investimento	593.948	



...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Os títulos e valores mobiliários apresentam as seguintes classificações e prazos de vencimento:

Descrição	Valor do Custo amortizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil (i)	Abertura por vencimento						Total	
				Sem Vencido	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		Acima de 360 dias
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.251.427	(62.635)	8.188.792	-	262.905	903.868	6.638	31.130	3.331.446	3.652.805	8.188.792
LFT	1.686.607	975	1.687.582	-	197.408	897.915	-	-	-	592.259	1.687.582
LTN	1.929.520	(23.930)	1.905.590	-	-	-	-	-	234.034	1.671.556	1.905.590
NTN	3.833.550	(56.310)	3.777.240	-	-	-	-	-	3.015.835	761.405	3.777.240
Debêntures	708.824	16.754	725.578	-	5.085	5.437	4.962	26.086	76.436	607.572	725.578
Certificado de recebíveis do agronegócio	5.905	41	5.946	-	104	105	104	2.696	595	2.342	5.946
Certificados de recebíveis imobiliários	27.121	(165)	26.956	-	408	411	1.572	2.348	4.546	17.671	26.956
Certificados de depósitos bancários	59.900	-	59.900	-	59.900	-	-	-	-	-	59.900
MTM dos títulos transferidos - VJORA	-	(44.824)	(44.824)	-	-	(7.424)	(3.901)	(7.675)	(18.748)	(7.076)	(44.824)
NTN	-	(44.824)	(44.824)	-	-	(7.424)	(3.901)	(7.675)	(18.748)	(7.076)	(44.824)
Custo Amortizado	4.575.966	-	4.575.966	-	93.972	54.116	55.546	192.063	1.115.572	3.064.697	4.575.966
Debêntures	366.920	-	366.920	-	11.181	11.180	11.181	34.875	73.083	225.420	366.920
Nota Comercial	417.401	-	417.401	-	64.475	15.738	23.258	73.392	129.700	110.838	417.401
NTN	1.528.577	-	1.528.577	-	-	-	-	-	760.435	768.142	1.528.577
Cédula de Produto Rural	102.150	-	102.150	-	540	-	6.155	27.260	41.202	26.993	102.150
Títulos no exterior	2.160.918	-	2.160.918	-	17.776	27.198	14.952	56.536	111.152	1.933.304	2.160.918
Valor justo por meio do resultado	4.182.550	166.457	4.403.349	647.767	3.711.809	9.641	2.535	18.522	5.147	7.928	4.403.349
NTN	3.546.309	154.931	3.701.240	-	3.701.240	-	-	-	-	-	3.701.240
Ações de companhias fechadas	42.293	11.526	53.819	53.819	-	-	-	-	-	-	53.819
Cotas de fundos de investimentos	593.948	-	593.948	593.948	-	-	-	-	-	-	593.948
Instrumentos financeiros derivativos – "Diferencial a receber"	-	-	54.342	-	10.569	9.641	2.535	18.522	5.147	7.928	54.342
Total geral	17.009.943	58.998	17.123.283	647.767	4.068.686	960.201	60.818	234.040	4.433.417	6.718.354	17.123.283

Descrição	Valor do Custo amortizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil (i)	Abertura por vencimento						Total	
				Sem Vencido	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		Acima de 360 dias
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7.988.856	(62.635)	7.926.221	-	5.597	898.605	6.638	31.130	3.331.446	3.652.805	7.926.221
LFT	1.483.936	975	1.484.911	-	-	892.652	-	-	-	592.259	1.484.911
LTN	1.929.520	(23.930)	1.905.590	-	-	-	-	-	234.034	1.671.556	1.905.590
NTN	3.833.550	(56.310)	3.777.240	-	-	-	-	-	3.015.835	761.405	3.777.240
Debêntures	708.824	16.754	725.578	-	5.085	5.437	4.962	26.086	76.436	607.572	725.578
Certificado de recebíveis do agronegócio	5.905	41	5.946	-	104	105	104	2.696	595	2.342	5.946
Certificados de recebíveis imobiliários	27.121	(165)	26.956	-	408	411	1.572	2.348	4.546	17.671	26.956
MTM dos títulos transferidos - VJORA	-	(44.824)	(44.824)	-	-	(7.424)	(3.901)	(7.675)	(18.748)	(7.076)	(44.824)
NTN	-	(44.824)	(44.824)	-	-	(7.424)	(3.901)	(7.675)	(18.748)	(7.076)	(44.824)
Custo Amortizado	2.370.036	-	2.370.036	-	20.002	15.738	29.413	100.652	931.337	1.272.894	2.370.036
Debêntures	366.920	-	366.920	-	-	-	-	-	-	366.920	366.920
Nota Comercial	372.389	-	372.389	-	19.462	15.738	23.258	73.392	129.700	110.839	372.389
NTN	1.528.577	-	1.528.577	-	-	-	-	-	760.435	768.142	1.528.577
Cédula de Produto Rural	102.150	-	102.150	-	540	-	6.155	27.260	41.202	26.993	102.150
Valor justo por meio do resultado	3.881.286	166.457	4.102.085	346.503	3.711.809	9.641	2.535	18.522	5.147	7.928	4.102.085
NTN	3.546.309	154.931	3.701.240	-	3.701.240	-	-	-	-	-	3.701.240
Ações de companhias fechadas	42.293	11.526	53.819	53.819	-	-	-	-	-	-	53.819
Cotas de fundos de investimentos	292.684	-	292.684	292.684	-	-	-	-	-	-	292.684
Instrumentos financeiros derivativos – "Diferencial a receber"	-	-	54.342	-	10.569	9.641	2.535	18.522	5.147	7.928	54.342
Total geral	14.240.178	58.998	14.353.518	346.503	3.737.408	916.560	34.685	142.629	4.249.182	4.926.551	14.353.518

(i) O valor contábil está sendo apresentado já líquido da perda esperada, que em 31 de dezembro de 2025 corresponde a um saldo de R\$(10.036) no Consolidado e R\$(8.108) no Banco.

5.3. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis com a proteção necessária.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (swaps, contratos de futuro e termo) se destinam à proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática contábil e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como "VaR" não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de "stress".

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

(a) Classificação por prazo de vencimento

Descrição	Consolidado						Total
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	
Contratos de Swap							
Posição ativa							
Moeda estrangeira	2.662	377	2.301	5.081	2.158	6.290	18.869
Juros	1.301	711	212	37	532	1.638	4.431
Índices	6.606	8.553	22	13.404	2.457	-	31.042
Total – 2025	10.569	9.641	2.535	18.522	5.147	7.928	54.342
Contratos de Swap							
Posição passiva							
Moeda estrangeira	(18.392)	(13.456)	(2.230)	(19.864)	(6.208)	(13.874)	(74.024)
Juros	-	-	-	(313)	-	(934)	(1.247)
Índices	(8.318)	-	(21)	(141)	(7)	-	(8.487)
Total – 2025	(26.710)	(13.456)	(2.251)	(20.318)	(6.215)	(14.809)	(83.758)

(b) Classificação por indexador e valor de referência:

Swap, opções e termo	Consolidado		
	Valor de referência	Valor pela curva - Custo amortizável	Valor de mercado
Moeda estrangeira	716.249	14.353	18.869
Juros	76.634	2.573	4.431
Índices	433.526	26.986	31.042
Posição ativa – 2025	1.226.409	43.912	54.342
Moeda estrangeira	1.643.047	(55.621)	(55.332)
Juros	50.964	(1.393)	(1.247)
Índices	10.703	(8.493)	(27.179)
Posição passiva – 2025	1.704.714	(65.507)	(83.758)
Exposição – 2025	2.931.123	(21.595)	(29.416)

As transações de swap foram marcadas a mercado considerando as cotações obtidas de fontes externas de acesso restrito e independente. Apresentamos abaixo os valores de referência e a receber/a pagar das operações de futuros.

Futuros	Consolidado e Banco	
	Valor a receber	Valor a pagar
Futuro de cupom de IPCA (DAP)	-	(376)
Futuro de cupom de cambial (DDI)	25.051	-
Futuro de taxa média de DI de um dia (D11)	-	(2.089)
Futuro de reais por dólar comercial (DOL)	-	(4.815)
Posição – 2025	25.051	(7.280)

(c) Operações com instrumentos derivativos destinadas a hedge:**(i) Hedge de Fluxo de Caixa**

O objetivo do relacionamento do hedge do Banco é o de proteger parcela dos fluxos de caixa de pagamento a serem desembolsados nas captações indexadas ao CDI para taxas prefixadas.

Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcela das captações contra a exposição à taxa de juros variável (CDI e IPCA), o Banco negociou contratos futuros de DI de 1 dia e DAP, negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o valor nominal de R\$18.530.506. Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo registrado no patrimônio líquido de R\$52.386, líquido dos efeitos tributários.

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

(ii) Hedge de Risco de Mercado

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom, o Banco utiliza contratos futuros (DAP) negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge, sendo o valor nominal de R\$896.565. Em 31 de dezembro de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R\$10.314.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, o Bmg utiliza a partir de junho de 2022 contratos futuros (D11) negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge, sendo o valor nominal de R\$547.541. Em 31 de dezembro

de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R\$49.181.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado da Carteira de Crédito, o Bmg utiliza a partir de agosto de 2022 contratos futuros (D11) negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge, sendo o valor nominal de R\$820.027. Em 31 de dezembro de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado no montante de R\$46.399.

A efetividade apurada para a carteira de hedge durante todo o período de utilização dos instrumentos e das estratégias, foi mensurada em conformidade com o estabelecido na Circular nº3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

5.4. Operações com características de concessão de crédito**(a) Classificação por produto**

	Consolidado	Banco
	2025	2025
Crédito pessoal	11.466.415	10.295.818
Carteira comercial	1.979.993	1.749.874
Operações de crédito cedidas (i)	8.563.471	8.563.471
Total - operações de crédito	22.009.879	20.609.163
Compra de duplicatas sem coobrigação - carteira comercial	149.871	149.871
Carteira de câmbio	402.424	402.424
Cartões de crédito	630.987	630.987
Total - outros créditos	1.183.282	1.183.282
Total operações de crédito e outros créditos	23.193.161	21.792.445
Outros ativos atrelados à carteira de crédito (ii)	133.850	133.850
Total carteira de crédito	23.327.011	21.926.295
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.559.532)	(1.236.151)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos	(57.118)	(57.118)
Total	21.710.361	20.633.026
Circulante	11.661.920	8.769.195
Não Circulante	10.048.441	11.863.831

(i) Créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios conforme Resolução CMN nº 4.966/21.

(ii) Valor apresentado na rubrica "Operações com características de concessão de crédito"

(b) Classificação por setor de atividade

	Consolidado	Banco
	2025	2025
Sector privado		
Pessoas físicas	21.124.941	

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Banco	
	Crédito Pessoal	Carteira Comercial
A vencer até 30 dias	2.000.677	1.228.229
A vencer de 31 a 60 dias	613.872	49.466
A vencer de 61 a 90 dias	485.799	167.548
A vencer de 91 a 180 dias	1.213.377	228.461
A vencer de 181 a 360 dias	1.754.230	298.807
A vencer após 360 dias	12.902.127	254.972
Total a vencer	18.970.082	2.227.483
Vencidas até 14 dias	31.113	302
Vencidas de 15 a 30 dias	68.248	2.236
Vencidas de 31 a 60 dias	67.740	1.197
Vencidas de 61 a 90 dias	60.715	60.544
Vencidas de 91 a 180 dias	200.464	7.595
Vencidas de 181 a 360 dias	225.764	2.812
Total vencidas	654.044	74.686
Total da carteira – 2025	19.624.126	2.302.169

(e) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e recuperação de créditos

Os dados relativos a créditos de liquidação duvidosa baixadas a débito de provisão e receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo podem ser sumarizados como seguem:

	Consolidado	Banco
	2025	2025
Saldo no início do período	1.131.975	760.099
Efeito da adoção inicial da Resolução 4.966/21	1.261.311	579.263
Saldo em 01/01/2025	2.393.286	1.339.362
Constituição de provisão	1.559.265	990.748
(Reversão/baixa) de provisão	(2.335.901)	(1.036.841)
Saldo no fim do período	1.616.650	1.293.269
Créditos recuperados	(261.727)	(231.967)
Efeito no resultado (i)	1.297.538	758.781

(i) Refere-se ao valor líquido de constituição de provisão e créditos recuperados.

(f) Composição da carteira e provisão constituída para perdas associadas ao risco de crédito por estágios
i. Movimentação da carteira de crédito

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Consolidado
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	18.103.016	(328.258)	(405.998)	16.819	26.025	453.607	-	17.865.211
Op. De Crédito Atacado	1.862.905	(412)	(166)	1	17	421.116	-	2.283.461
Op. De Crédito Exterior	3.654.039	(120.262)	(169.340)	415	-	(2.529.158)	-	835.694
Total estágio 1	23.619.960	(448.932)	(575.504)	17.235	26.042	(1.654.435)	-	20.984.366

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Consolidado
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	61.588	(16.819)	(34.353)	328.258	5.017	256.886	-	600.577
Op. De Crédito Atacado	69.682	(1)	(14)	412	7	(34.869)	-	35.217
Op. De Crédito Exterior	125.163	(415)	(11.107)	120.262	112	(46.899)	-	187.116
Total estágio 2	256.433	(17.235)	(45.474)	448.932	5.136	175.118	-	822.910

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Consolidado
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	1.570.818	(26.025)	(5.017)	405.998	34.353	(160.589)	(795.049)	1.024.489
Op. De Crédito Atacado	162.297	(17)	(7)	166	14	60.980	(9.824)	213.609
Op. De Crédito Exterior	554.707	-	(112)	169.340	11.107	(323.097)	(264.158)	147.787
Total estágio 3	2.287.822	(26.042)	(5.136)	575.504	45.474	(422.706)	(1.069.031)	1.385.885

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	18.103.016	(328.258)	(405.998)	16.819	26.025	453.607	-	17.865.213
Op. De Crédito Atacado	1.862.905	(412)	(166)	1	17	190.997	-	2.053.342
Total estágio 1	19.965.923	(328.670)	(406.164)	16.820	26.042	644.604	-	19.918.555

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	61.588	(16.819)	(34.353)	328.258	5.017	256.886	-	600.577
Op. De Crédito Atacado	69.682	(1)	(14)	412	7	(34.869)	-	35.217
Total estágio 2	131.270	(16.820)	(34.367)	328.670	5.024	222.017	-	635.794

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	1.570.817	(26.025)	(5.017)	405.998	34.353	(160.589)	(795.050)	1.024.487
Op. De Crédito Atacado	162.297	(17)	(7)	166	14	60.980	(9.824)	213.609
Total estágio 3	1.733.114	(26.042)	(5.024)	406.164	34.367	(99.609)	(804.874)	1.238.096

ii. Movimentação da perda associada ao risco de crédito

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	(Constituição) / Reversão	Write Off	Consolidado
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(509.703)	53.607	250.959	(584)	(770)	(87.501)	-	(293.992)
Op. De Crédito Atacado	(12.221)	5	125	-	(1)	(25.636)	-	(37.728)
Op. De Crédito Exterior	(316.118)	76.509	98.114	(118)	-	84.840	-	(56.773)
Total estágio 1	(838.042)	130.121	349.198	(702)	(771)	(28.297)	-	(388.493)

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	(Constituição) / Reversão	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(41.057)	584	23.416	(53.607)	(886)	(84.537)	-	(156.087)
Op. De Crédito Atacado	(15.536)	-	8	(5)	(1)	14.467	-	(1.067)
Op. De Crédito Exterior	(112.248)	118	1.646	(76.509)	(68)	66.239	-	(120.822)
Total estágio 2	(168.841)	702	25.070	(130.121)	(955)	(3.831)	-	(277.976)

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	(Constituição) / Reversão	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(774.636)	770	886	(250.959)	(23.416)	(433.002)	795.048	(685.309)
Op. De Crédito Atacado	(45.328)	1	1	(125)	(8)	(83.513)	9.824	(119.148)
Op. De Crédito Exterior	(549.273)	-	68	(98.114)	(1.646)	239.083	264.158	(145.724)
Total estágio 3	(1.369.237)	771	955	(349.198)	(25.070)	(277.432)	1.069.030	(950.181)

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	(Constituição) / Reversão	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(434.027)	53.607	250.959	(584)	(770)	(163.175)	-	(293.990)
Op. De Crédito Atacado	(11.760)	5	125	-	(1)	(26.036)	-	(37.667)
Total estágio 1	(445.787)	53.612	251.084	(584)	(771)	(189.211)	-	(331.657)

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	(Constituição) / Reversão	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(41.057)	584	23.416	(53.607)	(886)	(84.537)	-	(156.087)
Op. De Crédito Atacado	(15.536)	-	8	(5)	(1)	14.467	-	(1.067)
Total estágio 2	(56.593)	584	23.424	(53.612)	(887)	(70.070)	-	(157.154)

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	(Constituição) / Reversão	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(774.636)	770	886	(250.959)	(23.416)	(433.005)	795.050	(685.310)
Op. De Crédito Atacado	(45.328)	1	1	(125)	(8)	(83.513)	9.824	(119.148)
Total estágio 3	(819.964)	771	887	(251.084)	(23.424)	(516.518)	804.874	(804.458)

iii. Resumo

Resumo da Carteira - Total dos 3 estágios	Saldo em 01/01/2025	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Consolidado
				Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	19.735.422	549.903	(795.049)	19.490.276
Op. De Crédito Atacado	2.094.885	447.228	(9.824)	2.532.289
Op. De Crédito Exterior	4.333.908	(2.899.154)	(264.158)	1.170.596
Subtotal de Operações de Crédito	26.164.215	(1.902.023)	(1.069.031)	23.193.161
Outros Ativos Arelados à Carteira de Crédito	-	133.850	-	133.850
Total	26.164.215	(1.768.173)	(1.069.031)	23.327.011

Resumo da Carteira - Total dos 3 estágios	Saldo em 01/01/2025	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Banco
				Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	19.735.422	549.903	(795.049)	19.490.276
Op. De Crédito Atacado	2.094.885	217.109	(9.825)	2.302.169
Subtotal de Operações de Crédito	21.830.307	767.012	(804.874)	21.792.445
Outros Ativos Arelados à Carteira de Crédito	-	133.850	-	133.850
Total	21.830.307	900.862	(804.874)	21.926.295

Resumo da provisão - Total dos 3 estágios	Saldo em 01/01/2025	(Constituição) / Reversão	Write Off	Consolidado
				Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(1.325.397)	(605.039)	795.048	(1.135.388)
Op. De Crédito Atacado	(73.084)	(94.682)	9.824	(157.942)
Op. De Crédito Exterior	(977.639)	390.161	264.158	(323.320)
Total	(2.376.120)	(309.560)	1.069.030	(1.616.650)

Resumo da provisão - Total dos 3 estágios	Saldo em 01/01/2025	(Constituição) / Reversão	Write Off	Banco
				Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(1.249.720)	(680.717)	795.050	(1.135.387)
Op. De Crédito Atacado	(72.624)	(95.082)	9.824	(157.882)
Total	(1.322.344)	(775.799)	804.874	(1.293.269)

5.5. Outros créditos e relações interfinanceiras

(a) Outros créditos	Consolidado	Banco
	2025	2025
Ativos fiscais diferidos (i)	5.142.003	4.774.243
Ativos fiscais correntes (ii)	635.603	495.387
Carteira de câmbio (Nota 5.4 (a))	402.424	402.424
Devedores por depósitos em garantia (iii)	620.604	615.982
Devedores diversos – País	374.692	62.187
Valores a Repassar pelos órgãos públicos (iv)	451.528	451.528
Valores a receber sociedades ligadas	8.966	7.545
Compra de duplicatas sem coobrigação - carteira comercial (Nota 5.4(a))	149.871	149.871
Compras a faturar - Cartões de crédito (Nota 5.4(a))	630.987	630.987



...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imobilizado de uso

	2025			Consolidado					
	Taxa anual(%)	Custo	(Depreciação acumulada)	Valor líquido	Saldo Residual em 01/01/2025	Aquisições	(Baixas)	(Despesa de Depreciação)	Saldo Residual em 31/12/2025
Imóveis de uso		3.662	-	3.662	3.662	-	-	-	3.662
Terrenos		3.662	-	3.662	3.662	-	-	-	3.662
Outras imobilizações de uso		226.633	(161.720)	64.913	60.579	24.273	(4.916)	(15.850)	64.913
Instalações	10	121.903	(84.417)	37.486	28.388	16.447	(1.215)	(6.134)	37.486
Móveis e equipamentos de uso	10	29.085	(19.804)	9.281	7.868	5.441	(2.927)	(1.101)	9.281
Sistema de comunicação	10	3.953	(3.354)	599	867	86	(4)	(350)	599
Sistema de processamento de dados	20	64.678	(50.426)	14.252	20.808	879	(362)	(7.073)	14.252
Sistema de transporte	20	7.014	(3.719)	3.295	3.475	1.420	(408)	(1.192)	3.295
Direito de uso (i)	-	169.393	(120.869)	48.524	60.427	9.164	-	(21.067)	48.524
Total Imobilizado de uso		399.688	(282.589)	117.099	124.668	33.437	(4.916)	(36.917)	117.099

	2025			Banco					
	Taxa anual(%)	Custo	(Depreciação acumulada)	Valor líquido	Saldo Residual em 01/01/2025	Aquisições	(Baixas)	(Despesa de Depreciação)	Saldo Residual em 31/12/2025
Imóveis de uso		3.662	-	3.662	3.662	-	-	-	3.662
Terrenos		3.662	-	3.662	3.662	-	-	-	3.662
Outras imobilizações de uso		205.419	(149.117)	56.302	53.716	16.973	(3.103)	(11.284)	56.302
Instalações	10	113.539	(82.083)	31.456	26.308	11.091	(304)	(5.639)	31.456
Móveis e equipamentos de uso	10	24.107	(19.470)	4.637	3.918	4.021	(2.383)	(919)	4.637
Sistema de comunicação	10	3.660	(1.728)	1.932	2.201	67	(1)	(335)	1.932
Sistema de processamento de dados	20	57.189	(42.207)	14.982	17.816	374	(7)	(3.201)	14.982
Sistema de transporte	20	6.924	(3.629)	3.295	3.473	1.420	(408)	(1.190)	3.295
Direito de uso (i)	-	169.393	(120.869)	48.524	60.427	9.164	-	(21.067)	48.524
Total Imobilizado de uso		378.474	(269.986)	108.488	117.805	26.137	(3.103)	(32.351)	108.488

(i) Refere-se a adoção da Resolução CMN n° 4.975/21 – Leasing.

9. Intangível
(a) Composição dos ativos intangíveis

	Consolidado		Banco	
	2025	2025	2025	2025
Intangíveis (i)	1.293.137	1.291.672	1.291.672	1.291.672
(Amortização acumulada)	(585.576)	(585.576)	(585.576)	(585.576)
Total	707.561	706.096	706.096	706.096

(i) Referem-se a licenças de uso e outros intangíveis, amortizados durante sua vida útil econômica estimada.

(b) Movimentação dos ativos intangíveis

	Consolidado		Banco	
	2025	2025	2025	2025
Saldo inicial	555.168	555.168	555.168	555.168
Aquisição de ativos intangíveis	286.436	284.584	284.584	284.584
(Amortizações de ativos intangíveis)	(134.043)	(133.656)	(133.656)	(133.656)
Saldo final	707.561	706.096	706.096	706.096

10. Passivos financeiros

10.1. Depósito e Captações no mercado aberto - carteira própria
(a) Depósitos interfinanceiros e a prazo

	Consolidado		Banco	
	2025	2025	2025	2025
Depósitos à vista	346.867	369.390	369.390	369.390
Depósitos interfinanceiros				
Pós-fixados	93.231	1.105.892	1.105.892	1.105.892
Depósitos a prazo				
Pré-fixados	9.060.375	9.060.375	9.060.375	9.060.375
Pós-fixados (i)	12.890.318	13.239.194	13.239.194	13.239.194
Total	22.390.791	23.774.851	23.774.851	23.774.851
Circulante	9.383.307	10.545.469	10.545.469	10.545.469
Não Circulante	13.007.484	13.229.382	13.229.382	13.229.382

(i) Do montante R\$12.890.318 e R\$13.239.194 de Depósitos a prazo pós-fixados no Consolidado e Banco, respectivamente, R\$940.740 correspondem a captações efetuadas mediante a emissão de DPG, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN n° 4.785, de 23/03/2020.

(b) Vencimento de depósitos interfinanceiros e a prazo

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos das operações de depósitos a prazo e interfinanceiros:

	Consolidado		
	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos a prazo (i)	Total
	2025	2025	2025
Até 30 dias	50.143	949.359	999.502
De 31 a 60 dias	-	376.820	376.820
De 61 a 90 dias	-	1.354.649	1.354.649
De 91 a 180 dias	7.425	2.416.711	2.424.136
De 181 a 360 dias	2.820	3.878.513	3.881.333
Após 360 dias	32.843	12.974.641	13.007.484
Total	93.231	21.950.693	22.043.924
Circulante	60.388	8.976.052	9.036.440
Não Circulante	32.843	12.974.641	13.007.484

(i) Do montante de R\$12.974.641 de Depósitos a prazo apresentados no vencimento "Após 360 dias", R\$10.177.106 vencem entre 1 e 3 anos, R\$2.608.941 entre 3 e 5 anos e R\$188.594 acima de 5 anos.

	Banco		
	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos a prazo	Total
	2025	2025	2025
Até 30 dias	50.143	1.061.974	1.112.117
De 31 a 60 dias	-	376.820	376.820
De 61 a 90 dias	-	1.354.649	1.354.649
De 91 a 180 dias	7.425	2.418.568	2.425.993
De 181 a 360 dias	1.015.480	3.891.020	4.906.500
Após 360 dias	32.844	13.196.538	13.229.382
Total	1.105.892	22.299.569	23.405.461
Circulante	1.073.048	9.103.031	10.176.079
Não Circulante	32.844	13.196.538	13.229.382

(c) Captações no mercado aberto - carteira própria
As captações no mercado aberto são compostas por R\$6.838.168 (2023 – R\$3.550.767) de títulos públicos e R\$92.982 (2023 – R\$26.712) de títulos privados no Consolidado e R\$6.838.168 (2023 – R\$3.550.767) de títulos públicos e R\$92.982 (2023 – R\$26.712) de títulos privados no Banco.

10.2. Recursos de aceites e emissão de títulos

(a) Obrigações por emissão de letras financeiras e de crédito

	Consolidado e Banco	
	2025	2025
Letras financeiras (i)	3.467.900	3.467.900
Letras créditos agropecuários	31.582	31.582
Letras créditos imobiliários	5.514	5.514
Total	3.504.996	3.504.996
Circulante	1.068.729	1.068.729
Não Circulante	2.436.267	2.436.267

(i) Inclui a 6ª e 7ª emissão de Letras Financeiras Públicas, no montante de R\$300.000 cada uma, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 11 de junho de 2025 e em 02 de dezembro de 2025. As Letras Financeiras foram captadas de forma pulverizada junto a investidores institucionais com o objetivo de fomentar a liquidez do Banco e criar referência de curva de juros no mercado institucional.

(b) Vencimento

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos dos recursos por aceites e emissão de títulos:

	Consolidado e Banco	
	Letras financeiras e de crédito	2025
	2025	2025
De 31 a 60 dias	6.516	6.516
De 61 a 90 dias	726	726
De 91 a 180 dias	393.173	393.173
De 181 a 360 dias	668.314	668.314
Após 360 dias	2.436.267	2.436.267
Total	3.504.996	3.504.996

10.3. Obrigações por empréstimos e repasses

	Consolidado e Banco	
	2025	2025
Repasses País – Instituições Oficiais	236.058	236.058
Empréstimos no Exterior (i)	1.635.072	1.635.072
Empréstimos no País – Outras Instituições (ii)	572.369	572.369
Total	2.443.499	2.443.499
Circulante	2.365.352	2.365.352
Não Circulante	78.147	78.147

(i) Do total, o montante de R\$62.308 possui vencimento até 90 dias, e o restante entre 91 e 360 dias.

(ii) Valores relativos ao empréstimo junto ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito, com vencimento em 2026.

(a) Repasses no país – Instituições Oficiais

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasse junto ao Ministério da Agricultura – FUNCAFÉ. Esses repasses apresentam os seguintes vencimentos:

	Consolidado e Banco	
	2025	2025
Até 30 dias	13.049	13.049
De 181 a 360 dias	144.862	144.862
Após 360 dias	78.147	78.147
Total	236.058	236.058
Circulante	157.911	157.911
Não Circulante	78.147	78.147

11. Provisões, obrigações fiscais e outras obrigações
(a) Provisão e obrigações fiscais

	Consolidado		Banco	
	2025	2025	2025	2025
Provisão para pagamentos a efetuar	235.056	226.170	226.170	226.170
Provisão comissão a pagar cessão sem coobrigação	430.900	430.900	430.900	430.900
Provisão para garantias financeiras prestadas	6.824	6.824	6.824	6.824
Provisão para causas judiciais (i)	1.144.755	1.095.397	1.095.397	1.095.397
Provisões	1.817.535	1.759.291	1.759.291	1.759.291
Correntes	175.967	62.792	62.792	62.792
Diferidas (nota 19(c))	63.601	58.227	58.227	58.227
Obrigações fiscais	239.568	121.019	121.019	121.019
Total	2.057.103	1.880.310	1.880.310	1.880.310
Circulante	841.923	719.862	719.862	719.862
Não circulante	1.215.180	1.160.448	1.160.448	1.160.448

(i) Os saldos de provisão para causas judiciais são relacionados a causas de natureza cível, trabalhista e fiscais. Vide Nota 12.

(b) Outras obrigações

	Consolidado		Banco	
	2025	2025	2025	2025
Sociais e estatutárias	246.863	195.463	195.463	195.463
Outros impostos e contribuições a recolher	134.115	52.953	52.953	52.953
Obrigações a pagar cartão	296.012	296.012	296.012	296.012
Credores diversos	656.542	610.907	610.907	610.907
Valores a repassar cessão	122	122	122	122
Valores a pagar sociedades ligadas	2.754	436	436	436
Obrigações sobre operações vinculadas a cessão (i)	5.950.798	5.950.798	5.950.798	5.950.798
Letras financeiras subordinadas (nota 11(c))	1.142.386	1.142.386	1.142.386	1.142.386
Total	8.429.592	8.249.077	8.249.077	8.249.077
Circulante	846.301	665.786	665.786	665.786
Não circulante	7.583.291	7.583.291	7.583.291	7.583.291

(i) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios. Vide Nota 5.4(c).

	Consolidado e Banco	
	2025	2025
Obrigações sobre operações vinculadas a cessão		
Até 30 dias	108.394	108.394
De 31 a 60 dias	67.082	67.082
De 61 a 90 dias	67.083	67.083
De 91 a 180 dias	267.906	267.906
De 181 a 360 dias	702.490	702.490
Após 360 dias	4.737.843	4.737.843
Total	5.950.798	5.950.798
Circulante	1.212.955	1.212.955
Não Circulante	4.737.843	4.737.843

(c) Letras financeiras subordinadas

Nome do papel	Data de Emissão	Data de Venc
---------------	-----------------	--------------

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**13. Patrimônio líquido (Banco)**

a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$3.792.104, representado por 599.088.294 (quinhentos e noventa e nove milhões, oitenta e oito mil e duzentos e noventa e quatro) ações, das quais 382.836.779 (trezentos e oitenta e dois milhões, oitocentas e trinta e seis mil, setecentas e setenta e nove) ações ordinárias e 216.251.515 (duzentos e dezesseis milhões, duzentas e cinquenta e uma mil, quinhentas e quinze) de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de setembro de 2025, aprovou-se a homologação da totalidade do aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração em reunião do dia 15 de julho de 2025, após concluído o processo de subscrição particular de 15.855.883 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 10.140.581 novas ações ordinárias e 5.715.302 novas ações preferenciais sem direito a voto, ao preço de R\$3,124 por ação, totalizando R\$ 49.534. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 31 de outubro de 2025.
Em reunião realizada em 26 de junho de 2025, o Conselho de Administração do Banco, deliberou a aprovação de um novo programa de recompra de ações, que passou a vigorar a partir de 27 de junho de 2025, autorizando a aquisição de até 12.961.497 ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,00% (dez por cento) das ações em circulação, reduzido do número atual de ações em tesouraria, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou realocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos e demais beneficiários do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e na Resolução CVM nº 77/22.
As operações de aquisições do novo programa serão efetuadas em bolsa de valores, no período entre 27 de junho de 2025 a 21 de dezembro de 2026, a valor de mercado.

	Ações em tesouraria				
	Quantidade em 31/12/2024	Aquisição de ações de emissão própria	Pagamento baseado em ações	Outras saídas	Quantidade em 31/12/2025
Quantidade	2.750.309	2.469.300	(2.617.981)	(280)	2.601.348
	Quantidade de ações em circulação (I)				
		Ordinária	Preferencial	Total	
Em 31/12/2024		26.868.119	130.704.109	157.572.228	
Variação ações em tesouraria		-	148.961	148.961	
Variação ações detidas por controladores e administradores		(10.160.447)	(4.637.321)	(14.797.768)	
Emissão de novas ações		10.140.581	5.517.302	15.657.883	
Em 31/12/2025		26.848.253	131.733.051	158.581.304	

(I) Define-se como ações em circulação, consoante ao art. 67, da Resolução CVM 80/22, todas as ações do emissor, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e daquelas mantidas em tesouraria.

b) Reservas**Reservas de lucros:**

• **Legal:** É constituída, ao final de cada semestre, à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.
• **Estatutária:** É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Outros resultados abrangentes

No exercício de 2025 foram realizados ajustes de outros resultados abrangentes no valor negativo de R\$13.049, referentes a marcação a mercado de Instrumentos financeiros de R\$4.801 (efeito positivo) e apuração do ágio (efeito negativo) da compra de ações da BMG Seguradora S.A. de R\$ 17.850. O saldo em 31/12/2025 é negativo em R\$87.488 e refere-se principalmente à marcação a mercado de Instrumentos Financeiros Classificados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e do Hedge de Fluxo de Caixa.

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.
Os Juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista.

Conforme fato relevante divulgado em 27 de março de 2025, os Juros sobre o Capital Próprio referentes ao primeiro trimestre de 2025 totalizaram o montante R\$58.310, equivalente a R\$0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$0,085 por ação. O pagamento aos acionistas foi efetuado em 15 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de julho de 2025, aprovou-se a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia nesta data e o aumento do capital social dentro do limite autorizado da Companhia, mediante subscrição particular de novas ações escriturais, sem valor nominal, ordinárias e preferenciais ("Aumento de Capital").

Foi aprovado nesta data o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio referente ao 2º trimestre de 2025, no valor bruto total de até R\$ 58,3 milhões, equivalente a R\$0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$0,085 por ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos. O pagamento aos acionistas foi efetuado no dia 21 de agosto de 2025.

Em reunião realizada em 04 de novembro de 2025, aprovou-se o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") referente ao 3º trimestre de 2025, no valor bruto total de até R\$ 59,7 milhões, equivalente a R\$ 0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$ 0,085 por Ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos. O pagamento aos acionistas foi efetuado no dia 25 de novembro de 2025, tendo como base de cálculo a posição acionária final registrada no dia 11 de novembro de 2025.

Em reunião realizada em 27 de novembro de 2025, aprovou-se o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") referente ao 4º trimestre de 2025, no valor bruto total de até R\$ 59,7 milhões, equivalente a R\$ 0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$ 0,085 por Ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos. O pagamento aos acionistas foi efetuado no dia 14 de janeiro de 2026, tendo como base de cálculo a posição acionária final registrada no dia 22 de dezembro de 2025. Dessa forma, a partir de 23 de dezembro de 2025, inclusive, as Ações do Banco passaram a ser negociadas "ex-direto".

e) Resultado líquido por ação
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Banco, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.
O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas.
Entretanto, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Banco, para fins de diluição e, portanto, os lucros básico e diluído por ação são iguais. Conforme CPC 41, utilizamos o ajuste retrospectivo para cálculo do lucro básico por ação em 31 de dezembro de 2025.

	Resultado líquido por ação	
	31/12/2025	
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	560.685	
Quantidade média ponderada de ações emitidas	586.182.446	
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	0,9565	

14. Receitas e despesas da intermediação financeira e operações de seguros

Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira:

(a) Operações de crédito

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Crédito pessoal	3.772.431	7.596.115	3.525.326	6.940.693
Carteira comercial	118.349	278.417	105.665	247.126
Lucro na cessão de crédito (Nota 5.4 (c))	114.300	241.185	114.300	241.185
Comissões de agentes	(454.225)	(948.143)	(529.076)	(1.070.124)
Variação cambial	2.963	(329.105)	(2.135)	56.812
Total	3.553.818	6.838.469	3.214.080	6.415.692

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Aplicações interfinanceiras de liquidez	90.753	339.332	90.753	339.332
Títulos e valores mobiliários	964.139	2.026.940	801.034	1.741.775
Aplicações no exterior	423	97.269	58.219	155.065
Total	1.055.315	2.463.541	950.006	2.236.172

(c) Despesas da intermediação financeira

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (I)	101.983	377.197	101.983	340.401
Operações de empréstimos e repasses	(144.297)	(218.599)	(153.407)	(227.709)
Variação cambial	51.231	(31.456)	57.482	(281.709)
Despesas de depósitos a prazo	(1.506.136)	(3.085.997)	(1.532.301)	(3.136.602)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(8.631)	(23.267)	(112.348)	(209.324)
Outras despesas de captação	(711.790)	(1.504.755)	(711.492)	(1.504.104)
Resultado com operações de crédito cedidas	(474.219)	(794.253)	(474.219)	(794.253)
Total	(2.691.859)	(5.281.130)	(2.824.302)	(5.813.300)

(I) Inclui instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção da variação cambial apresentado na nota 14(a).

(d) Operações de Seguros**(i) Ativos de Seguros:**

	Consolidado	
	2025	2025
Prêmios a receber	25.434	
Operações com seguradoras	19.662	
Custo de aquisição diferidos	41.053	
Total	86.149	
Circulante	78.909	
Não Circulante	7.240	

(ii) Passivos de Seguros:

	Consolidado	
	2025	2025
Débitos com Operações de Seguros	8.556	
Provisões Técnicas	150.722	
Total	159.278	
Circulante	8.556	
Não Circulante	150.722	

(iii) Resultado de Seguros:

	Consolidado	
	2º Semestre 2025	2025
Prêmios Ganhos	188.310	383.788
Outras Receitas e Despesas	(25.914)	(45.779)
Sinistros	(24.687)	(68.079)
Custos de Aquisição	(69.197)	(141.903)
Total	68.512	128.027

15. Receitas de prestação de serviços

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Varejo	73.611	143.561	65.475	123.136
Atacado	53.564	116.859	11.186	19.164
Total	127.175	260.420	76.661	142.300

16. Despesas de pessoal e outras despesas administrativas**(a) Despesas de pessoal**

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Proventos e honorários	(146.011)	(266.760)	(112.175)	(211.201)
Encargos sociais	(52.917)	(109.714)	(47.501)	(100.387)
Treinamento	(1.224)	(2.901)	(980)	(2.314)
Benefícios	(45.878)	(87.573)	(39.843)	(77.817)
Total	(246.030)	(466.948)	(200.499)	(391.719)

(b) Outras despesas administrativas

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Água, energia e gás	(1.694)	(3.386)	(1.259)	(2.650)
Marketing	(12.010)	(36.587)	(10.290)	(32.701)
Aluguéis	(3.915)	(9.946)	(1.243)	(4.506)
Promoções e relações públicas	(136)	(13.634)	572	(12.401)
Comunicações	(13.291)	(28.723)	(12.752)	(27.835)
Manutenção e conservação de bens	(3.114)	(6.396)	(1.839)	(3.162)
Processamento de dados	(149.076)	(279.166)	(144.511)	(272.573)
Seguros	(5.528)	(11.130)	(5.061)	(10.261)
Serviços de terceiros	(66.732)	(131.327)	(65.318)	(129.064)
Serviço de vigilância	(4.003)	(7.655)	(3.946)	(7.576)
Serviços técnicos especializados	(174.571)	(326.922)	(170.736)	(317.785)
Materiais diversos	(2.089)	(4.046)	(1.451)	(2.870)
Serviços do sistema financeiro	(12.218)	(27.988)	(11.999)	(27.539)
Transportes	(2.111)	(3.672)	(1.951)	(3.384)
Viagens	(14.350)	(27.041)	(13.064)	(24.848)
Amortização e depreciação	(91.059)	(180.246)	(84.611)	(172.780)
Outras despesas administrativas	(62.809)	(114.785)	(49.109)	(92.165)
Total	(618.706)	(1.212.650)	(578.568)	(1.144.100)

17. Despesas tributárias

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
PIS e COFINS	(105.055)	(198.082)	(91.357)	(173.768)
ISS	(7.616)	(13.539)	(3.555)	(6.967)
Outros	(21.457)	(43.193)	(6.421)	(13.046)
Total	(134.128)	(254.814)	(101.333)	(193.781)

18. Outras receitas e despesas operacionais

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Outras receitas operacionais				
Recuperação de encargos e despesas	10.640	12.977	10.090	10.360
Atualização monetária	19.037	47.392	18.606	39.234
Reversão de provisões operacionais (I)	255.496	449.059	247.647	435.728
Atualização de impostos a compensar	7.905	10.631	1.529	2.815
Outras	45.583	85.723	42.255	66.420
Total outras receitas operacionais	338.661	605.782	320.127	554.557

Outras despesas operacionais

Atualização monetária	(6.452)	(12.190)	(6.109)	(11.380)
Despesas de cobranças	(128)	(304)	(128)	(304)
Despesa de intervenção de repasse de recursos	(71.475)	(140.255)	(71.475)	(140.255)
Despesa de provisões operacionais (I)	(544.229)	(1.010.930)	(532.876)	(989.176)
Tarifas	(22.804)	(44.128)	(22.804)	(44.128)
Outras	(50.569)	(93.436)	(48.950)	(75.278)
Total outras despesas operacionais	(695.657)	(1.301.243)	(682.342)	(1.260.521)

Total outras receitas (despesas) operacionais (356.996) (695.461) (362.215) (705.964)

(I) Reversão e constituição de provisões de natureza cível, trabalhistas e fiscais.

19. Imposto de renda e contribuição social**(a) Ativos fiscais diferidos - créditos de imposto de renda e contribuição social**

	Consolidado				Total
	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa	Ajuste Valor de Mercado no Patrimônio	
Saldo final em 31/12/2024	547	3.481.166	611.922	64.548	4.158.183
Adoção Inicial da Resolução 4.966/21	-	570.829	-	-	570.829
Saldo final em 01/01/2025	547	4.051.995	611.922	64.548	4.729.012
Constituição	-	1.353.781	85.760	880.020	2.319.561
(Realização / Reversão)	-	(821.395)	(171.548)	(913.627)	(1.906.570)
Saldo final em 31/12/2025	547	4.584.381	526.134	30.941	5.142.003

	Banco				Total
	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa	Ajuste Valor de Mercado no Patrimônio	
Saldo em 31/12/2024	547	3.367.884	287.076	124.33	



...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Outras informações

De acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.633/18, a partir de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, mediante o atendimento de condições e limites definidos pela citada resolução. Dessa forma, o Banco estabeleceu política para realização de operações de crédito com partes relacionadas, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e formalizada em documento específico mantido à disposição do Banco Central do Brasil.

21. Estimativa do valor justo

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis;
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer input significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2025.

	Consolidado			
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2
ATIVO				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	22.880	22.880	22.880	-
Títulos e valores mobiliários	17.068.941	17.068.941	8.143.968	8.924.973
Instrumentos financeiros derivativos	54.342	54.342	-	54.342
Operações com características de concessão de crédito	22.143.729	23.807.294	-	23.807.294
PASSIVO				
Depósitos	22.390.791	23.242.592	-	23.242.592
Captações no mercado aberto - carteira própria	5.682.641	5.717.054	-	5.717.054
Recursos de aceites e emissão de títulos	3.504.996	3.523.253	-	3.523.253
Obrigações por empréstimos e repasses	2.443.499	2.443.499	-	2.443.499
Instrumentos financeiros derivativos	83.758	83.758	-	83.758
Dívidas e letras financeiras subordinadas	1.142.386	1.142.386	-	1.142.386

	Banco			
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2
ATIVO				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	633.276	633.276	633.276	-
Títulos e valores mobiliários	14.299.176	14.299.176	7.881.397	6.417.779
Instrumentos financeiros derivativos	54.342	54.342	-	54.342
Operações com características de concessão de crédito	20.743.013	22.406.578	-	22.406.578
PASSIVO				
Depósitos	23.774.851	24.481.883	-	24.481.883
Captações no mercado aberto - carteira própria	5.682.641	5.717.054	-	5.717.054
Recursos de aceites e emissão de títulos	3.504.996	3.523.253	-	3.523.253
Obrigações por empréstimos e repasses	2.443.499	2.443.499	-	2.443.499
Instrumentos financeiros derivativos	83.758	83.758	-	83.758
Dívidas e letras financeiras subordinadas	1.142.386	1.142.386	-	1.142.386

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 2.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

- Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:
 - preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
 - o valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
 - o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
 - outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

22. Outras informações

(a) **Compromissos e Garantias**
Os avais e fianças prestadas pelo Consolidado a clientes montam R\$351.378 e estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários. Com o advento da Resolução CMN 4.966/21, referente ao tratamento para garantias financeiras prestadas, o saldo de provisão de avais e fianças, teve impacto negativo no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de R\$6.824.

(b) **Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional**
Com o objetivo de permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, cujos vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes, o Consolidado Bmg, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24/02/2005, firmou acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas.

(c) Informações suplementares

Não houve resultados não recorrentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(d) Fatos relevantes

Em relação aos Fatos Relevantes divulgados em 29 de outubro de 2020 e 3 de novembro de 2020, referentes as operações "Macchiato", e "Descarte", em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, bem como a autuação da Receita Federal em relação à glosa de pagamentos realizados a determinados fornecedores, o Banco informa que não há atualizações e que não foram encontrados, no acervo informacional do Banco disponível à Investigação, nenhuma irregularidade que corrobore a ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, de corrupção ou contra o Sistema Financeiro Nacional.

(e) Termo de Compromisso com o INSS

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 31 de outubro de 2025, o Banco Bmg S.A., em atendimento ao disposto na Resolução da CVM nº 44/21, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, visando a continuidade das operações de crédito consignado com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), firmou Termo de Compromisso com o INSS. Esse Termo reforça o compromisso do Banco com a transparência, governança e aprimoramento contínuo da experiência do cliente, contemplando medidas voltadas à maior segurança e clareza nas contratações. Entre elas, destaca-se a ampliação do uso de formalização por videochamada – prática adotada pelo Banco nas operações de cartão consignado, e que agora passa a ser estendida a todas as operações de crédito consignado do INSS. As iniciativas refletem o propósito do Banco de fortalecer a relação institucional com o INSS, promovendo uma jornada de crédito ética, responsável e centrada no cliente, em linha com as melhores práticas de governança corporativa.

(f) Evento subsequente

Em 21 de janeiro de 2026, o Banco Bmg S.A. comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração, em reunião realizada naquela data, aprovou um aumento de capital privado no montante de R\$214.000.

O aumento de Capital será realizado dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social do Banco e contemplará a emissão para subscrição pública de, no máximo, 35.896.604 novas ações nominativas e sem valor nominal e, no máximo, 49.195.402 novas ações nominativas e sem valor nominal ("Ações"), ao preço de emissão de R\$4,35 por Ação.

O preço de emissão por Ação foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas do Banco, com base no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, levando-se em consideração o preço médio de fechamento dos últimos 10 dias anteriores à 20 de janeiro de 2026 (inclusive) das ações de emissão do Banco e um deságio de 12,68%.

Os acionistas terão direito de preferência para subscrição das Ações no período de 30 de janeiro de 2026 (inclusive) a 02 de março 2026 (inclusive), na proporção de 8,251258595% (fator de subscrição) da posição acionária da mesma espécie que possuíam no capital do Banco no final do dia 29 de janeiro de 2026 (inclusive).

O aumento de Capital se justifica pela intenção da administração de fortalecer a posição de capital do Banco com vistas à melhoria do índice de baseleia, em conformidade com os padrões exigidos pelo Banco Central do Brasil.

No contexto do Aumento de Capital, os acionistas controladores pretendem exercer seu direito de subscrição, no montante de R\$156 milhões.

23. Gestão de riscos

23.1 Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital e Análise de Sensibilidade

Para o Conglomerado Prudencial do Bmg, a gestão de riscos e capital é essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, bem como para garantir a preservação da integridade e a independência dos processos. Desta forma, o Conglomerado Prudencial do Bmg tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

No contexto do Conglomerado Prudencial do Bmg gerencia seus riscos - de capital, de liquidez, de mercado, de crédito, operacional e social, ambiental e climático - com ações específicas para cada um, descritas de forma resumida abaixo. Os demais riscos de Pilar II, tais como os riscos de imagem, de estratégia e socioambientais, são também monitorados pela Diretoria de Riscos e Compliance, com reporte ao Comitê de Gestão de Riscos e de Capital. O documento que detalha a estrutura e diretrizes estabelecidas no gerenciamento dos riscos, juntamente com o Relatório de Pilar 3, podem ser visualizados no site (<http://www.bancobmg.com.br/ri/>), na seção de Governança Corporativa, Gestão de Riscos.

23.1.1 Gerenciamento do Capital

O Banco optou pela constituição de estrutura de gerenciamento de capital centralizada para o Conglomerado Prudencial do Bmg, nomeando um diretor responsável para toda a estrutura.

O Comitê de Gestão de Riscos e Capital é o principal responsável por promover discussões acerca do gerenciamento de capital.

O comitê é conduzido pela Diretoria de Finanças, Riscos e Compliance com o objetivo de apresentar ao Conselho de Administração e demais Diretorias o Índice de Basileia atual, bem como as projeções para os próximos três anos.

Dentre as principais atividades do Comitê, destacamos:

- Promover discussões e decisões sobre temas relacionados às Políticas, procedimentos, metodologias e processos relacionados ao gerenciamento de capital e ao Plano de Capital, conforme estabelecidos em Política;
- Validar a Política de Gerenciamento de Capital e o Plano de Capital da Organização e submetê-los à aprovação da Diretoria e do Conselho de Administração;
- Submeter à Diretoria e ao Conselho de Administração deliberações do comitê que afetem a Política e o Plano de Capital;
- Acompanhar a efetividade do processo de gerenciamento de capital no âmbito da Organização, inclusive os possíveis impactos no capital, oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro;
- Reportar ao Conselho de Administração as variações significativas nas projeções financeiras e na necessidade futura de capital, bem como possíveis alterações relevantes em relação às estratégias adotadas, o montante de capital a ser alocado e os efeitos de testes de estresse no âmbito da Organização;
- Posicionar regulamente o Conselho de Administração sobre as atividades do Comitê.

A Superintendência de Finanças, é a unidade responsável pelo gerenciamento do capital do Conglomerado Prudencial do Bmg, assim como pela avaliação de possíveis impactos no capital oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro.

Os dados quantitativos referentes aos requerimentos de capital regulatórios bem como o cumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor, podem ser visualizados na "Nota 3 - Exigibilidade de capital e limites de imobilização".

23.2 Risco de Crédito

A estratégia de atuação do Banco é de foco no segmento Varejo, oferecendo soluções de crédito eficientes para diferentes perfis de clientes. Assim, os principais produtos de crédito são: Empréstimo Consignado, Cartão de Crédito Consignado, Crédito na Conta (crédito pessoal com débito em conta) e Bmg Empresas, sendo mantida aberta a possibilidade de desenvolvimento de outros produtos com potencial de crescimento e rentabilidade. Com a consolidação do Bmg como banco digital, a carteira de cartão de crédito não consignado tem tido crescimento relevante.

As políticas de crédito específicas de cada produto são estabelecidas com base em valores internos e externos, levando em conta o ambiente econômico e o perfil de apetite a riscos da instituição.

Destacam-se, dentre os fatores internos: a qualidade da carteira, margens, objetivos e metas da empresa; fatores externos: variação da capacidade de pagamento dos clientes devido a uma desaceleração econômica, inflação, desemprego, crises, entre outros.

O processo de concessão de crédito baseia-se em uma avaliação do risco x retorno da operação, no estabelecimento de limites aos clientes de acordo com seu grau de exposição ao risco e verificação dos dados cadastrais informados. Como parte da avaliação, podem ser consultados bureaus de crédito para auxílio na decisão e na classificação de risco do cliente.

O monitoramento das políticas de crédito é feito através de relatórios de performance periódicos que, apresentando variações (melhora ou piora de performance), apontarão eventual necessidade de revisão, adequando-se à nova dinâmica.

23.3 Risco de Mercado

Os acionistas e administradores do Conglomerado Prudencial do Bmg entendem que a gestão de risco de mercado, aliada a um efetivo controle a partir das melhores práticas e ferramentas operacionais, garante que a instituição esteja adequadamente capitalizada e segura, sendo conhecedora de suas vantagens e desvantagens em termos de retorno e risco.

Considera, ainda, que todos os níveis hierárquicos da instituição têm papéis e responsabilidades em relação à gestão do risco em suas atividades, para a eficácia dos controles.

A área de gerenciamento de risco de mercado utiliza práticas e tecnologias para a mensuração e acompanhamento diário dos limites definidos, das sensibilidades e estresses às oscilações da exposição cambial, taxa de juros, preços de ações e mercadorias (commodities), prevendo, inclusive, os riscos inerentes a novas atividades e produtos, adequando os controles e procedimentos necessários.

O Conglomerado Prudencial Bmg é conservador quanto à exposição a risco de mercado, estabelecendo limites para o posicionamento em determinados mercados e produtos, e limitando as perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado, com o acompanhamento diário destes limites que é efetuado por área independente à do gestor das posições.

A área de gerenciamento de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos limites e disponibiliza relatórios gerenciais de controle das posições, além de reporte e apresentações periódicas à Alta Administração.

Os resultados da mensuração, envolvendo situações de normalidade e de estresse, e a realização dos testes de aderência, além da verificação do cumprimento dos limites estabelecidos, são divulgados através da Carta Mensal de Risco de Mercado a toda Diretoria Executiva e ao Comitê de Ativos e Passivos.

23.4 Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo manter sistemas de controle estruturados em consonância com os perfis operacionais da instituição, periodicamente reavaliados, que permitam o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas nos mercados financeiros e de capitais, de forma a evidenciar e mitigar o risco de liquidez decorrente das atividades desenvolvidas.

Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Consolidado do Bmg preocupa-se com o gerenciamento do risco de liquidez, delegando a missão de monitoramento a profissionais devidamente qualificados com conhecimentos necessários para um efetivo controle e que atenda às exigências de órgãos reguladores, aliados aos princípios estabelecidos pelo acordo de Basileia.

O gerenciamento do risco de liquidez deverá assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da instituição estejam sendo continuamente avaliados. Os controles internos deverão ser revisados de modo a abranger apropriadamente novos riscos ou riscos previamente não controlados.

23.5 Risco Operacional

O Conglomerado Prudencial do Bmg considera a gestão do risco operacional um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócios, provendo o adequado entendimento dos riscos associados aos seus negócios, de forma que eventos que possam interferir adversamente o alcance dos objetivos sejam identificados e tratados.

Considera, ainda, que a responsabilidade pela gestão dos riscos deve ser exercida por todos os colaboradores, independentemente de seu nível hierárquico, que devem expressar preocupações quando identificadas falhas de controles ou violações nas regras definidas pelo Conglomerado Prudencial do Bmg. A estratégia caracteriza-se pelo monitoramento de todos os riscos conhecidos e potenciais da instituição e das empresas prestadoras de serviços, visando a implementação de controles adequados, considerando o custo / benefício de cada item avaliado.

Os eventos de risco que se materializarem e tiverem impacto, financeiro, de imagem ou regulatório deverão ser controlados, de forma a identificar e tratar a causa raiz a fim de evitar recorrências. Esses eventos serão reportados de acordo com o impacto e criticidade à alta administração do Banco Bmg.

23.6 Risco Social, Ambiental e Climático

Os riscos social, ambiental e climático são definidos como a possibilidade de perdas financeiras ou de imagem à Instituição causadas por eventos associados a violações de direitos e garantias fundamentais ou de interesse comum (social), à degradação do meio ambiente e ao uso excessivo de recursos naturais (ambiental), à transição para uma economia de baixo carbono (climático de transição) e a alterações em padrões climáticos (climático físico).

O gerenciamento desses riscos é uma das diretrizes que contribuem para o cumprimento dos princípios de responsabilidade de natureza social, ambiental e climática orientadores dos negócios do grupo, conforme estabelecido na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA).

As práticas de gestão buscam identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático à que o Bmg está exposto em operações, atividades, negócios, produtos, investimentos e relacionamento com partes interessadas.

Essas ações são detalhadas na Norma de Risco Social, Ambiental e Climático (NRSAC), seguindo as orientações previstas na Resolução CMN nº 4.557/2017 e em demais normas relacionadas ao tema. Entre os processos descritos no documento, estão as análises de risco social, ambiental e climático realizadas no onboarding e na concessão de limite de crédito.

Todos os clientes do segmento varejo e atacado, bem como fornecedores e outras partes interessadas, que passam pelo processo de onboarding são submetidas à análise RSAC padrão, com foco na identificação de apontamentos de natureza social, ambiental e climático.

No processo de concessão de crédito, considerando os princípios de relevância e proporcionalidade, clientes do segmento de atacado de setores classificados como críticos e restritos passam também por uma análise RSAC detalhada, com atribuição de rating de risco social, ambiental e climático ao cliente avaliado segundo metodologia interna.

A análise do tema na instituição e os indicadores gerenciais de risco social, ambiental e climático, são reportados bimestralmente ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC).

23.7 Análise de Sensibilidade

(a) Ativos e passivos

Em cumprimento ao disposto no art.35 da Resolução BCB nº 2/20, o Banco realizou análise de sensibilidade através da aplicação do "Programa de Testes de Estresse" conforme definido em suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um os cenários elencados abaixo:

- Otimista:** consideramos uma melhoria de produtividade de 10%, elevação da qualidade do crédito em 10% (perda esperada menor), redução de taxas de captação em 10%, redução das provisões para contingências em 10%.
- Pessimista 1:** consideramos uma piora de produtividade de 10%, piora da qualidade do crédito em 10% (perda esperada maior), aumento de taxas de captação em 10%, aumento nas provisões para contingências em 10%.
- Pessimista 2:** consideramos uma piora de produtividade de 20%, piora da qualidade do crédito em 20% (perda esperada maior), aumento de taxas de captação em 20%, aumento nas provisões para contingências em 20%.
- Pessimista 3:** simulação de estresse reverso onde estressamos as principais variáveis até o ponto de zerar o Lucro Líquido do Banco.

	Consolidado			
	Efeito bruto no resultado			
	Otimista	Pessimista 1	Pessimista 2	Pessimista 3
Produtividade	164.983	(164.983)	(329.967)	(494.950)
Qualidade de crédito (PCLD)	129.754	(129.754)	(259.508)	(389.261)
Taxas de captação	60.260	(60.260)	(120.520)	(180.780)
Provisões para contingências	52.884	(52.884)	(105.767)	(158.652)

	Banco			
	Efeito líquido no resultado			
	Otimista	Pessimista 1	Pessimista 2	Pessimista 3
Produtividade	90.741	(90.741)	(181.482)	(272.222)
Qualidade de crédito (PCLD)	71.365	(71.365)	(142.729)	(214.095)
Taxas de captação	33.143	(33.143)	(66.286)	(99.429)
Provisões para contingências	29.086	(29.086)	(58.172)	(87.258)

(b) **Risco de mercado**
Em atendimento aos requerimentos da CVM o Banco Bmg realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira banking consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais hedges. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como banking.

O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo.

Os testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de stress são realizados pela área de Risco.

Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	274	684	1.369
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(86.228)	(215.571)	(431.142)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	6.826	17.066	34.131
IPCA/IGPM	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	19.778	49.444	98.888
TR	Exposições sujeitas à variação da Taxa Referencial	(9.685)	(24.214)	(48.427)
Total		(69.035)	(172.591)	(345.181)

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira Banking. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como valor justo por meio dos outros resultados abrangentes e os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

Os fatores de riscos identificados:

Curva de juros - perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;

Cupom cambial - perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;

Câmbio - perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.

Premissas para os fatores de riscos				
	Cenário	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial	Câmbio	
	1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos	Aumento de 10%	
	2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos	Aumento de 25%	
	3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos	Aumento de 50%	

* O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.

* O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.

* O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

Carlos Andre Hermesindo da Silva
(Diretor de Controladoria e Finanças)

Marco Antonio Antunes
(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)

Emerson Jezunio Teodoro Silvestre
CRC - 15P183479/O-1
(Contador Responsável)

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os Diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 202

...continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Bmg S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Bmg S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

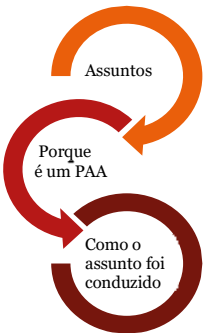
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas
Chamamos a atenção para a Nota 2.2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução no 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução no 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 2.3(d) e 5) A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução no 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução no 2.682 do Banco Central do Brasil, que estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.</p> <p>A determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução no 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração, que considera, dentre outros elementos, a existência de um ou mais eventos que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros e, consequentemente, o valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e de forma individual ou coletiva para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na Resolução no 4.966 do CMN. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, que considera fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, situação econômica e financeira, segmento e cenários econômicos. Dessa forma, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Em relação à implementação da Resolução no 4.966 do CMN, avaliamos os processos adotados pela Administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco nos novos modelos de provisão para perdas.</p> <p>Realizamos entendimento sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: (i) modelos, julgamentos e premissas adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (ii) existência e mensuração das garantias na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vi) elaboração das notas explicativas.</p> <p>Para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos, em base amostral, os critérios utilizados para a determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.</p> <p>Para a estimativa de perda calculada considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de validação e aprovação dos modelos aplicados na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em base amostral, com o apoio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.</p> <p>Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela Resolução no 4.966 do CMN.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base na Resolução no 4.966 do CMN, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p>Reconhecimento do crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social (Notas 2.3(i), 6.5(a) e 9) O crédito tributário oriundo substancialmente de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, é reconhecido na medida que a administração considera provável que o Banco e suas controladas não gerar lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário contempla premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração que foram aplicadas nas projeções para os próximos 10 anos. Esse assunto é uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como no atendimento aos requisitos do Banco Central do Brasil relativos ao registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento sobre o processo estabelecido pela administração para apuração e mensuração dos créditos tributários, seu registro nos termos das normas contábeis e requisitos específicos do Banco Central do Brasil.</p> <p>Em conjunto com nossos especialistas, efetuamos análise das principais premissas adotadas pela administração em seu processo de avaliação das perspectivas de realização desses créditos fundamentada nas projeções de lucros tributários para o Banco e suas controladas.</p> <p>Observamos a razoabilidade das informações divulgadas nas notas explicativas.</p> <p>Constatamos que os estudos de realização dos créditos tributários estão alinhados com as metodologias adotadas no exercício anterior, bem como consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos mesmos são consistentes em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.</p>
<p>Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 2.3(n) e 12) O Banco e suas controladas são partes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, propostos por terceiros e órgãos públicos, de natureza trabalhista, cível e tributária.</p> <p>Os processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cíveis estratégicos, estão sob a tutela de advogados externos especializados, tanto no que tange a determinação do prognóstico de perda, bem como na determinação dos valores relacionados a provável saída de recursos. Os processos cíveis massificados, muito embora contem com o suporte externo de advogados especializados, são provisões baseadas em metodologia prevista em políticas contábeis internas que considera os valores médios de desembolso.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram o entendimento dos processos referentes à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração e registro da provisão para processos judiciais, bem como testes quanto a totalidade e integridade da base de dados.</p> <p>Realizamos também procedimentos de confirmação de informações junto aos assessores jurídicos internos e externos responsáveis pelo acompanhamento de processos com natureza tributária, visando obter informações quanto ao andamento dos processos relevantes. Para os processos trabalhistas e cíveis, também efetuamos confirmação de informações junto aos assessores jurídicos, tendo efetuado testes de consistência entre as bases do Banco e suas controladas e dos advogados.</p> <p>Analisamos a razoabilidade do prognóstico de perda das causas tributárias significativas em face a evolução jurisprudencial e técnica.</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>O encerramento dos processos envolve discussões que podem se alongar a depender da natureza da matéria, bem como da evolução jurisprudencial. Esse assunto é uma área de foco de auditoria pela natureza dos processos em discussão e pelos aspectos subjetivos de determinação da probabilidade de perda atribuída.</p>	<p>Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável quanto a base para constituição da provisão para processos com perspectiva de perda provável.</p>
<p>Ambiente de Tecnologia de Informação A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas. O elevado volume de operações diárias realizadas pelo Banco e suas controladas requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações.</p> <p>Dessa forma, a não adequação da tecnologia da informação e dos respectivos controles que a suportam, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões, assim como, incidentes operacionais.</p> <p>Considerando os aspectos acima, o ambiente de tecnologia da informação é uma área de foco de nossa de auditoria.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento quanto ao ambiente de Tecnologia de Informação e realizamos testes nos controles gerais correspondentes que consideram também aspectos relacionados a acessos, mudanças e desenvolvimento dos sistemas. Adicionalmente, testamos o desenho dos controles automatizados e manuais dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios relacionados aos principais processos de negócios do Banco e suas controladas.</p> <p>Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências de auditoria que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos e, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de comunicação de assuntos que possam ser considerados de natureza relevante e poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dois assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC ZSP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador
CRC 1SP241313/O-3



Mais próximo, mais digital e mais rentável

BMGB B3 LISTED NI | www.bancobmg.com.br/ri

CNPJ: 61.186.680/0001-74

Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Bmg S.A. e de suas Controladas ("Banco"), em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), apresenta as Demonstrações Financeiras em IFRS do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

Banco Bmg
Ao longo de quase um século de atuação, o Banco Bmg mantém como diretriz central a proximidade com seus clientes, oferecendo soluções financeiras adequadas às suas necessidades, combinando tecnologia, eficiência operacional e atendimento humanizado. Essa abordagem sustentou a construção de relações de confiança e fortaleceu nossa presença no mercado de crédito e serviços financeiros.

Atendemos milhões de clientes em todo o território nacional com portfólio diversificado composto por crédito consignado — com foco em clientes acima de 50 anos das classes C e D —, crédito pessoal, seguros, assistências e soluções para investidores. Atuamos de forma complementar por meio de canais físicos e digitais, integrando tecnologia, conveniência e empatia no relacionamento.

Nossas principais verticais são Varejo, Atacado e Seguros, com estratégia sustentada na ampliação de rentabilidade, digitalização dos processos e fortalecimento da relação com clientes, colaboradores, acionistas e sociedade.

Desempenho Financeiro
O Lucro líquido atribuível a controladora no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 579 milhões, aumento de 129,2% em relação ao mesmo período de 2024. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 12,9% ao ano no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. O Patrimônio Líquido atribuível a controladora em 31 de dezembro de 2025 atingiu o valor de R\$ 4.635 milhões e o índice de capitalização ponderado pelo risco dos ativos (Índice de Basileia) correspondeu a 13,2%. O Banco pagou R\$ 323,6 milhões de Juros sobre o Capital Próprio referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Ainda, o Banco anunciou em 21 de janeiro de 2026 aumento de capital privado no montante mínimo R\$ 156 milhões e máximo de R\$ 214 milhões, visando fortalecer a posição de capital do Banco com vistas à melhoria do Índice de Basileia. A operação encontra-se em fase de execução até a presente data.

A carteira total consolidada de operações de crédito encerrou 31 de dezembro de 2025 com saldo de R\$ 23.339 milhões, redução de 11,5% em comparação ao mesmo período de 2024. No trimestre, a redução da carteira ocorreu, em especial, por conta da redução da carteira de consignado nos Estados Unidos (ativo não estratégico). O Banco vem trabalhando na mudança de mix dos ativos aumentando exposição aos consignados, crédito pessoal e consignado privado.

A captação total consolidada encerrou 31 de dezembro de 2025 com saldo de R\$ 32.348 milhões, representando um aumento de 0,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A principal fonte de captação, os depósitos, representa 68,5% do *funding*. Ainda, o Banco tem como estratégia ser um emissor recorrente no mercado de capitais, com o objetivo de aproximar dos investidores institucionais, fomentar a liquidez do Bmg e criar referência de curva de juros no mercado institucional. Em outubro de 2025 o Banco concluiu a captação de R\$ 300 milhões na sua 7ª emissão pública de Letras Financeiras.

Princípios ASG
No Banco Bmg, a sustentabilidade dos nossos negócios está ligada à agenda ASG: nossa responsabilidade com o meio Ambiente, a geração de impacto Social positivo e uma Governança ética e transparente. E assim que fortalecemos nossos resultados e geramos valor para nossos clientes, acionistas, colaboradores e para sociedade em geral. Isso também reflete a nossa essência: entregar soluções financeiras para as pessoas viverem bem na maturidade, com foco no público 50+.

Também somos uma das empresas mantenedoras do Instituto Marina e Flávio Guimarães (IMFG), que centraliza as ações sociais do Grupo Bmg. Fundado para impulsionar transformações sociais, o IMFG promove o desenvolvimento humano e o fortalecimento das comunidades onde atua. O Bmg é signatário de movimentos importantes como Pacto Global da ONU, Pacto de Promoção pela Equidade Racial, Rede Empresarial de Inclusão Social, Movimento Mulher 360, Women on Board (WOBO), Fórum de Empresas e Direitos LGBTQI+, OUIstand Brasil e Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção (Empresa Limpa) do Instituto Ethos. Além disso, em abr/25 conquistou o selo Age Friendly, uma certificação internacional concedida a empresas que demonstram compromisso com a inclusão e valorização de profissionais com 50 anos ou mais.

Como parte dos pilares estratégicos da área de ASG, lançamos o programa "Você no Controle", voltado para colaboradores e clientes, com foco em letramento e educação financeira. A iniciativa inclui benefícios exclusivos e acesso gratuito à plataforma Meu Bolso em Dia, que oferece diagnóstico financeiro e trilhas personalizadas de aprendizagem.

Saiba mais sobre nossas iniciativas ASG no nosso Relatório Anual de Sustentabilidade e no site: <https://www.bancobmg.com.br/compromisso-ASG/>.

Governança Corporativa

O Banco possui uma estrutura robusta de governança corporativa. Além das obrigações estabelecidas no Nível 1 de governança corporativa da B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão, o Banco adota por boas práticas algumas das obrigações estabelecidas no Novo Mercado: (i) o direito de *tag along* de 100%, garantindo a todos os acionistas o mesmo preço e condições oferecidas ao acionista controlador em caso de venda de controle; (ii) divulgação simultânea em português e inglês de resultados e fatos relevantes; e (iii) Conselho de Administração composto por 2 ou 20% (o que for maior) de Conselheiros Independentes, sendo que atualmente 44% é composto por membros independentes, incluindo a presidente. Ainda, o Banco conta com: (i) Comitê de Auditoria composto por um membro independente, (ii) com outros 5 comitês subordinados diretamente ao Conselho de Administração, todos com a presença de membros independentes; e (iii) Conselho Fiscal permanentemente aprovado em Assembleia.

O Banco é desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Para maiores informações sobre governança corporativa acesse: www.bancobmg.com.br/ri.

Disposições sobre a Política de Equidade da Lei 15.177/25

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que altera a Lei nº 6.404/76, o Banco passará a divulgar o número total e percentual de mulheres, bem como o demonstrativo anual de remuneração, segregados por sexo e nível hierárquico. Considerando que os valores da remuneração variável referentes ao exercício de 2025 (primeiro período-base de reporte) ainda não estão disponíveis, o reporte completo do Relatório da Administração com as informações exigidas pela lei será incluído no Manual da Assembleia Geral Ordinária previsto para ser divulgado em 24 de março de 2026.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco Bmg não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa.

Gestão de Capital

A avaliação da suficiência de capital é realizada de forma contínua para assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Considera ainda uma visão prospectiva, pois se antecipa a possíveis mudanças nas condições de mercado.

Agradecimentos

Todas essas realizações refletem o firme propósito dos Acionistas e da Administração na busca contínua para superar expectativas e oferecer sempre um serviço de alta qualidade aos seus clientes e um ambiente saudável aos seus colaboradores. São avanços que se concretizam graças ao apoio e à confiança dos nossos clientes e ao trabalho dedicado do quadro de colaboradores e parceiros/colaboradores. A todos eles, nossos agradecimentos.

À ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024				Em milhares de reais			
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Disponibilidades				Passivos financeiros			
Ativos Financeiros				Ao custo amortizado			
Ao Custo Amortizado				Depósitos de clientes	15	22.535.038	25.009.524
Depósitos compulsórios no Banco Central	6	27.839.776	1.355.174	Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	13	12.109	23.851
Aplicações no mercado aberto	5	50.174	1.549.131	Obrigações por empréstimos e repasses	14	2.443.499	1.931.958
Aplicação em depósitos interfinanceiros	6	22.880	200.046	Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	16	8.365.732	5.855.399
Títulos e Valores Mobiliários	6	4.372.250	6.415.522	Dividas subordinadas	17	1.142.386	1.072.393
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	6	90	7.041	Operações compromissadas	12	5.682.641	6.931.150
Operações de crédito	6/8	23.338.852	26.368.902	Outros passivos financeiros	18	1.347.762	1.005.054
Provisão para perdas esperadas (<i>Impairment</i>)	6/8	(1.660.537)	(2.415.819)	Ao Valor Justo por meio do Resultado			
Devedores diversos	6/8	842.274	805.838	Instrumentos financeiros derivativos	7/12	83.758	203.278
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes				Provisões			
Títulos e Valores Mobiliários	6	8.148.634	5.724.801	Obrigações Fiscais			
Ao Valor Justo por meio do Resultado				Imposto de renda e contribuição social a recolher		299.906	347.394
Instrumentos financeiros derivativos	6/7	54.342	302.282	Outros impostos e contribuições a recolher		174.021	243.774
Títulos e Valores Mobiliários	6	4.059.793	782.269	Outros passivos			
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial					21	835.448	627.527
Imobilizado				Total do passivo			
Intangível						43.892.508	44.031.198
Ativos Fiscais				Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas a controladora			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		253.924	96.231	Capital social	22(a)	4.635.227	4.354.800
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	20	4.063.761	3.617.023	Reservas de capital		3.792.105	3.742.572
Outros impostos e contribuições a recuperar	20	379.842	418.729	Reservas de capital		20.923	14.070
Depósitos judiciais				Outros resultados abrangentes acumulados	22(b)	306.668	338.624
Investimentos mantidos para venda				Reservas de lucros	22(c)	958.967	723.129
Ativos não correntes destinados à venda				Prejuízos acumulados		(433.713)	(452.494)
Outros ativos				Ações em tesouraria		7.092	(11.101)
	11	552.345	536.569	Participação dos não controladores			
				Total do patrimônio líquido		4.642.319	4.406.593
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido			
		48.534.827	48.437.791			48.534.827	48.437.791

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

continua...

...continuação

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Acumulado 2025	Acumulado 2024
Receita de juros e rendimentos similares	24(a)	8.733.913	8.743.116
Despesa de juros e rendimentos similares	24(a)	(6.114.060)	(4.029.407)
Receita líquida de juros		2.619.853	4.713.709
Receita de prestação de serviços	25	150.734	173.042
Resultado de participação em coligadas		83.055	68.295
Ganho (perda) líquido de ativos e passivos financeiros	24(b)	575.699	(1.222.261)
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	8 (e)	(1.530.480)	(1.885.183)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8	227.568	180.602
Despesas gerais e administrativas	24(c)	(1.803.939)	(1.696.198)
Despesas tributárias	24(d)	(244.230)	(194.117)
Outras receitas (despesas) operacionais	24(e)	280.203	(88.575)
Outras resultados não operacionais	28(e)	10.385	72.607
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		368.848	121.921
Imposto de renda e contribuição social corrente	20(b)	(234.428)	(400.112)
Imposto de renda e contribuição social diferido	20(b)	452.884	557.540
Lucro líquido do período		587.304	279.349
Atribuível a:			
Controladora do banco		579.466	252.860
Participação de não-controladores		7.838	26.489
Lucro básico e diluído por ação (Em R\$)	23	0,9885	0,4342

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Nota	Acumulado 2025	Acumulado 2024
Lucro líquido do período		587.304	279.349
Outros componentes do resultado abrangente			
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
Varição no valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM		109.340	86.609
Imposto e contribuições diferidos sobre outros resultados abrangentes - TVM		(51.903)	(40.326)
Hedge de fluxo de caixa		(124.967)	229.697
Imposto e contribuições diferidos sobre hedge de fluxo de caixa		72.331	(109.985)
Goodwill de aquisição da BMG Seguradora	4.10	(17.850)	
Efeito da alienação da BMG Seguros	28(e)	(26.448)	
Outros resultados abrangentes		7.541	
Varição em outros resultados abrangentes do período	22(b)	(31.956)	165.995
Total do resultado abrangente do período		555.348	445.344
Atribuível a:			
Controladora do banco		547.510	418.855
Participação dos não controladores		7.838	26.489

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período atribuível aos controladores	579.466	252.860
Ajuste ao lucro líquido atribuível aos controladores		
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	(6.853)	
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	1.530.480	1.885.183
Resultado de participações em coligadas e controladas	(83.053)	(92.446)
Depreciações	36.976	26.323
Amortizações	133.770	148.029
Efeitos das mudanças das taxas de Câmbio em ativos e passivos	(17.847)	990.528
Provisões para contingências	120.554	150.203
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(452.884)	(557.540)
Lucro Líquido Ajustado	1.840.609	2.803.140
Varição de ativos e passivos	(2.865.981)	(1.815.256)
(Aumento) / redução em ativos		
Depósitos compulsórios no Banco Central	481.398	463.277
Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	(3.277.524)	169.489
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(2.463.330)	(2.260.690)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	3.047.089	(4.570.056)
Impostos e contribuições a recuperar	(118.806)	39.688
Impostos e contribuições diferidos	6.146	181.196
Ativos não correntes destinados à venda	(167.421)	(4.985)
Outros ativos	(92.690)	424.006
Depósitos judiciais	(65.134)	(81.760)
Aumento / (redução) em passivos		
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	128.419	(166.933)
Passivos financeiros ao custo amortizado	(900.166)	4.956.869
Imposto de renda e contribuição social corrente	158.918	253.073
Outros passivos / provisões	397.120	(1.218.430)
Caixa gerado (aplicado) nas operações	(1.025.372)	987.884
Imposto de renda e contribuição social pagos	(206.406)	(150.999)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(1.231.778)	836.885
Fluxos de caixa das Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado de uso	(22.119)	(26.519)
Alienação de imobilizado de uso	2.890	1.429
Compra de participação acionária	(65.000)	
Venda de participação acionária	92.388	
Aquisição de intangível	(282.103)	(246.571)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(273.944)	(271.661)
Fluxos de caixa das Atividades de Financiamento		
Juros sobre capital próprio pagos	(236.000)	(349.519)
Aumento de capital	49.532	
Emissão de Letras Financeiras	600.000	600.000
Varição da participação de acionistas não controladores	(44.701)	14.544
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	368.831	265.025
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.136.891)	830.249
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (nota 5)	1.704.904	874.654
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (nota 5)	568.013	1.704.903
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.136.891)	830.249

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total	Participação não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.742.572	25.242	488.317	172.629		(285.397)	4.143.010	37.249	4.180.259
Lucro líquido do período						252.860	252.860	26.489	279.349
Outros resultados abrangentes				165.995			165.995		165.995
Total resultado abrangente do período				165.995		252.860	418.855	26.489	445.344
Movimentação da participação dos não controladores								(11.945)	(11.945)
Ganho de capital				(192)			(192)		(192)
Ações em Tesouraria				(52)	(10.748)		(10.800)		(10.800)
Utilização de reservas		(11.172)	30.382				19.210		19.210
Destinação do lucro líquido do período									
Constituição de reservas			419.957			(419.957)			
Juros sobre capital próprio (nota 22(d))			(215.283)				(215.283)		(215.283)
Total das transações com acionistas		(11.172)	234.812		(10.748)	(419.957)	(207.065)	(11.945)	(219.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.742.572	14.070	723.129	338.624	(11.101)	(452.494)	4.354.800	51.793	4.406.593
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.742.572	14.070	723.129	338.624	(11.101)	(452.494)	4.354.800	51.793	4.406.593
Lucro líquido do período						579.466	579.466	7.838	587.304
Outros resultados abrangentes				(31.956)			(31.956)		(31.956)
Total resultado abrangente do período				(31.956)		579.466	547.510	7.838	555.348
Aumento de capital	49.533						49.533		49.533
Movimentação da participação dos não controladores								(52.539)	(52.539)
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações		6.853	(1.228)	1.378			7.003		7.003
Destinação do lucro líquido do período									
Constituição de reservas			560.685			(560.685)			
Juros sobre capital próprio (nota 22(d))			(323.619)				(323.619)		(323.619)
Total das transações com acionistas	49.533	6.853	235.838		1.378	(560.685)	(267.083)	(52.539)	(319.622)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.792.105	20.923	958.967	306.668	(9.723)	(433.713)	4.635.227	7.092	4.642.319

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

O Banco Bmg S.A. ("Banco" ou "Instituição") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo" ou "Consolidado") está autorizado a operar como banco múltiplo nas categorias comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

O Grupo é formado pelas controladas:

BMG Leasing S.A., BMG Bank Cayman Ltd., Banco Soluções Financeiras S.A., Banco BMG Consignado S.A., BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. e sua controlada ME Promotora de Vendas Ltda., BMG Soluções Eletrônicas Ltda., Help Franchising Participações Ltda., Bmg Estrutura Corporativa Ltda., BMG Seguridade, BMG Participações em Seguradoras LTDA., BMG Seguradora S.A., Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados, Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II, Bmg Middle Market Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios, Romeu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes, Retail Fundo De Investimento, R&C Franchising Intermédiações Ltda. e Rara Intermédiação de Negócios Ltda. Em Participações Multiestratégia e Vert Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. Informações detalhadas sobre as controladas encontram-se descritas na nota de consolidação.

Conforme AGE realizada em 03 de junho de 2024, aprovado pelo Banco Central do Brasil, comunicamos alteração na denominação social da Companhia BCV – Banco de Crédito e Varejos S.A. para Banco BMG Consignado S.A. Conforme AGE realizada em 07 de fevereiro de 2025, aprovado pelo Banco Central do Brasil, comunicamos alteração na denominação social da Banco Cifra S.A. para Banco Soluções Financeiras S.A.

O Banco Bmg S.A. ("Banco" ou "Instituição"), constituído sob a forma de Companhia Aberta, controlado pela Família Pentagna Guimarães, está situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil.

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta.

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco em 26/02/2026.

2. Resumo das práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bmg S.A. e suas controladas foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que rege a elaboração de demonstrações consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) conforme emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards, incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. O Banco observa ainda, para divulgações em períodos intermediários, a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Para fins de divulgação dessas Demonstrações financeiras, o Grupo observa o disposto na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresentando o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo, como requerido pelo IFRS 9, em função do modelo de negócio.

A preparação de Demonstrações financeiras consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. As empresas consolidadas e as suas participações estão demonstradas a seguir.

Controladas	País de constituição	Atividade	2025	2024
BMG Leasing S.A.	Brasil	Arrendamento Mercantil	99,99	99,99
BMG Bank Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100	100
Banco BMG Consignado S.A.	Brasil	Banco	100	100
Banco BMG Soluções Financeiras S.A.	Brasil	Banco	100	100
BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	Distribuidora de valores mobiliários	100	100
R&C Franchising Intermédiações Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	100	
Rara Intermédiação de Negócios Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	100	
ME Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	80	80
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	Brasil	Comércio eletrônico	99,38	99,38
Help Franchising Participações Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,98	99,98
BMG Estrutura Corporativa Ltda. (*)	Brasil	Holding	99,99	97,69
BMG Seguridade	Brasil	Seguros	100	100
BMG Participações em Seguradoras LTDA.	Brasil	Holding	100	100
BMG Seguradora S.A.	Brasil	Seguros	100	60
CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,99	99,99

Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

	2025	2024
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados	100	100
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II	100	100
Bmg Middle Market Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios	100	100
Vert Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	100	100
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes		100
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	2025	2024
Retail Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia	100	100
Romeu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	100	100

(*) Em 19/09/2025 foi alterada a razão social da BMG Participações em Negócios Ltda. para BMG Estrutura Corporativa Ltda.

Em setembro de 2024, a BMG Seguros S.A. deixou de fazer parte do consolidado (vide nota 4.10).

Transações, saldos e ganhos não realizados entre as instituições integrantes do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas Demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas.

Na rubrica "Receitas de juros e rendimentos similares", na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de operações de crédito cedidas e o custo do financiamento na rubrica "Despesas de juros e encargos similares".

Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes".

2.3 Apresentação de informação por segmentos

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade que atua em atividades de negócios das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados sejam regularmente avaliados pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade e em relação ao qual estão disponíveis informações financeiras distintas.

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Ativos e passivos financeiros

2.7.1 Reconhecimento e mensuração

(a) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

O Grupo aplica o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Custo Amortizado;
 - (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
 - (iii) Valor Justo por meio do Resultado e Perda.
- A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependerá do modelo de negócios nas quais são administrados e das características dos fluxos de caixa - SPPI Test (*Solely Payment of Principal and Interest Test*). O modelo de negócios refere-se a como o Banco gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam do reconhecimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos ou ambos. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.
- A avaliação dos modelos de negócios considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.
- Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.
- SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.
- Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio líquido, o ativo financeiro é classificado como ativo valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(i) Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Os ativos mensurados ao custo amortizado são administrados para obtenção de fluxos de caixas constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test).

Os ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos Similares.

Em junho de 2022 o Banco reclassificou ativos financeiros da categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" para "custo amortizado". Conforme disposto no parágrafo 5.6.5 do IFRS 9, como reflexo da reclassificação a perda acumulada anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes foi transferida do patrimônio líquido e ajustada contra o valor justo do ativo financeiro.

(ii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

- Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda;

- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação; e

- Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

(iii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

- Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir "descasamentos contábeis";

- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo;

- Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado; e

- Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganho (Perda) Líquido com ativos e passivos financeiros. O Grupo designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, estimam-se os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

(iv) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo por meio do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado como "Despesas de Juros e encargos similares".

As obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros representam as obrigações de cessão de crédito com ou sem coobrigação. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

(b) Hedge

O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e optou na adoção do IFRS 9 em permanecer adotando os critérios do IAS 39, como permitido na adoção inicial.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil, todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- No início do *hedge*, existe designação e documentação formal da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.

- É esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.

O IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

Os valores justos dos vários instrumentos financeiros derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 7. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

(i) Hedge de Valor Justo

Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

a) o ganho ou perda decorrente da variação de preço do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e

b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

(ii) Hedge de Fluxo de Caixa

As variações nas variações ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Ganho/perda líquido com ativos e passivos financeiros".

Os valores acumulados em outros resultados abrangentes são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em outros resultados abrangentes, e reclassificada para o resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado.

A parcela dos ganhos e das perdas sobre os instrumentos financeiros derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no resultado abrangente acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece em Resultado Abrangente e é reconhecido no resultado, quando não se espera que ocorra uma operação de ganho ou perda acumulada que havia sido apresentado em outros resultados abrangentes é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receita e Despesa de juros, rendimentos e encargos similares".

(c) Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegotiados ou de outro modo modificados e isto não altera substancialmente seus termos e condições, o Grupo não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e os amortizados ao longo do restante do ativo financeiro, se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Grupo baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, consequentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito. O Grupo também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração do Resultado.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando todos os riscos e benefícios de propriedade são transferidos substancialmente e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IFRS 9. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação fiscal caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuada o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Grupo. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita na Demonstração do Resultado.

(f) Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre partes relacionadas na data de mensuração.

(g) Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como Ações e Cotas.

O Grupo mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos de patrimônio são mensurados ao custo amortizado quando o instrumento de patrimônio não é reconhecido no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração do Resultado quando o direito do Grupo é reconhecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração do Resultado.

2.8 Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no balanço patrimonial consolidado na rubrica Operações de crédito e arrendamento mercantil.

Os custos diretos iniciais quando inkridos pelo Grupo são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Grupo e ocorre na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Receita de juros e rendimentos similares".

2.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perda de Crédito Esperada
O Grupo avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração do Resultado.

Mensuração de Perda de Crédito Esperada
A provisão financeira para perda de crédito esperada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e o fluxo de caixa que o Banco espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;

• Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;

• Garantias financeiras: a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banco espera recuperar.

A metodologia de estimativa da perda esperada considera a utilização dos seguintes fatores:

• Exposição ao *Default* (EAD): é o valor exposto ao risco de crédito, utilizando-se como referência o saldo devedor dos contratos e possibilidade de utilização dos limites aprovados;

• Probabilidade de *Default* (PD): é definido como a probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações contratuais de pagamento, utilizando-se para estimativa dados históricos e informações cadastrais dos clientes e contratos;

• Perda por *Default* (LGD): é o percentual da exposição que não se espera recuperar em caso de inadimplência, utilizando-se para estimativa parâmetros históricos de níveis de recuperação de crédito e arrendamento mercantil.

A cada período reportado, o Grupo avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Grupo classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses.

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial, e;

Estágio 3: Um instrumento financeiro é reconhecido dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializaram em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Mudança de estágio

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo realizado pelo Grupo.

O Grupo avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. O modelo individual é aplicado quando existe relevância para a carteira e histórico adequado para uma modelagem estatística. Caso contrário, aplica-se a análise coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentro outros fatores relevantes.

2.10 Ativos não correntes disponíveis para venda

Em conformidade com o IFRS 5, nesta categoria foram registrados os ativos cujo valor contábil possa ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, em vez do uso continuado.

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por dação em pagamento. Estes bens quando recebidos por dação em pagamento são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem alguma dificuldade para realizar uma negociação são periodicamente avaliados por *impairment* por meio de laudo técnico. Adicionalmente, os investimentos que estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável, são classificados como mantidos para venda, e mensurados pelo menor valor entre o valor contábil líquido e o valor justo do ativo.

2.11 Intangível

O *ágio* (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O *ágio* de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de atualização de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O *ágio* é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). *Ágio* é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre *ágio* não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do *ágio* relacionado com a entidade vendida.

O *ágio* é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Outros ativos intangíveis
Representados basicamente por licenças de software e outros ativos intangíveis. Aqueles considerados com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, enquanto os classificados com vida útil indefinida, ainda não disponíveis para uso, são testados quanto a *impairment* anualmente.

2.12 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear como segue:

	Anos
Edificações	Entre 20 e 25
Sistema de segurança	Entre 18 e 20
Instalações	Entre 8 e 10
Móveis e equipamentos de uso	Entre 8 e 10
Sistema de comunicação	Entre 8 e 10
Veículos	Entre 3 e 5
Sistema de processamento de dados	Entre 3 e 5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

2.13 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de provisão para redução ao valor recuperável no final de cada período de balanço ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da provisão para redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido provisão para redução ao valor recuperável, exceto o *ágio*, são revisados para a análise de uma possível reversão da provisão para redução ao valor recuperável na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (tributária, trabalhista e cível) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Um teste e reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Essas ações judiciais são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O Grupo tem obrigações correntes constituídas a alíquota de 15% sobre o lucro apurado mais adicional de 10% sobre o que exceder a R\$20/mês, para o imposto de renda, 20% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL" de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 de janeiro de 2022 a julho de 2022 e, 21% entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022 de acordo com a Lei nº 14.446/22.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são representados pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas obtidos pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e a base de cálculo fiscal, de acordo com as regras e legislação tributária, às alíquotas vigentes na data da sua constituição.

O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa somente são reconhecidos se houver o lucro tributável futuro suficiente para a sua compensação.

2.16 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.17 Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal (Nota 22 (a)).

2.18 Reconhecimento da receita

Os critérios mais significativos utilizados pelo Grupo para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

(a) Receitas com juros, despesas com juros, rendimentos e encargos similares

Receitas com juros, despesas com juros e similares são reconhecidas pelo método da taxa de juros efetiva. Para operações de crédito em que o pagamento de principal ou juros apresentar atraso igual ou superior de 60 dias ou mais, o reconhecimento da receita de juros deixará de ocorrer.

(b) Receitas e despesas de honorários e itens similares

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, como parte da taxa efetiva de juros, utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando incorridas.

- Aqueles resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços de forma linear.

- Serviços e prestações em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

(c) Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

(d) Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidas para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

2.19 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do Grupo pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, ou quando declarados, com base no estatuto social do Grupo, calculadas com base no resultado apurado pelas práticas contábeis do Grupo.

Os dividendos e juros sobre capital próprio são provisionados quando declarados na forma do estatuto social e/ou na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Os efeitos em *hedge* ou *hedge* do Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações no montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.

- Mudanças nas taxas de juros.

- Mudanças nos índices de inflação.

- Regulamentação



...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Classificação interna de Risco			2024
	Baixo	Médio	Alto	
Disponibilidades	155.772			
Aplicações no mercado aberto	1.549.131			
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.355.174			
Mensurados ao custo amortizado - Operações de crédito	23.306.245	1.262.588	1.800.069	
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM	5.724.801			
Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	782.269			
Mensurados ao Custo Amortizado - TVM	6.415.522			
Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Instrumentos financeiros derivativos	302.282			

4.1.4 Concentração de riscos
Os limites individuais de risco em operações de crédito são definidos em normativos operacionais específicos. Esses limites são monitorados frequentemente e, em caso de desvio, haverá comunicação imediata ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco o qual deverá elaborar e gerir a execução do plano de ação para a correção e adequação.
O elevado volume de operações realizadas pela Instituição requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações e de controles internos.

4.2 Risco de Mercado
É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Grupo. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros e dos preços de mercadorias (*commodities*). As carteiras de investimento avaliadas ao valor justo por meio do resultado incluem todos os títulos e valores mobiliários pertencentes aos fundos de investimento, cuja movimentação em base diária é acompanhada.
Instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes correspondem, basicamente, a títulos e valores mobiliários. Essa carteira inclui risco de taxa de juros, índice de preços e câmbio. As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

Técnicas de mensuração do risco de mercado
Valor em Risco ("VaR")
O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Grupo pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (1%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (10 dias). Além disto, pressupõe, também, que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 10 dias no passado. O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de não negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em Real e TJLP, variação de Índices de Preços denominadas em IPCA e IGP-M e variação do Câmbio. Estes limites são diariamente monitorados pela área de risco.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking* (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira *banking* consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais *hedges*. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como *banking*.
O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo.
Os testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de stress são realizados pela área de Risco.

Carteira de não negociação

Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	274	684	1.369
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(86.228)	(215.571)	(431.142)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	6.826	17.066	34.131
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	19.778	49.444	98.888
TR	Exposições sujeitas à variação da Taxa Referencial	(9.685)	(24.214)	(48.427)
Total		(69.035)	(172.591)	(345.181)

Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(377)	(942)	(1.884)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(95.360)	(238.400)	(476.800)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	(17.266)	(43.165)	(86.329)
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	18.683	46.708	93.416
Total		(94.320)	(235.799)	(471.597)

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira Banking. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Ativos Financeiros - VJORA e os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).
Os fatores de riscos identificados:
• Curva de juros - perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;
• Cupom cambial - perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;
• Câmbio - perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.
• IPCA/IGP-M: perda decorrente de variações nos índices de preços.

Cenário	Premissas para os fatores de riscos		Câmbio
	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial		
1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos	aumento de 10%	
2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos	aumento de 25%	
3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos	aumento de 50%	

• O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.
• O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.
• O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

4.3 Risco cambial
O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.
A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, podem ser requeridas a proteger suas posições via operações de *swap*, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Concentração de risco de moeda - Instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial

	2025	2024
Ativo		
Disponibilidade / Aplicações em moeda estrangeira (dólar)	430.664	59.513
Total de ativos financeiros	430.664	59.513
Passivo		
Empréstimo no exterior (dólar)	(1.635.072)	(1.306.878)
Total de passivos financeiros	(1.635.072)	(1.306.878)
Total de derivativos - Ativo (dólar)	18.869	281.357
Total de derivativos - Passivos (dólar)	(74.025)	(91.020)
Posição financeira líquida registrada no balanço patrimonial	(55.156)	190.337

4.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros
O risco de taxa de juros do Grupo ocorre, sobretudo, de captações via depósito a prazo, via interfinanceiros e via BNDES/FINAME. As captações emitidas em taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Já as captações emitidas em taxas fixas (sobretudo dívidas subordinadas e *short-term notes*) expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante os anos de 2025 e de 2024, os empréstimos do Grupo em taxas variáveis eram mantidos, em reais e dólar.
O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.
Baseado em diversos cenários, o Grupo administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *swap*, são menores que aquelas disponíveis se o Grupo tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas.
A tabela abaixo resume a exposição do Grupo ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	2025			Total
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósitos compulsórios no Banco Central	873.776			873.776
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	22.745	23.669	7.928	54.342
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM (Nota 6)	1.790.716	3.297.154	3.060.763	8.148.633
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	5.516.635	5.989.238	15.409.935	26.915.808
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)			4.059.793	4.059.793
Total de ativos financeiros	8.254.046	9.310.061	22.538.419	40.102.526
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 12)	12.061.861	8.140.166	21.327.140	41.529.167
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	42.418	26.533	14.808	83.759
Total de passivos financeiros	12.104.279	8.166.699	21.341.948	41.612.926

	2024			Total
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	1.549.131			1.549.131
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.355.174			1.355.174
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	153.636	113.680	34.966	302.282
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM (Nota 6)	1.166.925	1.664.781	2.893.095	5.724.801
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	4.103.299	7.750.747	19.527.484	31.381.530
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)	19.516		762.753	782.269
Total de ativos financeiros	8.347.681	9.529.208	23.218.298	41.095.187
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 12)	10.653.709	9.326.172	21.849.448	41.829.329
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	169.317	26.078	7.883	203.278
Total de passivos financeiros	10.823.026	9.352.250	21.857.331	42.032.607

Exposição financeira dos instrumentos financeiros derivativos	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fatores de risco				
Pré-Fixado	1.206.183	2.174.332	2.061.531	4.499.763
Moeda estrangeira	2.051.898	1.226.260	3.943.780	3.124.507
Outros	47.407		1.750.832	17.577
Total	3.305.488	3.400.592	7.756.143	7.641.847

4.5 Risco de Liquidez
Esse risco consiste na possibilidade do Grupo não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Processo de gestão do risco de liquidez
O Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado diariamente pela área de Risco através de um sistema interno. Há limites estabelecidos (colchão de liquidez) na política de Risco de liquidez do Grupo, acompanhadas pelo ALCO, e, caso esses sejam extrapolados, é realizado o reporte ao Comitê responsável. São elaborados relatórios como: fluxo de caixa, projeção de caixa para os próximos seis meses e caixa efetivo versus limites estabelecidos e disponibilizados a Tesouraria para a realização da tomada de decisão.

Abordagem de captação de recursos
A Tesouraria do Grupo tem como principal objetivo prover liquidez, para assegurar que suas obrigações financeiras sejam cumpridas, garantindo a sustentabilidade do negócio, através da captação de recursos a taxas competitivas e da diversificação de suas fontes de refinanciamento por contraparte, moeda, produto e prazo. Além disso, visa a mitigação dos riscos financeiros através da observância e monitoramento dos riscos inerentes ao negócio, tais como o risco de mercado e risco de liquidez.

Fluxos de caixa não descontado
A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais, não descontados, cujo valor de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

Fluxos de caixa não descontados	2025				Total
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias	
Disponibilidade	517.839				517.839
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3.329.917	4.873.527	15.818.048	1.944.190	25.965.682
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM	1.806.129	3.535.133	4.107.897	16.784	9.465.943
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado -TVM				10.904.151	10.904.151
Instrumentos financeiros derivativos	22.745	23.669	7.928		54.342
Total a receber	5.726.804	8.432.329	19.933.873	12.865.125	46.958.131

Fluxos de caixa não descontados	2024				Total
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias	
Disponibilidade	155.772				155.772
Aplicações no mercado aberto	1.549.131				1.549.131
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	6.365.394	4.239.889	18.795.328	5.621.452	35.022.063
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM	1.177.163	1.733.325	3.832.797		6.743.285
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado -TVM	19.516			762.753	782.269
Instrumentos financeiros derivativos	153.636	113.680	34.966		302.282
Total a receber	9.420.612	6.086.894	22.663.091	6.384.205	44.554.802

Fluxos de caixa não descontados	2025				Total
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias	
Disponibilidade	155.772				155.772
Aplicações no mercado aberto	1.549.131				1.549.131
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	6.365.394	4.239.889	18.795.328	5.621.452	35.022.063
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM	1.177.163	1.733.325	3.832.797		6.743.285
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado -TVM	19.516			762.753	782.269
Instrumentos financeiros derivativos	153.636	113.680	34.966		302.282
Total a receber	9.420.612	6.086.894	22.663.091	6.384.205	44.554.802

Fluxos de caixa não descontados	2024				Total
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias	
Disponibilidade	155.772				155.772
Aplicações no mercado aberto	1.549.131				1,549.131
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	6.365.394	4.239.889	18.795.328	5.621.452	35.022.063
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM	1.177.163	1.733.325	3.832.797		6.743.285
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado -TVM	19.516			762.753	782.269
Instrumentos financeiros derivativos	153.636	113.680	34.966		302.282
Total a receber	9.420.612	6.086.894	22.663.091	6.384.205	44.554.802

4.6 Gestão de capital
Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.
O gerenciamento de capital do Grupo é baseado nas regras do Banco Central do Brasil (Bacen) em especial a Resolução CMN nº 4.557/17 e regulamentações complementares. As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 1.250% e um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de 8% mais as respectivas parcelas de Adicional de Capital Principal e Contracíclico.
Adicionalmente, o patrimônio utilizado no cálculo do patrimônio de referência é o patrimônio calculado pelas práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e não pelo IFRS.
O índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido calculados para atender às regras do Banco Central do Brasil podem ser assim demonstrados:

	Basileia III	
	2025	2024
Patrimônio de referência nível I	2.851.325	2.850.311
Capital Principal	2.739.290	2.739.466
Patrimônio líquido (I)	3.892.083	4.267.690
Ajustes Prudenciais - Res. 4.955/21 CMN	(1.152.793)	(1.528.224)
Capital complementar (II)	112.035	110.845
Letras financeiras subordinadas	112.035	110.845
Patrimônio de referência nível II (II)	878.060	885.449
Letras financeiras subordinadas	878.060	885.449
Patrimônio de referência - PR (nível I + nível II) (a)	3.729.385	3.735.760
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b)	28.171.314	28.278.823

Alocação de capital:	2025		2024
	Risco de crédito	Risco de mercado	
Risco de crédito	24.846.351		25.748.488
Risco de mercado	210.458		194.544
Risco operacional	3.114.505		2.335.791
Índice de basileia (a / b)	13,24%		13,21%
Capital nível I	10,12%		10,08%
Capital principal	9,72%		9,69%
Capital complementar	0,40%		0,39%
Capital nível II	3,12%		3,13%

Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira bancária conf. Resolução nº. 3.676 do BACEN - Parcela "IRRBB"
253.389 412.940
Índice de imobilização 28,97% 27,94%
Folga de imobilização 784.455 824.293
(

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tipo de garantia	Tipo de produto				Total
	Carteira Comercial	Crédito Pessoal	Financiamento à Exportação	Debêntures	
Alienação fiduciária	154.668	510	72.275		227.453
Cessão direitos creditórios	284.116	332.124	527.840	1.249.076	2.393.156
Penhor	21.214	480			21.694
Hipoteca		23.796			23.796
Outros	4.542	702			5.244
TOTAL	464.540	357.612	600.115	1.249.076	2.671.343

Quando operações que possuem garantias reais entram em atraso, a política existente para a cobrança se compõe das seguintes etapas: cobrança amigável, tentativa de formalização do termo de entrega amigável, ajuizamento de ação de busca e apreensão da garantia, venda em leilão.

4.10 Combinação de negócios e alterações societárias

Em 12 de março de 2024, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de US\$20.000 que correspondem a R\$99.554.
Em 15 de março de 2024, O Banco Bmg celebrou com o Banco Inter S.A. ("Inter") um "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" no montante de R\$400.000. Em 28 de maio de 2024, O Banco Bmg celebrou com o Banco Inter S.A. ("Inter") um "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" da totalidade da participação acionária detida pelo Banco, representativas de 50% do capital social da Granito Instituição de Pagamento S.A. ("Granito"). O preço total da Operação foi de R\$110.000, o qual será ajustado pela variação de 100% do CDI e será pago à vista na data do fechamento da Operação. A operação foi concluída em 24 de julho de 2024 (vide nota 28 (e)).
Em 20 de agosto de 2024, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de US\$60.000 que correspondem a R\$325.422.
Em 05 de setembro de 2024, O Banco Bmg S.A., celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev"), seguradora pertencente ao grupo do Banco Daycoval S.A., por meio do qual as partes estabeleceram os termos e condições para a alienação, pela subsidiária do Banco, a Bmg Estrutura Corporativa Ltda., à Dayprev, da totalidade das ações ordinárias de emissão da Bmg Seguros S.A. (nota 28f). O preço da Operação é equivalente a 1,47 vezes o patrimônio líquido da Bmg Seguros na data de fechamento da Operação. Em setembro de 2024, a BMG Seguros S.A. deixou de fazer parte do consolidado, foi classificada como Investimentos mantidos para venda e avaliada a valor justo. Em janeiro de 2025, a operação de venda foi concluída, conforme Comunicado ao Mercado de 08 de janeiro de 2025.
Em 01 de novembro de 2024, O Banco Bmg S.A., em continuidade ao Fato Relevante e Comunicado ao Mercado publicados, respectivamente, em 06 de agosto de 2020 e 03 de novembro de 2020, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, conforme previsto no contrato de compra e venda de quotas da Bmg Corretora de Seguros S.A. ("Bmg Corretora"), após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e diante do cumprimento das condições estabelecidas nos instrumentos contratuais, a Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz") exerceu a opção de compra para aquisição adicional de 9% do capital social da Bmg Corretora. Com a Operação, o Banco, por meio da Bmg Seguradora S.A., passou a deter 51% do capital social da Bmg Corretora. O Banco esclarece que a Operação não resultará em qualquer alteração na estratégia ou governança da Bmg Corretora.

Em 04 de dezembro de 2024, foi efetivado o aumento de capital na BMG Participações em Negócios Ltda no valor de R\$12.000.
Em 30 de janeiro de 2025, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de US\$20.000 que correspondem a R\$117.180.
Em 30 de janeiro de 2025, na Reunião Ordinária do Conselho de Administração, foi deliberado um aumento de capital de USD 40.000. A CIMA aprovou o aumento de Capital em 17 de março de 2025 o qual foi efetivado em 30/04/2025.
Em 25 de março de 2025, foi efetivada a redução de capital na BCBFACIL Corretora de Seguros e Negócios Ltda de R\$180.000.
Em 30 de abril de 2025, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de USD 40.000, que correspondem a R\$226.432.
Em 14 de agosto de 2025, foi efetivada a redução de capital na Bmg Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil no valor de R\$388.000.
Em 29 de agosto de 2025, o Banco Bmg S.A. foi concluída a operação de compra, através de sua subsidiária Bmg Participações em Seguradoras Ltda. ("Bmg Participações em Seguradoras"), da totalidade da participação acionária detida pela Phoenix One Participações S.A., representativa de 40% do capital social da Bmg Seguradora S.A. ("Bmg Seguradora") ("Operação"). O preço total da Operação foi de R\$65,0 milhões, com apuração de Goodwill de R\$ 17 milhões, registrada contra Patrimônio Líquido. Com a conclusão da Operação, o Banco, por meio da Bmg Participações em Seguradoras, passou a deter 100% das ações de emissão da Bmg Seguradora, o que se espera refletir em maior valor para os acionistas e demais stakeholders do Banco. Os Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 167.906 (2024 - R\$159.969) estão representados basicamente pelas seguintes empresas: Bmg Corretora de Seguros R\$ 50.146(2024 - R\$54.191), Araújo Fontes Consultoria R\$ 116.677 (2024 - R\$99.619).

	2025	2024
Disponibilidades	517.839	155.772
Aplicações no mercado aberto	50.174	133.371
Aplicações no Banco Central do Brasil		1.415.760
Total	568.013	1.704.903

6. Ativos financeiros

Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades" e "Aplicações no mercado aberto", em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

	2025			2024
	Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			90	90
Operações de crédito e arrendamento mercantil			23.338.852	23.338.852
Devedores diversos			842.274	842.274
Provisão para perdas esperadas (Impairment)			(1.660.537)	(1.660.537)
Depósitos compulsórios no Banco Central			873.776	873.776
Aplicação em depósito interfinanceiro			22.880	22.880
Títulos e Valores Mobiliários	4.059.793	8.148.634	4.372.250	16.580.677
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		1.681.345	50.619	1.731.964
Letras do Tesouro Nacional - LTN		2.026.331		2.026.331
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.741.864	4.303.811	1.266.826	9.312.501
Nota comercial			423.645	423.645
Cédula de Produto Rural			102.178	102.178
Debêntures		126.110	2.485.822	2.611.932
Cotas de fundos de Investimento	281.600			281.600
Certificado de depósito bancário		11.037	43.160	54.197
Ações	36.329			36.329
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	54.342			54.342
Total	4.114.135	8.148.634	27.789.585	40.052.354
Circulante	46.414	5.087.870	12.395.761	17.530.045
Não circulante	4.067.721	3.060.764	15.393.824	22.522.309

	2024			2024
	Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			7.041	7.041
Operações de crédito e arrendamento mercantil			26.368.902	26.368.902
Devedores diversos			805.838	805.838
Provisão para perdas esperadas (Impairment)			(2.415.819)	(2.415.819)
Depósitos compulsórios no Banco Central			1.355.174	1.355.174
Aplicação em depósito interfinanceiro			200.046	200.046
Títulos e Valores Mobiliários	782.269	5.672.401	6.415.522	12.870.192
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		2.503.770		2.503.770
Letras do Tesouro Nacional - LTN		615.994	126.621	742.615
Notas do Tesouro Nacional - NTN	204.455	2.462.895	3.924.772	6.592.122
Nota comercial			550.568	550.568
Debêntures		89.742	1.022.723	1.112.465
Certificado de recebíveis do agronegócio			17.392	17.392
Cotas de fundos de Investimento	558.298			558.298
Ações	19.516			19.516
Títulos no Exterior			773.446	773.446
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	302.282			302.282
Total	1.084.551	5.672.401	32.736.704	39.493.656
Circulante	286.832	2.831.706	13.209.220	16.327.758
Não circulante	797.719	2.893.095	19.527.484	23.218.298

7. Instrumentos financeiros derivativos

(a) Valor justos de derivativos de negociação registrados no ativo e no passivo

	2025		2024	
	Valor justo Ativo	Valor justo Passivo	Valor justo Ativo	Valor justo Passivo
Derivativo cambial	18.869	(74.025)	281.357	(91.020)
Derivativos de taxas de juros e índices	35.473	(9.733)	20.925	(112.258)
Total	54.342	(83.758)	302.282	(203.278)
Circulante	46.413	(68.950)	267.316	(195.395)
Não Circulante	7.929	(14.808)	34.966	(7.883)

As operações de instrumentos financeiros derivativos, cujo único objetivo é proteção contra riscos dos ativos financeiros, têm como lastro as próprias operações ativas.

(b) Valores de referência (nominal) e valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

	2025		2024	
	Valor de Referência (nacional)	Valor justo líquido	Valor de Referência (nacional)	Valor justo líquido
Derivativo cambial	2.359.296	(55.156)	7.220.338	190.337
Derivativos de taxa de juros	350.423	3.184	2.031.356	(91.333)
Derivativos de índices	142.738	22.556	52.244	
Derivativos de commodities	78.666			
Total	2.931.123	(29.416)	9.303.938	99.004

(c) A composição dos valores de referência (nominal) dos instrumentos financeiros derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

	2025		2024	
	Valor	%	Valor	%
Até 30 dias	202.654	6,9	2.048.924	22,0
De 31 a 180 dias	1.701.707	58,1	6.010.369	64,7
De 181 a 360 dias	355.064	12,1	433.172	4,6
Acima de 360 dias	671.698	22,9	811.473	8,7
Total	2.931.123	100,0	9.303.938	100,0

Apresentamos abaixo os valores de referência e a receber/pagar das operações de futuros:

Futuros	2025		2024	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor de referência
Futuro de cupom de IPCA (DAP)		(376)	895.925	
Futuro de cupom de cambial (DDI)	25.051		1.569.791	
Futuro de taxa média de DI de um dia (DI1)		(2.089)	24.186.509	
Futuro de reais por dólar comercial (DOL)		(4.815)	1.736.899	
Posição – 2025	25.051	(7.280)	28.389.124	
Posição – 2024	62.828	(3.939)	10.795.614	

d) Operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a hedge

(i) Hedge de Risco de Mercado

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom, o Banco BMG utiliza contratos futuros (DAP) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge, sendo o valor nominal de R\$ 896.565 (2024 - 893.482). Em 31 de dezembro de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado no montante de R\$10.314 (2024 – positivo em R\$32.756).
Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, o Banco utiliza contratos futuros (DI1) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge, sendo o valor nominal de R\$ 547.541 (2024 - 430.991). Estes futuros possuem vencimentos mais curtos do que as Letras Financeiras Subordinadas, estando prevista a rolagem dos contratos para manter a eficácia da relação de hedge. Em 31 de dezembro de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R\$ 49.181 (2024 – positivo em R\$16.682).
Para proteger da exposição à variação no risco de mercado da Carteira de Crédito, o Banco BMG passou a utilizar a partir de agosto de 2022 contratos futuros (DI1) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge, sendo o valor nominal de R\$ 820.027 (2024 – 685.228). Em 31 de dezembro de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R\$ 46.399 (2024 – negativo em R\$111.308).

(ii) Hedge de Fluxo de Caixa

O objetivo do relacionamento do hedge do Banco Bmg é o de proteger parcela dos fluxos de caixa de pagamento a serem desembolsados nas captações de depósito a prazo pós-fixados indexados ao CDI para taxas prefixadas.
Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcela das captações de depósitos a prazo contra a exposição à taxa de juros variável (CDI e IPCA), o Banco negocia contratos futuros de DI de 1 dia e DAP, negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o valor presente a mercado das captações de R\$ 18.530.506 (2024 – R\$2.013.163). Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo registrado no patrimônio líquido de R\$ 52.386 (2024 – positivo R\$121.283), líquido dos efeitos tributários.

(d) Gestão de instrumentos financeiros derivativos

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros (diferenciais) registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais

se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis.
O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (Swap, Opções, Termo e contratos de futuro) com o propósito de proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes.
A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.
Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como "VaR" não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de "stress", acompanhados pelo ALCO.
8. Ativos financeiros ao custo amortizado – operações de crédito e devedores diversos

	2025	2024
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	90	7.041
Relações com correspondentes	89	425
Relações de interdependências	1	6.616
Operações de crédito, líquidos	21.678.315	23.953.083
Devedores diversos	842.274	805.838
Valores a Repassar pelos órgãos públicos (i) - líquidos	451.530	361.100
Recebíveis de transações de pagamento	5.324	8.196
Valor a receber pela cessão de recebíveis	125.206	117.170
Outros	260.214	319.372
Total	22.520.679	24.765.962
Circulante	10.423.425	8.240.710
Não Circulante	12.097.255	16.525.252

(i) Refere-se a valores de parcelas de operações de crédito consignado pendentes de repasse pelos órgãos públicos e provisões aos valores não recuperáveis.

Operações de crédito

(a) Composição

A composição, por classificação, dos saldos da carteira de crédito nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	2025	2024
Operações de crédito		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	23.338.852	26.368.902
Provisão para perdas esperadas (Impairment)	(1.660.537)	(2.415.819)
Operações de crédito, líquidos	21.678.315	23.953.083
Circulante	9.581.060	7.427.831
Não Circulante	12.097.255	16.525.252

(b) Valor contábil bruto (Carteira de Crédito)

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito segregadas por estágio:

	Saldo Inicial em 01/01/2025	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2025
Estágio 1			
CDC - Crédito Pessoal	21.322.750	(2.880.255)	18.442.495
Pessoas físicas		847	847
Carteira Comercial	1.983.456	312.619	2.296.075
Total	23.306.206	(2.566.789)	20.739.417
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	1.246.874	(82.238)	1.164.636
Pessoas físicas		22	22
CDC - Veículos		8	8
Carteira Comercial	15.714	19.121	34.835
Total	1.262.588	(63.087)	1.199.501
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	1.527.431	(341.670)	1.185.761
Pessoas físicas	2.374	(1.621)	753
CDC - Veículos	207	(28)	179
Carteira Comercial	270.057	(56.816)	213.241
Total	1.800.069	(400.135)	1.399.934
Consolidado dos 3 estágios			
CDC - Crédito Pessoal	24.097.055	(3.304.163)	20.792.892
Pessoas físicas	2.374	(752)	1.622
CDC - Veículos	207	(20)	187

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Movimentação da Provisão para perdas esperadas (Impairment)

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	2.415.819	1.876.192
Adição de provisão	1.530.480	777.556
Baixa de provisão	(2.285.762)	(488.416)
Saldo em 31 de dezembro	1.660.537	2.165.332

9. Imobilizado

Os ativos tangíveis do Grupo dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e não é parte de qualquer contrato de arrendamento financeiro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Movimentação do ativo imobilizado:

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado.

	Terrenos e edificações	Sistema de processamento de dados	Instalações, móveis e equipamento de uso	Sistema de comunicação	Sistema de transporte	Total
Em 31/12/2024						
Custo	16.686	145.193	167.961	5.831	14.465	350.136
Depreciação acumulada	(12.975)	(128.709)	(130.750)	(3.644)	(10.691)	(286.769)
Saldo contábil, líquido	3.711	16.484	37.211	2.187	3.774	63.367
Em 31/12/2025						
Saldo inicial	3.711	16.484	37.211	2.187	3.774	63.367
Adições		879	19.734	86	1.420	22.119
Baixas		(362)	(1.889)	(4)	(346)	(2.601)
Depreciação		(7.073)	(7.231)	(350)	(1.254)	(15.908)
Custo	16.686	145.710	185.806	5.913	15.539	369.654
Depreciação acumulada	(12.975)	(135.782)	(137.981)	(3.994)	(11.945)	(302.677)
Saldo contábil, líquido	3.711	9.928	47.825	1.919	3.594	66.977

Não há compromisso contratual para compra de imobilizado, também não foi dado em garantia nenhum ativo imobilizado

10. Intangível

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	1.636.603	1.538.062
Aquisição	262.103	103.278
(Amortização)	(133.770)	(4.737)
Saldo no final do período	1.784.936	1.636.603
Ágio na aquisição de controlada	1.077.907	1.081.437
Outros Intangíveis	707.029	555.166
Saldo contábil, líquido	1.784.936	1.636.603

Em 18 de agosto de 2011, com a aquisição do Banco BMG Consignado S.A., foi apurado um ágio no montante de R\$995.585, registrado em Ágio de aquisição de controladas. O Outros ativos intangíveis referem-se basicamente a ativações de sistemas de processamento de dados (softwares) gerados internamente.

O ágio apurado na aquisição do Banco BMG Consignado S.A. é alocado integralmente ao segmento de varejo.

Análise do valor recuperável:

Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 31/12/2025.

O valor recuperável dos ágios foi calculado com base do valor em uso. O cálculo utiliza projeções de resultado, com base no orçamento de 5 anos, aprovado pela administração. Na previsão de resultados foram consideradas taxas de desconto sensíveis de 10% a 15% e perpetuidade sensíveis de 3% a 5%.

11. Outros ativos

	2025	2024
Prêmios de seguros a receber	47.832	14.607
Despesas antecipadas	430.932	383.274
Ativos de Direitos de Uso	54.411	60.427
Outros ativos	19.170	78.261
Total	552.345	536.569
Circulante	350.820	314.168
Não Circulante	201.525	222.401

12. Passivos financeiros

Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco, em 31/12/2025 e 31/12/2024 está demonstrada abaixo:

	2025	2024
Depósitos de clientes (nota 15)	22.535.038	22.535.038
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 13)	12.109	12.109
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)	2.443.499	2.443.499
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 16a)	8.365.732	8.365.732
Letras financeiras subordinadas (nota 17)	1.142.386	1.142.386
Outros passivos financeiros (nota 18)	1.347.762	1.347.762
Operações compromissadas (nota 16b)	5.682.641	5.682.641
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	83.758	83.758
Total	83.758	41.529.167
Circulante	68.950	20.202.026
Não circulante	14.808	21.347.141

	2025	2024
Depósitos de clientes (nota 15)	25.009.524	25.009.524
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 13)	23.851	23.851
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)	1.931.958	1.931.958
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 16a)	5.855.399	5.855.399
Letras financeiras subordinadas (nota 17)	1.072.393	1.072.393
Outros passivos financeiros (nota 18)	1.005.054	1.005.054
Operações compromissadas (nota 16b)	6.931.150	6.931.150
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	203.278	203.278
Total	203.278	41.829.329
Circulante	195.395	19.979.882
Não circulante	7.883	21.849.447

13. Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros

	2025	2024
Obrigações por empréstimos (cessões com coobrigação)	12.109	23.851
Total	12.109	23.851
Circulante	534	534
Não Circulante	12.109	23.317

14. Obrigações por empréstimos e repasses

	2025	2024
Empréstimos no exterior	1.635.072	1.306.878
Compromissos a pagar – FGC (i)	572.369	607.995
Repasses País – Finame / Crédito Rural	236.058	17.085
Total	2.443.499	1.931.958
Circulante	2.387.741	1.365.341
Não Circulante	55.758	566.617

Prazos	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Até 30 dias	75.357						8.469
De 61 a 90 dias							1.240.962
De 91 a 180 dias							572.369
De 181 a 360 dias							1.740.015
Após 360 dias							55.758
Total	75.357	75.357	75.357	75.357	75.357	75.357	1.931.958

(i) Valores relativos ao empréstimo junto ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito, com vencimento em 2026.

15. Depósito de clientes

	2025	2024
Depósito à vista	369.446	376.664
Depósitos interfinanceiros	93.231	157.772
Depósito a prazo	22.072.361	24.475.088
Total	22.535.038	25.009.524
Circulante	8.718.687	10.465.349
Não Circulante	13.816.351	14.544.175

Prazos	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Depósitos à vista	369.446						369.446
Depósitos interfinanceiros	50.143						93.231
Depósito a prazo	962.873	377.346	1.354.344	1.754.906	3.839.384	13.783.508	22.072.361

Prazos	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Depósitos à vista	376.664						376.664
Depósitos interfinanceiros	4.115	4.789	14.197	93.672		40.999	157.772
Depósito a prazo	689.335	620.245	1.010.286	2.883.514	4.768.532	14.503.176	24.475.088

16. Obrigações por títulos e valores mobiliários, letras financeiras e compromissadas

a) Obrigações por títulos e valores mobiliários, letras financeiras

	2025	2024
Debêntures	4.896.662	4.090.386
Letras Financeiras (i)	3.431.975	1.764.492
Letras de Crédito Agronegócio	31.582	521
Total	8.365.732	5.855.399
Circulante	2.079.696	238.078
Não Circulante	6.286.036	5.617.321

(i) Inclui a emissão de Letras Financeiras Públicas, no montante de R\$300.000 cada, conforme Comunicado ao Mercado. As Letras Financeiras foram captadas de forma pulverizada junto a investidores institucionais com o objetivo de fomentar a liquidez do Banco e criar referência de curva de juros no mercado institucional.

Prazos	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Até 30 dias	92.211						21.447
De 31 a 60 dias							62.418
De 61 a 90 dias							56.628
De 91 a 180 dias							616.427
De 181 a 360 dias							1.252.012
Após 360 dias							6.286.036
Total	92.211	92.211	92.211	92.211	92.211	92.211	8.365.732

b) Operações compromissadas são compostas por R\$ 5.489.998 (2024 – R\$6.838.168) de títulos públicos e R\$192.642 (2024 – R\$92.982) de títulos privados.

17. Letras financeiras subordinadas

	Emissão	Vencimento	Taxa de juros (a.a)	2025	2024
No País (i)					
Letras financeiras subordinadas	1º trimestre/19	1º trimestre/26	124% do CDI	10.424	8.831
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	2º trimestre/26	122% do CDI	24.212	20.566
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	3º trimestre/29	124% da SELIC	1.085	1.061
Letras financeiras subordinadas	4º trimestre/22	4º trimestre/29	CDI + 3,9 a 4,7%	257.085	261.848
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	2º trimestre/30	Pré + 14,2 a 14,5	13.637	13.973
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	3º trimestre/30	Pré + 13,7 a 14,2%	37.947	38.791
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/34	Pré + 17,82%	224.378	190.964
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/32	Pré + 17,82%	224.287	190.909
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/23	3º trimestre/33	CDI + 4,12%	216.943	214.352
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	2º trimestre/30	128% do CDI	5.223	5.184
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	3º trimestre/30	128% do CDI	15.131	15.069
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	IPCA + 6,51% a 6,58%	7.421	7.089
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	Perpétua	126% da SELIC	1.283	2.353
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	130% da Selic	101.006	100.133
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	126% da SELIC	2.324	1.270
Total				1.142.386	1.072.393
Circulante				34.636	29.397
Não Circulante				1.107.750	1.042.996

(i) Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento e perpétuas, observadas as condições determinadas pelas Resoluções CMN 4.192/13 e 4.955/21, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco. As Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, tem sua exposição à variação no risco de mercado protegidas por hedge (vide nota 7 (c) (ii)).

18. Outros passivos financeiros

	2025	2024
Obrigações sociais e estatutárias	197.501	110.454
Compromissos a pagar - Cartão	104.338	100.915
Cartão - Transações parceladas sem juros	290.433	313.773
Operações de arrendamento	54.411	60.423
Relações interfinanceiras	701.079	419.489
Total	1.347.762	1.005.054
Circulante	1.310.593	963.447
Não Circulante	37.169	41.607

19. Provisões

	Tributárias e previdenciárias (i)	Trabalhistas (ii)	Reclamações cíveis (iii)	Total
Saldo início do período - 2024	145.336	55.714	672.417	873.467
Constituição	137.625	133.960	480.550	752.135
(Reversão/Utilização)	(17.695)	(139.508)	(444.729)	(601.932)
Saldo no final do exercício - 2024	265.266	50.166	708.238	1.023.670
Constituição	94.600	34.104	447.280	575.984
(Reversão/Utilização)	(22.555)	(32.928)	(399.946)	(455.429)
Saldo no final do exercício - 2025	337.311	51.342	755.572	1.144.225

Em decorrência da finalização do julgamento dos embargos de declaração opostos nos Recursos Especiais nº 949.297 e 955.227, no qual o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por não modular os efeitos da decisão de mérito, o risco da contingência da CSLL X Lei 7.689/88 X Coisa Julgada passou a ser classificado como perda provável, sendo provisionado o montante de R\$ 67.455.

||
||
||

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
4 – Valor adicionado bruto (1 – 2 – 3)	1.312.948	987.560
5 – Depreciação e amortização	(172.018)	(150.718)
6 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4 – 5)	1.140.930	836.842
7 – Valor adicionado recebido em transferência	83.054	68.295
Resultado de equivalência patrimonial	83.054	68.295
8 – Valor adicionado a distribuir (6 + 7)	1.223.984	905.137
9 – Distribuição do valor adicionado	1.223.984	905.137
9.1 Pessoal	503.667	477.133
Remuneração direta	259.338	267.616
Benefícios	220.041	195.312
FGTS	24.288	14.205
9.2 Impostos, contribuições e taxas	110.849	114.290
Federais	92.907	98.373
Estaduais	1.668	634
Municipais	16.274	15.283
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	22.165	34.365
Aluguéis	22.165	34.365
9.4 Remuneração de capitais próprios	587.303	279.349
Juros sobre o Capital Próprio	323.619	215.283
Lucros/Prejuízo retido do período	255.847	37.577
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	7.837	26.489

Carlos Andre Hermesindo da Silva
(Diretor de Controladoria e Finanças)

Marco Antonio Antunes
(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)

Emerson Jezuino Teodoro Silvestre
CRC - 1SP183479/O-1
(Contador Responsável)

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os Diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES
Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 divulgadas nesta data, bem como que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e no parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Diretores

Carlos Andre Hermesindo da Silva
Flávio Pentagna Guimarães Neto

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No exercício de suas atribuições legais e estatutárias, os membros do Conselho Fiscal do Banco Bmg S.A., após exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB"), concluíram que todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., refletem a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pelo Banco no exercício.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Roberto Faldini
Conselheiro Coordenador

Fernando Antônio Fraga Ferreira
Conselheiro

Luciano Luiz Barsi
Conselheiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO BANCO BMG

Segundo semestre de 2025

O Comitê de Auditoria, na forma da Resolução 4.910/21, editada pelo Banco Central do Brasil, e do seu regimento interno, tem como competência zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras, pela eficiência e confiabilidade do Sistema de Controles Internos, pela atuação, com independência e qualidade, das auditorias interna e externa, bem como pela apreciação da conformidade das operações e negócios da instituição com os dispositivos legais, os regulamentos e as políticas da sociedade. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações colhidas junto à administração, nas fontes acima citadas e nas suas próprias análises e observações.

Atividades Externas no Período

O Comitê de Auditoria realizou, no segundo semestre de 2025, 05 (cinco) reuniões. Adicionalmente, foram realizadas 03 (três) reuniões neste primeiro semestre de 2026 para avaliação final das demonstrações contábeis da data-base de 31/12/2025, dentre outros assuntos, tendo sido a última em conjunto com o Conselho de Administração, nesta data. Todos os membros do Comitê de Auditoria são também Conselheiros da Instituição e participam de todas as reuniões, assim como o seu CEO e o Superintendente de Auditoria Interna.

Sistemas de controles internos e de Gerenciamento de Riscos:

No segundo semestre de 2025 o BMG continuou aprimorando e atualizando as suas normas e procedimentos e fortalecendo do processo de Governança Corporativa. O Comitê acompanhou os trabalhos das áreas contábil, de gerenciamento de riscos e de capital, de Controles Internos e Compliance, do atendimento às demandas do Banco Central do Brasil, dos Auditores Externos, da Auditoria Interna e da Auditoria, além do processo de apuração de fraudes internas e externas e de prevenção a fraudes, assim como das contingências cíveis, fiscais e trabalhistas, além dos rankings de reclamações divulgados pelo Banco Central do Brasil. O Comitê de Auditoria, com base nesse conjunto de informações e em suas próprias averiguações e reuniões, avalia como efetivos os Controles Internos do BMG, entendendo que os esforços empreendidos nos últimos semestres e os em andamento vêm contribuindo, efetivamente, para fortalecer o processo de governança, com o efetivo engajamento de todos os níveis da Administração.

Auditoria Interna:

O Comitê de Auditoria, além de discutir e aprovar a formulação dos planos de trabalho da área, recebeu todos os relatórios dos trabalhos realizados, com monitoramento da implementação de planos de ação recomendados, manteve reuniões com a área e avalia positivamente a sua abrangência, qualidade e o seu nível de independência, além do atendimento aos princípios de diligência, integridade e ética profissional. Nos trabalhos realizados pela Auditoria Interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade dos negócios da Instituição BANCO BMG S.A. e suas Controladas.

Auditoria Externa:

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro BMG, devendo certificar que elas representem de forma adequada, nos seus aspectos relevantes, a sua efetiva situação econômica e financeira, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Comitê discutiu com os auditores externos o planejamento dos seus trabalhos e as suas principais conclusões, considerando-os adequados, não tendo sido evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer a sua independência.

Demonstrações Financeiras:

O Comitê de Auditoria analisou os aspectos que envolvem o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatórios Financeiros e Relatório da Administração, com data-base de 31/12/2025, tendo, ainda, realizado reunião conjunta com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os Auditores Externos, para informações e esclarecimentos adicionais julgados necessários. Além disso, foram analisadas as práticas contábeis utilizadas pelo BMG na elaboração das demonstrações financeiras, além das mesmas alinhadas à legislação e regulamentação vigentes, retratando, adequadamente, a situação econômica e financeira da Instituição.

Conclusões:

O Comitê de Auditoria não recebeu, até a presente data, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Instituição que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a sua continuidade ou a integridade de suas demonstrações financeiras. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do BMG relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

Dorival Dourado Jr

José Eduardo Gouveia Dominicale
Marco Antonio Antunes
(Presidente e Membro Especialista)

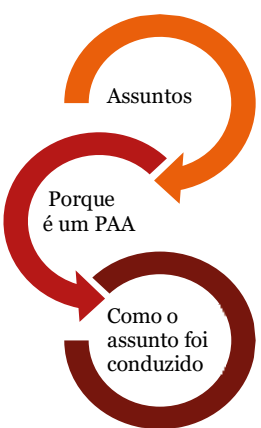
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas Banco Bmg S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bmg S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas esperadas (impairment) sobre operações de crédito (Notas 2.9, 3.a, 6 e 8) O saldo de operações de crédito do Banco e suas controladas é composto principalmente por operações de crédito de varejo e atacado. A provisão para perda esperada, considera os requerimentos da IFRS 9 e foi definida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve um elevado nível de julgamento da administração na classificação das operações de crédito nos estágios previstos na IFRS 9, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo a situação financeira da contraparte e fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e a realização das garantias.	Realizamos a atualização do entendimento do processo desenvolvido pelo Banco para a correta aplicação do IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma. Em relação à metodologia de impairment, aplicamos determinados procedimentos de auditoria relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos da IFRS 9; (ii) entendimento e testes relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela administração; (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação. Adicionalmente, realizamos testes sobre a alocação das operações de crédito nos seus respectivos estágios, conforme requisitos da IFRS 9, e análise das divulgações realizadas pela administração em atendimento aos requisitos da IFRS 9. Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração na mensuração e registro da provisão para perdas esperadas requerida pela IFRS 9, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Realização de crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social (Notas 2.15, 3(c) e 20) O crédito tributário oriundo substancialmente de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, é reconhecido com base nas alíquotas promulgadas ou substancialmente promulgadas para quanto o referido crédito for realizado e na medida que a administração considera provável que o Banco e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário contempla premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração. Esse assunto é uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente a estimativa para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como no atendimento aos requisitos das IFRS relativo ao registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de nosso entendimento sobre o processo estabelecido pela administração para apuração e mensuração dos créditos tributários e seu registro nos termos das normas contábeis aplicáveis. Atualizamos nosso entendimento, realizado em conjunto com nossos especialistas internos, sobre as principais premissas adotadas pela administração em seu processo de avaliação das perspectivas de realização desses créditos fundamentada nas projeções de lucros tributários para o Banco e suas controladas. Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributário aprovado pelo Conselho de Administração e, com base nessas informações, analisamos a consistência das principais premissas com as utilizadas em estudos de anos anteriores combinado com o cenário atual. Observamos a razoabilidade das informações divulgadas nas notas explicativas. Constatamos que os estudos de realização dos créditos tributários estão alinhados com as metodologias adotadas no exercício anterior, bem como consideramos que os critérios e premissas adotadas pela administração para a determinação da realização dos mesmos são consistentes em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.
Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 2.14, 3(b) e 19) Banco e suas controladas são partes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, propostos por terceiros e órgãos públicos, de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias. Os processos judiciais de natureza trabalhista e tributária estão sob a tutela de advogados externos especializados tanto no que tange a determinação do prognóstico de perda, quanto na apuração dos valores relacionados a provável saída de recursos. Os processos cíveis, muito embora contem com o suporte externo de advogados especializados, são provisionados com base em metodologia prevista em políticas internas que considera os valores médios de desembolso. O encerramento dos processos envolve discussões que podem se alongar a depender da natureza da matéria, bem como da evolução jurisprudencial. Esse assunto é uma área de foco de auditoria pela natureza dos processos em discussão e pelos aspectos subjetivos de determinação da probabilidade de perda atribuída.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram a atualização de nosso entendimento dos processos referentes à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração e registro das provisões e processos, bem como testes quanto a totalidade e integridade da base de dados. Efetuamos também, em base de testes, procedimentos de confirmação de informações junto aos assessores jurídicos internos e externos responsáveis pelo acompanhamento de processos com natureza tributária, visando obter informações quanto a avaliação do andamento e prognóstico de perda dos processos relevantes. Para os processos trabalhistas e cíveis, também efetuamos confirmação de informações junto aos assessores jurídicos, tendo efetuado testes de consistência entre as bases de dados do Banco e suas controladas e dos advogados. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda/desembolso, quando aplicável, relacionadas a contingências, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Analisamos a coerência do prognóstico de perda das causas tributárias mais significativas em face a evolução jurisprudencial e técnica. Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável quanto a base para constituição da provisão para processos com perspectiva de perda provável.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Análise do valor recuperável - ágio (Notas 2.11, 3(d) e 10) Os ágios registrados no ativo intangível do Banco são principalmente de combinações de negócios ocorridas em exercícios anteriores. A IAS 36 estabelece que o ágio apurado em combinação de negócios deve ser objeto de teste quanto ao seu valor recuperável (impairment) no mínimo anualmente. Para a realização do teste de valor recuperável, a administração considera em seus estudos e projeções premissas de natureza subjetiva que são por área mesma estabelecidas. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas no teste de valor recuperável poderia modificar significativamente o valor de avaliação do valor recuperável dos ágios constituídos.	Atualizamos nosso entendimento sobre os controles internos relevantes estabelecidos pela administração, relacionados ao teste do valor recuperável do ágio. Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nosso entendimento das premissas adotadas pela administração. Efetuamos, entre outros procedimentos, análise das principais premissas adotadas pela administração em seu processo relacionado ao teste do valor recuperável dos ágios, bem como realizamos a análise de coerência geral lógica e aritmética dos cálculos das projeções apuradas pela administração. Realizamos reuniões com a alta administração para obtermos entendimento sobre o processo de elaboração dos orçamentos e suas aprovações, bem como realizamos testes quanto a consistência da expectativa de resultados projetados em comparação aos resultados realizados em exercícios anteriores. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração estão alinhados com as metodologias adotadas no exercício anterior e são consistentes em relação a manutenção do valor recuperável do ágio.
Ambiente de Tecnologia de Informação O elevado volume de operações diárias realizadas pelo Banco requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações. Dessa forma, a não adequação da Tecnologia da Informação e dos respectivos controles que a suportam, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões, assim como paradas operacionais. Considerando os aspectos acima, o ambiente de Tecnologia da Informação é uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria consideram a atualização de nosso entendimento sobre o ambiente de Tecnologia de Informação que suportam as demonstrações financeiras consolidadas. Analisamos os principais controles gerais do ambiente de Tecnologia da Informação relacionados às informações financeiras que consideram também aspectos relacionados a acessos, mudanças e desenvolvimento dos sistemas. Adicionalmente, testamos os desenhos dos controles automatizados e manuais dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios relacionados aos principais processos de negócios do Banco. Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências de auditoria que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essas informações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas
A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos certo ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que o ou os regulamentos tenham proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador
CRC 1SP241313/O-3

Empresas & Negócios

Publicidade Legal

DISAL - Distribuidores Associados de Livros S.A.
CNPJ: 62.277.041/0001-87 - NIRE - 35300131771

Aviso aos Acionistas
Encontram-se à disposição dos Acionistas, no escritório da Companhia localizada na Avenida Marginal Direita do Tietê, 800, Vila Jaguara, São Paulo/SP, os documentos do Artigo 133, da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2025. São Paulo, 27 de fevereiro de 2026. Diretor Presidente - Francisco Salvador Canato.

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO ADOLPHO DROGHETTI
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária - Na qualidade de administradores e por determinação da Sra. Síndica, vimos pela presente convidar os senhores proprietários a participar da Assembleia Geral Ordinária do Condomínio Edifício Adolpho Droghetti a ser realizada na Avenida Senador Queiroz, 279 sala 81, no dia 10 de março de 2026, às 14:00 horas em primeira chamada com número regulamentar e legal de presentes ou às 14:30 horas em segunda e última chamada, com qualquer número de participantes, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos: 1 - Composição da mesa que dirigirá os trabalhos, formada pelo presidente e pelo secretário; 2 - Aprovação das contas do período de Janeiro a Dezembro/2025; 3 - Aprovação da previsão orçamentária para o ano de 2026; 4 - Eleição de Síndico e Membros do Conselho; 5 - Ajuste reforma elétrica; 6 - Laudo do engenheiro para detectar os vazamentos na garagem e posterior conserto; 7 - Comunicação do andamento do processo e adaptação do edifício para obtenção do CS (Certificado de Segurança); 8 - Andamento das obras para obtenção do AVCB (Auto de Verificação do Corpo de Bombeiros); 9 - Assuntos gerais, sem realização de votação. Contando com a presença de todos, pois a omissão implica na concordância com as decisões dos presentes. Atenciosamente, A Administração.

São Paulo Gigante Beisebol e Softbol Club
CNPJ: 53.497.517/0001-02

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
O Presidente do Conselho Executivo do São Paulo Gigante Beisebol e Softbol Club - GIGANTE, no uso de suas atribuições legais, (artigos 18 "a" do Estatuto Social, convoca, pelo presente edital, todos os associados, no gozo de seus direitos e obrigações estatutárias, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 13 de março de 2026, no salão do Estádio Mie Nishi, localizado na Avenida Presidente Castelo Branco nº 5446, Bom Retiro, CEP 01142-300 ou em primeira convocação às 19:30 horas, e em não havendo quórum, em segunda convocação às 20:00 horas, pela unanimidade dos filiados, com direito a voto, de forma presencial, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Prestação de contas referente ao exercício financeiro do ano de 2025, acompanhado de parecer do Conselho Fiscal; Relatório das atividades do ano de 2025; 2. Eleição de Diretoria e Conselho Fiscal; 3. Outras; 4. Publique-se em Jornal Diário da Capital por três dias consecutivos e encaminhe-se aos filiados via postal ou e-mail, fixando ainda na sede da entidade. Esta assembleia será realizada de forma virtual e ou presencial, garantida a representação por meio de procuração, assinada digitalmente e encaminhada ao São Paulo Gigante Beisebol e Softbol Club, até 2 dias antes da realização da assembleia.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2026. Gustavo Yoshio Watanabe da Silva - Presidente.

Empresas & Negócios

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

www.netjen.com.br 3106-4171